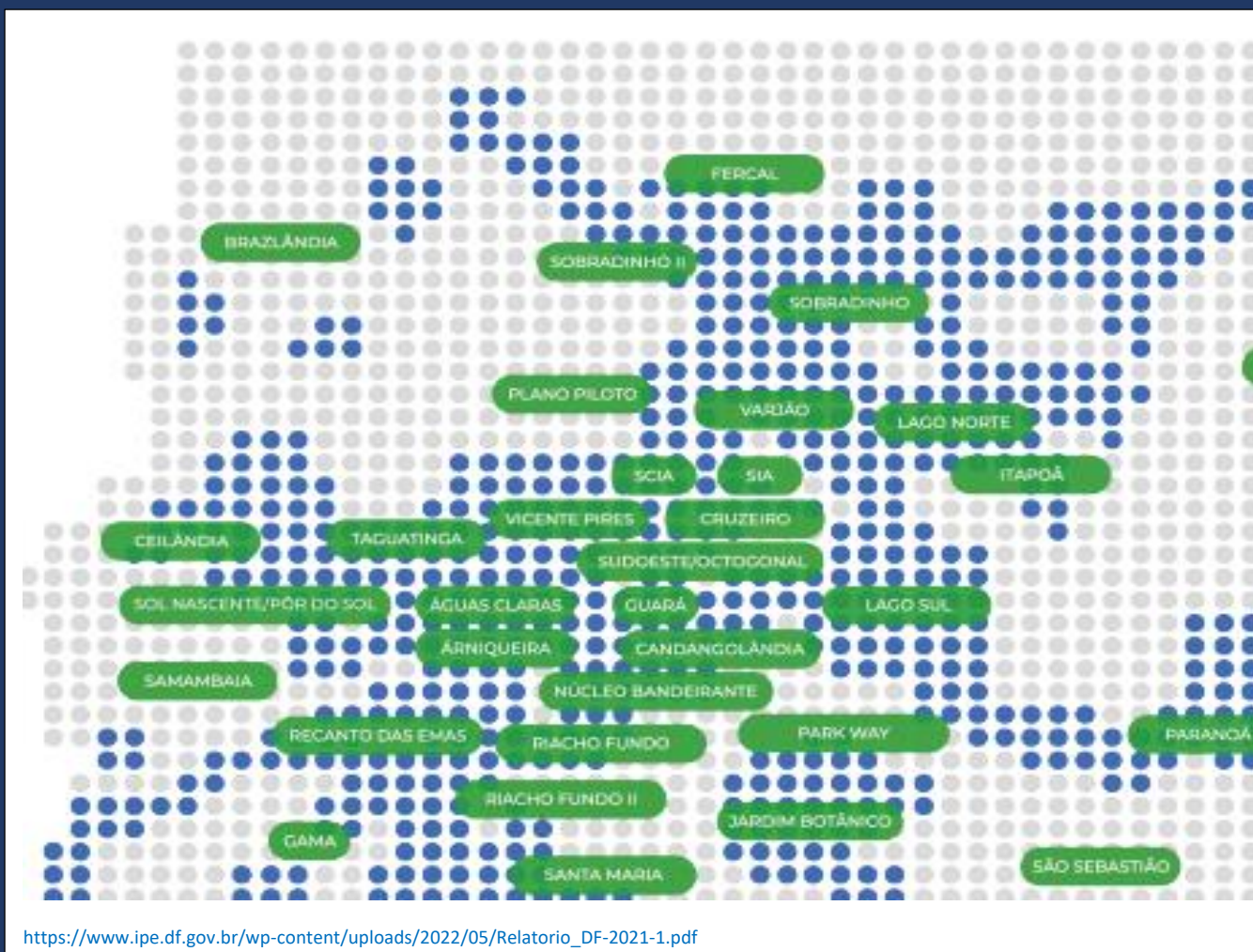


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E A



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

PLANO PLURIANUAL DO DISTRITO FEDERAL - PPA

- 2023 -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

IBANEIS ROCHA
Governador

CELINA LEÃO
Vice-Governadora

NEY FERRAZ JÚNIOR
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração

THIAGO ROGÉRIO CONDE
Secretário Executivo de Finanças

JOSEILDA MENDES DE MELLO
Subsecretária de Planejamento Governamental

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

WELLINGTON LUIZ
Câmara Legislativa do Distrito Federal

GUSTAVO DO VALE ROCHA
Casa Civil do Distrito Federal

CELINA LEÃO
Vice Governadora

PACO BRITO
Secretaria Extraordinária de Relações Internacionais

LUDMILA LAVOCAT GALVÃO
Procuradoria Geral do Distrito Federal

FERNANDO ANTONIO RODRIGUEZ
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

FRANCISCO CLAUDIO DE ABRANTES
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

HÉLVIA MIRIDIAN PARANAGUÁ
Secretaria de Estado de Educação

ANTÔNIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ
Secretaria de Estado de Saúde

THALES MENDES FERREIRA
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda

MÁRIO
Tribunal de Contas do Distrito Federal

CORONEL EMERSON
Câmara Legislativa do Distrito Federal

JOSÉ HUMBERTO
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração

AGACIE
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

DANIEL
Controladoria Geral do Distrito Federal

WELINGTON
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

ANA PAULA
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

JOSÉ
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

LUCIANO CA
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

SANDRO
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

FLAVIO MURILO
Secretaria de Estado de Relações Internacionais

CHRISTIANNNO NOGUEIRA ARAÚJO
Secretaria de Estado de Turismo

NEY FERRAZ JÚNIOR
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração

GUSTAVO AMARAL
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

CELESTINO CHUPEL
Defensoria Pública do Distrito Federal

GISELLE FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretaria de Estado da Mulher

CLARYSSA NAYARA ALVES RORIZ
Secretaria de Estado de Atendimento à Comunidade

JORGE AUGUSTO LOPES DE AZEVEDO
Secretaria de Estado de Projetos Especiais

FLÁVIO PEREIRA DOS SANTOS
Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal

CLEISON MEDAS DUVAL
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER

PAULO HENRIQUE COSTA
Banco de Brasília S/A - BRB

DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR
BRB - Diretoria Executiva Finanças e Controladoria

ANDREA GONÇALVES RIBEIRO
BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A

MARCELO V
Secretaria de Estado de De

JÚLIO
Secretaria de Es

MARCE
Secretaria de Esta

CRISTIANO M
Secretaria de Estado de

RODRIGO GERM
Secretaria de Esta

WENDERS
Secretaria de Estado de

BRUNO
Central de Abastee

ADALBERTO
Arquivo Públi

SIMONE PE
Universidade do Distrito Fe
Nu

ANDREA G
BRB Crédito, Financ

FELIP
Cartão BRB

MARIO
BRB

FELIPE ROCHA RÊGO
BSB PARTICIPAÇÕES S/A

ANA PAULA CARDOSO DA SILVA
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores - INAS

WALID DE MELO PIRES SARIEDINE
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

IZIDIO SANTOS JUNIOR
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP

GUSTAVO DIAS HENRIQUE
BIOTIC S/A

RAIMUNDO DA SILVA RIBEIRO NETO
Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF - ADASA

RÔNEY TANIOS NEMER
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IBRAM

LUÍS ANTÔNIO REIS
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federa - CAESB

JOÃO WELLISCH
CEB Lajeado

EMERSON VASCONCELOS
CEB Distribuição

JOÃO WELLISCH
CEB Participações

EDILSON ANTONIO BRITTO GARCIA
CEB Iluminação Pública e Serviços S/A

INOCÊNCIA ROCHA DA CUNHA FERNANDES
Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS

PAULO RICARDO
Instituto de Previdência dos S

LUCAS MONTEIRO
Sociedade de Abas

MANOEL C
Instituto de Pesquisa e

MARCO ANTONIO
Fundação de

ADERIVALDO
Fundação Jardim

RAUL G
Fundação Jardim

FERNANDO RODRIGUES
Companhia Urbanizadora o

EDISON ANTONIO
Companhia Ene

LUIZ EDUARDO
Companhia Bra

LUIZ EDUARDO
C

SILVIO D
Serviço de Limpeza U

OSN
Fundação Hemo

Coronel QOPM A
Polícia Militar d

MÔNICA DE MESQUITA MIRANDA
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

TAKANE KIYOTSUKA DO NASCIMENTO
Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN

CHANCERLEY DE MELO SANTANA
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB

HANDERSON CABRAL RIBEIRO
Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ-DF

MARCELO DE SOUZA DO NASCIMENTO
Instituto de Defesa do Consumidor - PROCON

VALDEMAR ARAÚJO DE MEDEIROS
Administração Regional do Plano Piloto - RA I

RENATO ANDRADE DOS SANTOS
Administração Regional de Taguatinga - RA III

GUTEMBERG TOSATTE GOMES
Administração Regional de Sobradinho - RA V

WELLINGTON CARDOSO DE SANTANA
Administração Regional do Paranoá - RA VII

DILSON RESENDE DE ALMEIDA
Administração Regional de Ceilândia - RA IX

GUSTAVO DE ALMEIDA AIRES
Administração Regional do Cruzeiro - RA XI

JOSIEL FRANÇA PENHA NETO
Administração Regional de Santa Maria - RA XIII

CARLOS DALVAN SOARES DE OLIVEIRA
Administração Regional do Recanto das Emas - RA XV

ROBSON C
Polícia Civil do

DEUSELITA
Fundação de Amparo

FAUZI I
Departamento de Estradas

MARC
Companhia de Desenv

CELE
Defensoria Pública

JOSEANE ARAÚ
Administração

MARCELO G
Administração Reg

WESLEY
Administração Reg

CLAÚDIO M
Administração Regional

ART
Administração

MARCOS
Administração Reg

ROBERTO
Administração Regio

RUBENS
Administração Re

FERNANDO SIQUEIRA GUIMARÃES
Administração Regional do Riacho Fundo I - RA XVII

MARCOS PAULO ALVES DA SILVA
Administração Regional da Candangolândia - RA XIX

ANA MARIA DA SILVA
Administração Regional do Riacho Fundo II - RA XXI

DANIEL DAMASCENO CREPALDI
Administração Regional do Varjão - RA XXIII

ALCEU PRESTES DE MATTOS
Administração Regional do SCIA/Estrutural - RA XXV

ADERIVALDO MARTINS CARDOSO
Administração Regional do Jardim Botânico - RA XXVII

RAPHAEL EUGÊNIO MARQUES HONORATO ASSUNÇÃO
Administração Regional do SIA - RA XXIX

FERNANDO GUSTAVO LIMA DA SILVA
Administração Regional da Fercal - RA XXXI

TELMA RUFINO ALVES
Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII

LUCIA GOMES DA SILVA
Administração Regional de - RA XXXV Água Quente

MARCELO
Administração Regi

MÁRIO HENRIQUE
Administração Regi

REGINALDO
Administração Regional

DEUSDETE
Administração Regi

DIEGO RODR
Administração Regi

DILSON BULH
Administração Re

GILVANDO C
Administração Regio

CLAUDIO FE
Administração Regional do P

SÉRG
Administração Regio

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Elaboração: Subsecretaria de Planejamento Governamental - SUPLAN/SEFIN/SEPLAD

Equipe Técnica:

Coordenação: Luíza Almeida Londe

Marco Aurélio Teixeira	Maria Auxiliadora Fernandes
Donaldo César Rodrigues	Adriane Freitas de Oliveira Cotias
Andrea Nunes Lazzarini	Valéria Aparecida Pais
João Carvalho Leal	Eudóxia Maria Machado da Silva Ar
Ana Carolina da Silva Ramos	E'len de Oliveira
Bruno Pessoa Tavares	Erinaldo da Silva Lêta
Luiz Carlos de Oliveira	Marcelo Costa Domingos
	Maria Raquel de Almeida Zefer

Participação: Álvaro Bragança Marques, Ana Cláudia César da Silva Freire, Luiz Artur Alencar, Moelma de Carvalho Leite, Sharlene Gonçalves de Araújo, Júlio César Lima, Lucas Alves dos Santos .

Colaboração:

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/SEPLAD
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF
Secretaria Executiva de Planejamento/SPLAN/SEPLAD
Subsecretaria de Projetos Estratégicos - SUPPE/SEPLAD
Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP/SEPLAD
Subsecretaria de Tecnologia da Informação - SUTIC/ SEPLAD

Subsecretaria de Planejamento Governamental - SUPLAN/SEFIN/SEPLAD
Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, sala 1016 - Brasília - DF
CEP: 70070 - 500 - Telefone: (61) 3414-6177

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
2. ANEXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	
2.1. DIAGNÓSTICO SOCIAL	
2.1.1. Perspectivas Demográficas 2023 - 2027	
2.2. DIMENSÃO ECONÔMICA	
2.2.1. Cenário Nacional.....	
2.2.2. Distrito Federal: Atividades Econômicas (PIB Trimestral)	
2.2.3. Distrito Federal: Mercado de trabalho	
2.2.4. Distrito Federal: Inflação: IPCA e INPC.....	
2.3. DESIGUALDADE	
2.3.1. Pobreza monetária	
2.3.2. Perspectivas para a Educação no Distrito Federal.....	
2.3.2.1. A Educação no Distrito Federal.....	
2.3.2.2. Frequência à creche	
2.3.2.3. Escolaridade da população com 25 anos ou mais	
2.3.2.4. Projeção do atendimento educacional até 2027.....	
2.3.2.5. Distorção idade-série	
2.3.3. Mercado de trabalho	
2.3.4. A Saúde no Distrito Federal	
2.3.4.1. Perspectivas para a Saúde no Distrito Federal	
2.3.4.2. Projeções de unidades, equipes e profissionais para atendimento no DF 2023-2027	
2.3.4.3. Alinhamento com o plano de governo 2023-2026: estimativa de demanda potencial.....	
2.3.5. Análise prospectiva: redução da desigualdade no DF.....	
2.3.6. APÊNDICE.....	
2.4. DIMENSÃO TERRITORIAL.....	
2.4.1. Contextualização Metropolitana, Urbana e Ambiental	
2.4.2. Dinâmicas Metropolitanas	

2.4.3.	Dinâmicas Territoriais e Urbanas
2.4.3.1.	Requalificação das Áreas Urbanas
2.4.3.2.	Expansão Urbana
2.4.3.3.	Irregularidade do Solo
2.4.3.4.	Habitação
2.4.3.5.	Polaridades Econômicas e Mobilidade Urbana.....
2.4.4.	Os Desafios e Potenciais Ambientais
2.4.4.1.	Os Pactos Globais pela Sustentabilidade e as Mudanças Climáticas no DF.....
2.4.4.1.1.	Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS
2.4.4.1.2.	Enfrentamento as Mudanças do Clima
2.4.5.	Uma Síntese do Saneamento Ambiental no Distrito Federal
2.4.6.	Instrumentos e Ações da Política de Recursos Hídricos
2.4.7.	Espaços Territoriais Especialmente Protegidos
2.4.8.	O Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE - DF) e sua Articulação com o Desenvol
2.4.9.	Referências Bibliográficas:
2.4.10.	Apêndices
2.4.10.1.	APÊNDICE 1: Ocupação irregular na Macrozona Rural - N. R. Ponte Alta Norte, Casagrande e Monjo
2.4.10.2.	APÊNDICE 2: Ocupação irregular na Macrozona Rural - São Sebastião - Morro da Cruz
2.4.10.3.	APÊNDICE 3: Crescimento da mancha urbana no Parcelamento Urbano Isolado - PUI na Macrozona F
2.4.10.4.	APÊNDICE 4: Ocupação irregular na Macrozona Rural - N.R. Rajadinha e Capão da Onça
2.4.10.5.	APÊNDICE 5: Ocupação irregular na Macrozona Rural - 26 de setembro
2.4.10.6.	APÊNDICE 6: Ocupação irregular na Macrozona Rural - PICAG e DF-180
2.4.10.7.	APÊNDICE 7: Ocupação urbana na Zona de Contenção Urbana- ZUC -I
2.4.10.8.	APÊNDICE 8: Ocupação urbana na Zona de Expansão e Qualificação- ZUEQ-14 e Zona de Uso Contro
2.4.10.9.	APÊNDICE 9: Rendas das Regiões Administrativas.....
2.4.10.10.	APÊNDICE 10: Risco de Perda Cerrado Nativo com ocupação e espaços de importância ambiental.
2.4.10.10.1.	ANEXO 1: Macrozoneamento
3.	ANEXO II - ESTRUTURAÇÃO, BASE ESTRATÉGICA E DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS E RESPECTIV
3.1.	ESTRUTURAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

3.2.	METODOLOGIA E CONCEITOS
3.3.	DIMENSÃO ESTRATEGICA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/ALINHAMENTO DO PEDF 2019-2060 COM
3.4.	COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O PPA E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA
3.5.	PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO
3.6.	PROJEÇÃO DA RECEITA
3.6.1.	CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DOS TETOS ORÇAMENTÁRIOS
3.6.1.1.	Despesas financiadas por Fontes do Orçamento Fiscal e da Seguridade
3.6.1.2.	Despesas financiadas por Operação de Crédito
3.6.1.3.	Despesas financiadas pelo Orçamento de Investimento
3.6.1.4.	Despesas financiadas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal
3.7.	EIXOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS
3.7.1.	EIXO SAUDE
3.7.1.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6202 SAÚDE EM MOVIMENTO
3.7.2.	EIXO SEGURANÇA
3.7.2.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6217 DF MAIS SEGURO
3.7.3.	EIXO EDUCAÇÃO.....
3.7.3.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6221 EDUCADF
3.7.4.	EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....
3.7.4.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6201 - AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL
3.7.4.2	PROGRAMA TEMÁTICO 6207 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
3.7.5.	EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
3.7.5.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6211 - DIREITOS HUMANOS
3.7.5.2	PROGRAMA TEMÁTICO 6228 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.7.6.	EIXO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
3.7.6.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6206 - ESPORTE E LAZER.....
3.7.6.2	PROGRAMA TEMÁTICO 6208 - TERRITÓRIO RESILIENTE E INCLUSIVO
3.7.6.3	PROGRAMA TEMÁTICO 6209 - INFRAESTRUTURA.....
3.7.6.4	PROGRAMA TEMÁTICO 6216 - MOBILIDADE URBANA.....
3.7.6.4	PROGRAMA TEMÁTICO 6219 - CAPITAL CULTURAL

3.7.7.	EIXO MEIO AMBIENTE.....	
3.7.7.1	6210 - MEIO AMBIENTE	
3.7.8.	EIXO GESTÃO E ESTRATEGIA.....	
3.7.8.1	PROGRAMA TEMÁTICO 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	
3.7.6.4	PROGRAMA TEMÁTICO 6204 - LEGISLATIVO	
3.7.6.4	PROGRAMA TEMÁTICO 6231 - CONTROLE EXTERNO	
4.	ANEXO III - PROGRAMAS E RESPECTIVAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
4.1	QUANTITATIVO POR PROGRAMA	
4.2	QUANTITATIVO POR PROGRAMA E REGIONALIZAÇÃO	
4.3	QUANTITATIVO POR AÇÃO	
5.	ANEXO IV - METAS E PRIORIDADES DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO DO EXERCÍCIO DE 2024.....	

ANEXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento governamental, previsto no Art. 165 da Constituição Federal, no Art. 2º; 150, § 1º; e 166 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece, por Região Administrativa, as diretrizes, prioridades e orientações financeiras, da Administração Pública do Distrito Federal, no horizonte de quatro anos, orienta atuação do governo e a aplicação de recursos nos orçamentos anuais.

A orientação para elaboração do PPA 2024-2027 teve como principais premissas os levantamentos dos desafios e oportunidades do Distrito Federal que orientassem as escolhas das políticas públicas, primando-se pelo equilíbrio das contas públicas, econômica e fiscal tanto do País quanto do Distrito Federal. Por outro lado, para que a gestão não fique circunscrita a questões financeiras, aliado à definição de prioridades, devem ser incorporadas novas tecnologias que reduzam custos e capturem recursos, possam ser exploradas para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração- SEPLAD contou com a participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal para elaboração do Plano Plurianual PPA 2024-2027. A proposta de plano para o período do plano é resultante de um amplo processo de discussão com a realização de fóruns, reuniões temáticas e audiências públicas, mobilizando dirigentes e equipes técnicas para o alinhamento entre as estratégias e os meios para implementação das prioridades e necessidades da população.

O PPA 2024-2027 representa a consolidação da agenda do governo e foi construído tomando por base os documentos de Governo, Relatório de Transição, Plano Estratégico do Distrito Federal, Plano Diretor de Ordenamento Territorial e os Prazos e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Para oportunizar a participação popular e ampliar o diálogo entre governo e sociedade foram realizadas audiências públicas para discutir o Projeto de Lei do PPA 2024-2027 e disponibilizados os canais de Ouvidoria, para apresentação de sugestões e críticas.

O Plano Plurianual informará à sociedade as propostas a serem implementadas para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento político, econômico e social do Distrito Federal. É, portanto, documento central para compreender a implementação de políticas públicas, e instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação da atuação do governo em prática diversos valores democráticos essenciais: transparência, controle social, responsabilização e governança.

2. ANEXO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Esta Contextualização do Distrito Federal, elaborada, pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, busca apresentar um conjunto de informações que p... social: desigualdade, educação, saúde e contexto metropolitano, busca apresentar um conjunto de informações que p... e o alinhamento com as informações apresentadas pelas unidades responsáveis pela implementação das políticas púb...

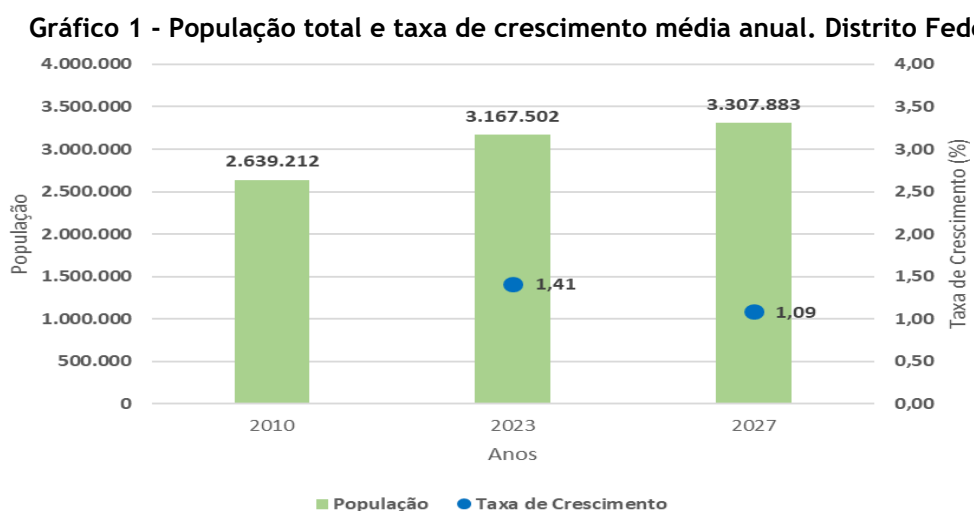
2.1. DIAGNÓSTICO SOCIAL

Para a realização do diagnóstico social do Distrito Federal foram utilizados os dados referentes às Proj... Federação por sexo e idade: 2010-2060, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

Os dados para o diagnóstico das Regiões Administrativas utilizaram-se de Projeções Populacionais por F... 2020- 2030 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), 2022, feitas com base nas projeções do...

2.1.1. Perspectivas Demográficas 2023 - 2027

Em 2023, a população do Distrito Federal está estimada em 3.167.502 habitantes. Em 2027, esse número p... populacional nesse período de aproximadamente 140.381 habitantes. A despeito do incremento no volume populaci... decrescerá, passando de 1,41% ao ano, entre 2010 e 2023, para 1,09%, entre 2023 e 2027. Isto significa que a populaç... nos próximos anos, contudo em um ritmo lento.



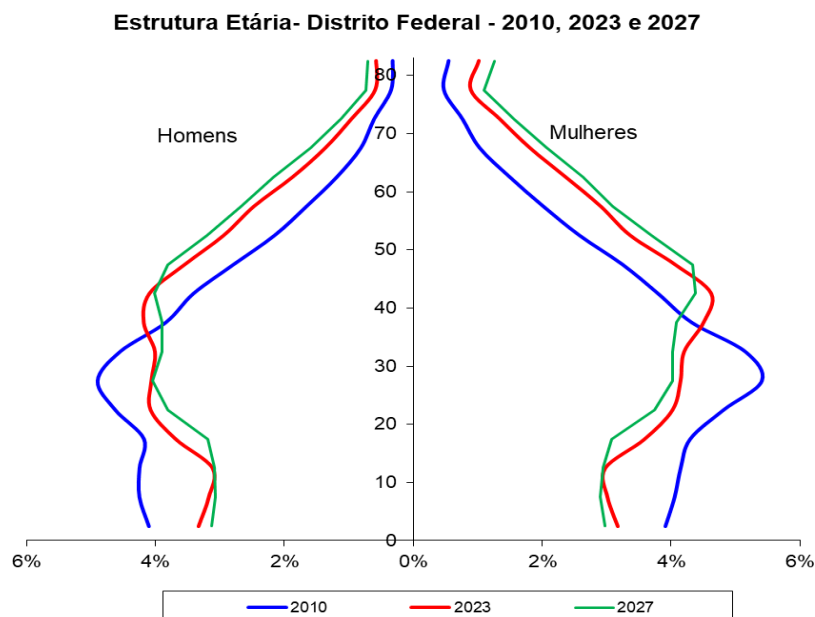
Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060 (Tabela Distr...
Nota: Para a taxa de crescimento média anual da população, utilizou-se o modelo de crescimento geométrico, da...
qual r é a taxa de crescimento, P_t é a população no momento t e P_0 é a população no momento inicial.
Elaboração: DIEPS/COEST/GEPOP.

Além da variação do tamanho da população do Distrito Federal, no período das projeções (2010 a 2027)... relação à estrutura etária da população do Distrito Federal (Gráfico 2 e Tabela 1). Observa-se no Gráfico 2 que a p...

período de 17 anos, nota-se um achatamento da base aproximando cada vez mais a pirâmide em um formato de taça. Isso reflete a mudança na estrutura da população do Distrito Federal, com o estreitamento da base que indica uma redução do percentual de crianças e jovens de 0 a 14 e 15 a 45 e 55 anos.

Como observado na Tabela 1, entre 2010 e 2027 há uma redução de 6,6 pontos percentuais na participação da população jovem (de 0 a 14 anos) e um aumento importante na participação da população idosa, de 7,3 pontos percentuais. A população de 15 a 59 anos apresenta uma tendência de crescimento.

Gráfico 2 - População por sexo e idade (em %). Distrito Federal, 2010, 2023 e 2027



Fonte: IBGE, Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade:2010-2060. Elaboração: IBGE

As tendências de distribuição da população nos três grandes grupos etários¹ indicam que a Razão de Dependência se encontra em um nível baixo no período, característica do chamado Bônus Demográfico, o que significa maior número de pessoas potencialmente economicamente ativas em relação às possivelmente inativas (pessoas de 0 a 14 e 60 anos e mais). Esse, tem sido apontado como um momento favorável para o desenvolvimento econômico geral, se caracterizando por ser um momento de menor pressão de demandas dos grupos etários dependentes e de maior disponibilidade de recursos. O contingente populacional encontra-se entre as idades de 15 a 59 anos.

¹ Considera-se como os três grupos etários que representam as etapas do curso da vida, cujas demandas por políticas públicas são específicas os seguintes grupos: a infância e a juventude (de 0 a 29 anos) e as idades adultas (de 30 a 59anos), que se caracterizam por serem idades reprodutivas e de maior expressão da atividade econômica; e os idosos (60 anos e mais). Os dependentes, na análise de estruturas etárias, são considerados como dependentes, e o grupo etário intermediário (15 a 59 anos) como potencialmente ativos economicamente.

Dessa forma, se por um lado a pressão do aumento da população da base da pirâmide, é reduzida, e a soma de políticas sociais destinadas à infância e adolescência, por outro lado, a demanda por políticas de atenção à população tem um grande peso nas demandas de serviço público, principalmente, na área de saúde.

Observa-se, no entanto, que em 2027 a Razão de Dependência voltará a aumentar, com o peso do Envelhecimento indica que nesse período para cada 100 pessoas com idades menores do que 15 anos, haverá 83 idosos registrado em 2010.

Embora o processo de envelhecimento da população esteja ocorrendo em todo o Distrito Federal, não é homogênea em todo o território. Algumas Regiões Administrativas, como Lago Sul e Lago Norte, apresentam uma população quando comparadas a RAs como Pôr do Sol/Sol Nascente e SCIA-Estrutural.

Tabela 1 - População total e indicadores de estrutura e dinâmica demográficas. Distrito Federal, 2010-2027.

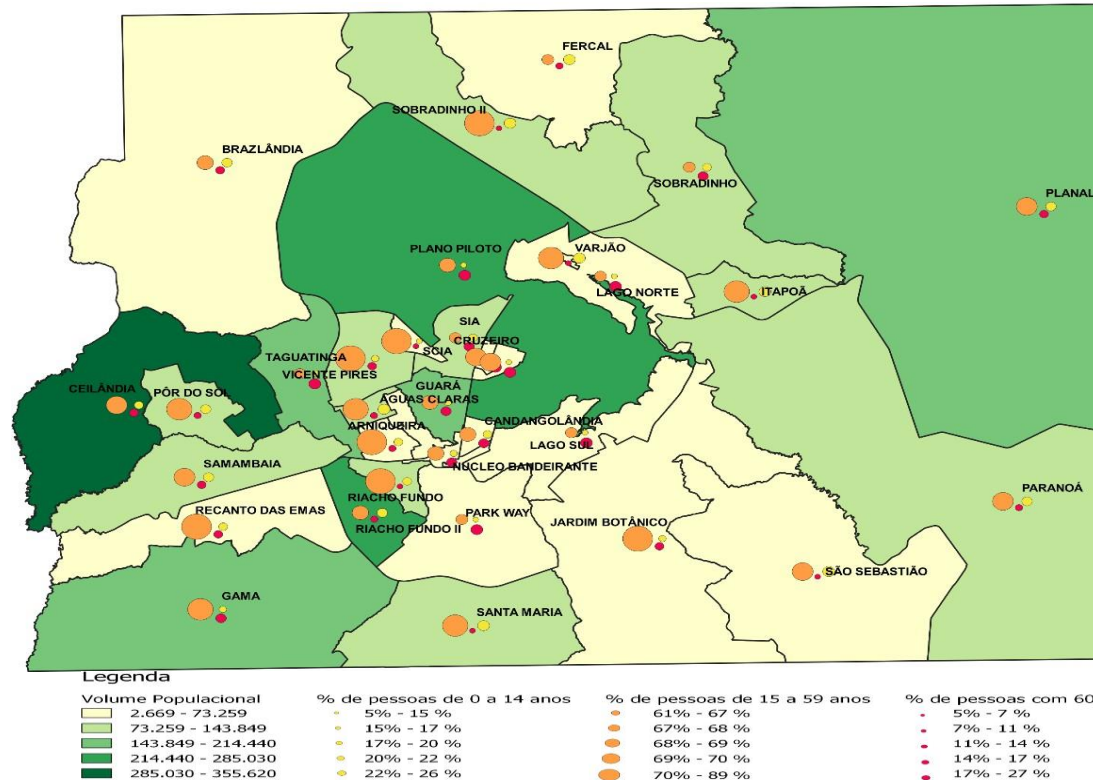
Indicadores	2010	2023	2027
População Total	2.639.212	3.167.502	3.300.000
%			
0 a 14	24,7	18,8	15,0
15 a 59	67,7	68,4	66,0
60 e mais	7,6	12,8	19,0
Razão de Dependência			
Total	47,7	46,1	44,0
Jovem	36,5	27,4	22,0
Idoso	11,2	18,7	22,0
Índice de Envelhecimento			
	30,70	68,12	83,00
Taxa de Fecundidade Total			
	1,65	1,66	1,60
Esperança de Vida ao Nascer			
Homens	72,55	76,09	77,00
Mulheres	79,88	82,92	83,00
Taxa de Crescimento (%)			
Total		1,41	1,00
0 a 14		-0,71	0,00
15 a 59		1,50	0,00
60 anos e mais		5,57	5,00

Fonte: IBGE. Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060. Elaboração: DIEPS/COEST/GEPOP.

Constata-se na Figura 1 a divisão desigual da população do Distrito Federal dentro do território distrital. O Distrito Federal reside na Ceilândia, Regiões Administrativas como Fercal, Varjão, Candagolândia, Park Way e Núcleo Bandeirante.

Ainda se observa no mapa abaixo que, apesar de o grupo etário entre 15 e 59 anos ser o predominante em todo o Distrito Federal, como Fercal e SCIA que abrigam mais de 26% de crianças em seus territórios, enquanto que RAs como Lago Sul e Lago Norte, respectivamente, de idosos residindo no território.

Figura 1: Volume populacional e percentual de grupos etários, por Regiões Administrativas. Dist



Fonte: CODEPLAN - Projeções Populacionais por Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030, 2023. Elaboração:

2.2. DIMENSÃO ECONÔMICA

2.2.1. Cenário Nacional

O ano de 2022 foi marcado por uma desaceleração da economia brasileira, que apresentou um crescimento de 0,9%. O resultado é influenciado pela queda no PIB da agropecuária, um dos motores da economia brasileira. Ainda assim, os setores de serviços e indústria foram positivos, com a criação de empregos e a queda da taxa de desocupação a nível mais baixo dos últimos anos. As diferentes dinâmicas influenciando a inflação ao longo do ano, com períodos de fortes altas, e outros de deflação. De acordo com o IBGE, a taxa de inflação de 2022 foi de 10,5%, menor do que aquela registrada no ano anterior. Nas contas públicas houve um aumento de 0,5% do superávit primário de 0,5% do PIB.

Nesse mesmo ano, o Brasil registrou um crescimento de 2,9% no acumulado em quatro trimestres em relação ao mesmo período de 2021. A Agropecuária registra o pior desempenho entre os grandes setores da economia, com uma queda de 1,7%. Em contrapartida, a Indústria é o motor da economia nacional, registrando alta de 4,2%. No mesmo período, a Indústria registrou um crescimento de 1,7%.

retraiu 0,2%, entre o terceiro e o quarto trimestre de 2022, evidenciando uma desaceleração da economia ao longo do ano. O setor de Agropecuária e os Serviços avançaram 0,3% e 0,2%, respectivamente, enquanto a Indústria mostrou uma queda de 0,2%.

Os postos de empregos no país apresentaram um saldo negativo de - 147.753 no quarto trimestre do ano. No setor de atividade, Comércio registrou único saldo acumulado positivo, de 140.078 empregos. Os demais setores apresentaram maior perda verificada na Indústria (-124.234 postos de trabalho). No acumulado em quatro trimestres, o país registrou saldo negativo de - 1.000.000 empregos, o que representa uma queda de 27% em relação ao ano anterior. Apesar desse resultado, o país seguiu em uma trajetória de crescimento (7,9%) e da taxa de subutilização (18,5%), enquanto a taxa de ocupação estava no patamar de 57,2%.

Quanto às perspectivas para o futuro, ao observar a Tabela 9, o cenário traçado pelo Boletim Focus, com expectativa de crescimento econômico estável abaixo de 2% da economia nacional. As projeções também indicam queda ao longo do período, o que também sinaliza a expectativa de sucessivas quedas na taxa Selic. Em contrapartida, há expectativa de elevação.

Tabela 9 - Cenário Macroeconômico para a taxa de crescimento do PIB, IPCA, Câmbio e Selic

Variáveis	2023	2024	2025
IPCA (variação %)	5,42	4,04	3,90
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,84	1,27	1,80
Câmbio (R\$/US\$)	5,10	5,17	5,20
Selic (% a.a.)	12,50	10,00	9,00

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus), em 12/06/2019

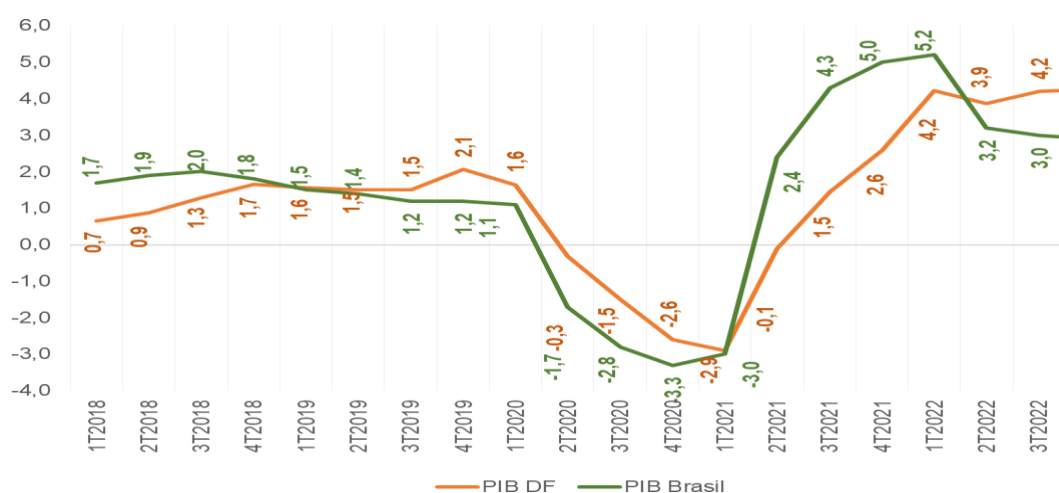
2.2.2. Distrito Federal: Atividades Econômicas (PIB Trimestral)

Considerando o desempenho de longo prazo da economia do Distrito Federal, o PIB distrital passou a apresentar crescimento acumulado em 12 meses a partir do terceiro trimestre de 2021 (Gráfico 3). Os resultados positivos se mantiveram em dezembro, a economia do DF cresceu 4,3% em comparação com os 12 meses anteriores. A economia brasileira passou a apresentar crescimento econômico ao longo do ano e, a despeito dessa tendência nacional, o DF conseguiu manter um desempenho estável em dezembro, estimado do PIB superior ao registrado pela economia brasileira (2,9%). A variação da produção distrital acumulada em dezembro foi superior ao desempenho da economia distrital em 2022.

O panorama otimista foi impulsionado pela melhora na performance de todos os grandes setores da economia: Agropecuária (1,3%), Indústria (10,3%) e Serviços (3,8%). De acordo com o Gráfico 4, apresentaram crescimentos em dezembro os subsetores de serviços Informação e Comunicação (33,2%), Artes e Cultura (15,1%) e Serviços Domésticos (10,1%). As quedas foram as Atividades Imobiliárias (-0,4%).

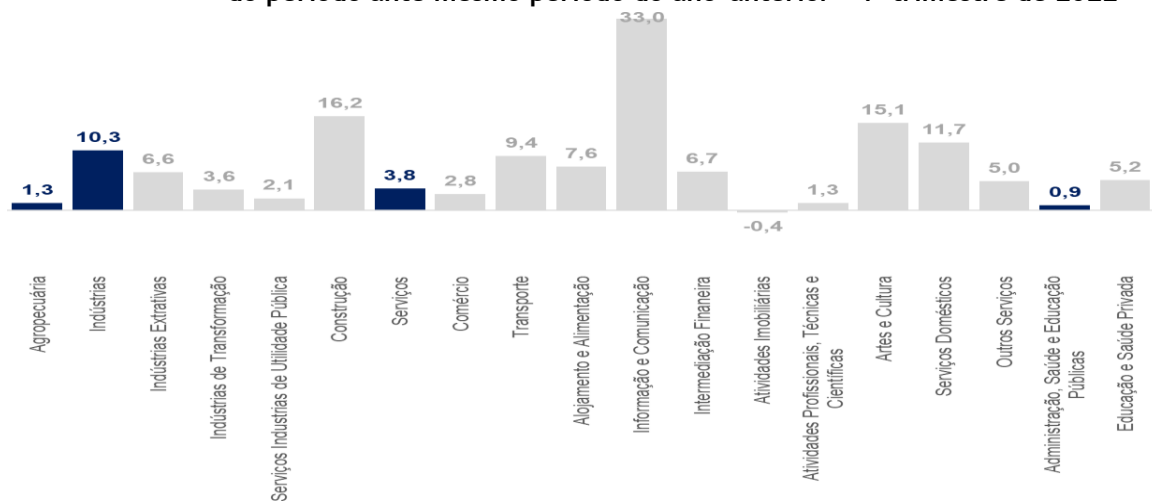
Considerando o desempenho de longo prazo da economia do Distrito Federal, o PIB distrital passou a apresentar crescimento acumulado em 12 meses a partir do terceiro trimestre de 2021 (Gráfico 4). Os resultados positivos se mantiveram em dezembro, a economia do DF cresceu 4,3% em comparação com os 12 meses anteriores. A economia brasileira passou a apresentar crescimento econômico ao longo do ano e, a despeito dessa tendência nacional, o DF conseguiu manter um desempenho estável em dezembro, estimado do PIB superior ao registrado pela economia brasileira (2,9%). A variação da produção distrital acumulada em dezembro foi superior ao desempenho da economia distrital em 2022.

Gráfico 3 - Nível de atividade econômica: PIB-Brasil e PIB-DF - Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior - 1º trimestre de 2018 a 4º trimestre de 2022



Fonte: IPEDF Codeplan - Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - Coordenação de Análises Econômicas e C

Gráfico 4 - PIB-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica do período ante mesmo período do ano anterior - 4º trimestre de 2022



Fonte: IPEDF Codeplan. Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan

Entre as atividades industriais não houve retrações, levando em conta o resultado acumulado dos últimos trimestres. A Construção que logrou uma variação positiva de 16,2% nessa base de comparação. A Construção teve papel fundamental para a maior alta no período, ser a atividade de maior peso no setor no Distrito Federal. As Indústrias Extrativas (6,6%), Eletricidade, Gás, Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação (2,1%), igualmente, contribuíram para o crescimento. A Administração Pública apresentaram resultados mais tímidos, crescendo, respectivamente, 1,3% e 0,9% no ano.

A análise do PIB do DF aponta que a recuperação econômica local se refletiu em todos os grandes setores. A Indústria, que são justamente aqueles que possuem uma maior participação na estrutura produtiva da região, apesar da desaceleração, ratificando a recuperação da economia local.

2.2.3. Distrito Federal: Mercado de trabalho

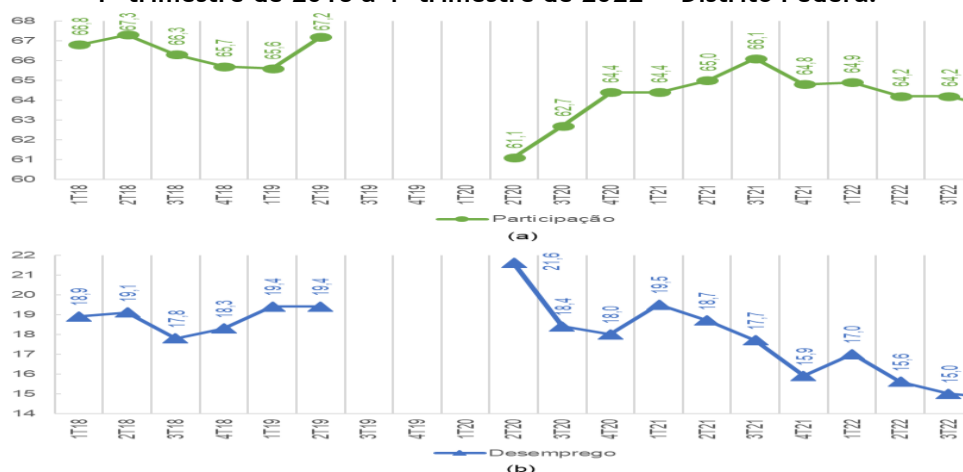
Os dados de mercado de trabalho do Distrito Federal mostram resultados positivos, tanto a nível trimestral quanto anual, com redução do desemprego ao longo do ano, resultado do aumento da população ocupada e, mais expressivamente, da redução da população em busca de trabalho, a geração de empregos no mercado formal foi expressiva em 2022, apesar de uma desaceleração observada no primeiro trimestre.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF) registrou em dezembro uma taxa de desemprego de 14,8%, uma redução de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre anterior, e de 1,1 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, desde o quarto trimestre de 2015. Contudo, houve redução da população ocupada que diminuiu em 2 mil trabalhadores no trimestre imediatamente anterior. A queda no contingente de desocupados no mesmo período foi maior, em 5 mil trabalhadores, resultando em uma taxa de desemprego trimestral (em comparação com o trimestre imediatamente anterior).

Focando a análise no mercado formal, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED) registrou um saldo positivo de 331 novos postos de trabalho no trimestre. Esse resultado é 98% menor em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Ainda com essa desaceleração, esse é o décimo saldo positivo consecutivo. No período analisado, o setor com maior criação de postos de trabalho foi transporte (+3.690 postos de trabalho), e o menor foi educação, com a extinção de 3.466 postos de trabalho. Assim, o saldo líquido de criação de trabalho com carteira assinada.

O número de desempregados no Distrito Federal foi estimado em 243 mil pessoas no quarto trimestre de 2022, uma redução de 5 mil em relação ao trimestre imediatamente anterior, resultando em uma taxa de desemprego trimestral negativa em relação aos 248 mil desocupados observados no trimestre imediatamente anterior. No mesmo período, a população ocupada cresceu em 2 mil pessoas (Gráfico 5), ao passo que a taxa de desemprego recuou 0,2 ponto percentual (p.p.) atingindo 14,8%. Ressalta-se que a taxa de desemprego em dezembro de 2022 foi de 14,5%, o menor valor desde dezembro de 2015. Comparando com o mesmo trimestre do ano anterior, quando estava em 15,9%, houve uma queda de 1,1 ponto percentual.

Gráfico 5 - PED/DF - (a) Taxa de participação no mercado de trabalho (%) e (b) Taxa de desemprego (%) - 1º trimestre de 2018 a 4º trimestre de 2022* - Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio IPEDF-DIEESE. Elaboração: CAECO/DI
*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

2.2.4. Distrito Federal: Inflação: IPCA e INPC

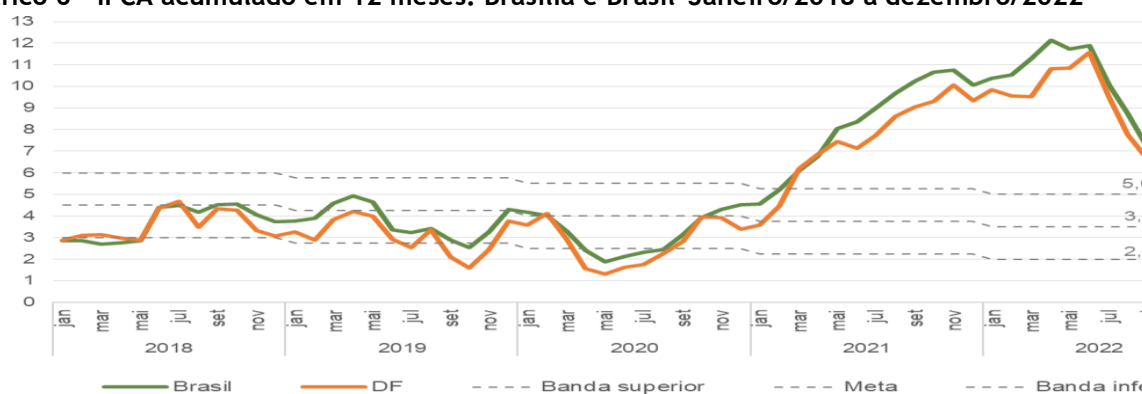
O ano de 2022 foi marcado por uma forte dinâmica inflacionária no Brasil e no Distrito Federal de forma que ambos mostraram uma inflação acumulada acima da meta definida pelo Banco Central. Ao longo do ano, contudo, verificou-se uma dinâmica inflacionária distorcida no Distrito Federal. O primeiro trimestre foi marcado por fortes altas, culminando numa inflação de dois dígitos ao final do primeiro trimestre. Por outro lado, a dinâmica se inverteu a partir de uma política de desoneração tributária que atingiu os combustíveis no segundo trimestre. Ainda assim, a inflação continua disseminada por boa parte dos produtos pesquisados, e no último trimestre

A inflação do Distrito Federal, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 6,26% no acumulado no ano. Em comparação com o trimestre anterior, esse resultado representa uma reversão na dinâmica inflacionária, pois o índice de inflação trimestral atingiu o menor valor da série histórica do Distrito Federal. As maiores contribuições para a inflação foram de Habitação e Transportes (2,50% e 0,56 p.p.), refletindo as altas nos preços da energia elétrica residencial (31,41%) e da redução na disseminação da inflação na cesta de produtos do DF, com o recuo de 71,6% no trimestre anterior para 66,2%. A maioria dos itens pesquisados pelo IBGE seguem registrando incrementos em seus preços. A análise por quartil mostrou uma inflação intensamente sentida pelas famílias locais de baixa renda, que costumam gastar uma parcela maior do orçamento com itens de consumo básico. O acumulado em dezembro de 2022 corroborou essa análise, ficando em 2,45%, patamar abaixo do IPCA nacional.

A inflação trimestral acima da média nacional levou o DF a registrar o índice acumulado em 12 meses (IPCA) acima da meta pela primeira vez desde maio 2021. Com isso, tanto o DF como o Brasil terminaram o ano de 2022 com a inflação acima da meta.

Banco Central do Brasil (BCB). Este é o segundo ano consecutivo que a inflação anual extrapola a meta do BCB, o que não ocorreu nos últimos anos.

Gráfico 6 - IPCA acumulado em 12 meses: Brasília e Brasil Janeiro/2018 a dezembro/2022



Fonte: IBGE. Elaboração: CAECO/DIEPS/IPEDF Codeplan

2.3. DESIGUALDADE

Estudos sobre desigualdade concentram suas análises na esfera monetária da vida da população, sendo a renda que ela é um importante determinante da obtenção das necessidades básicas das pessoas via consumo. No entanto, outros aspectos de vida da população e, por isso, é importante levá-los em conta ao se analisar a desigualdade.

Uma abordagem multidimensional da desigualdade é fundamental, visto que ela leva em conta outros aspectos diretamente as assimetrias econômicas e sociais em uma população. Mais do que retratar a desigualdade de forma tradicional, o argumento de que o padrão de vida é determinado pelo consumo, sendo a renda uma variável central, faz-se necessário considerar aspectos que impactam o bem-estar dos indivíduos, tais como saúde e educação. Incluir esses aspectos, que vão além da esfera monetária, dá a ter um aspecto multidimensional, sendo possível, dessa forma, entender sua heterogeneidade (BATISTA e MOLLO, 2019).

No entanto, vale ressaltar que a renda, como uma medida primária de desigualdade, permanece relevante porque se relaciona com privações em outras esferas da vida, como saneamento básico, seguridade social e educação (STIGLITZ, 2000).

Esta seção busca destacar as desigualdades no Distrito Federal (DF) por meio de uma abordagem multidimensional, considerando aspectos relacionados à pobreza monetária, educação, saúde e mercado de trabalho. Em cada subseção, inicialmente são analisadas as desigualdades existentes no território do DF e, em seguida, quando relevante, analisa-se a desigualdade observada em nível municipal.

² BATISTA, Henrique Rogê; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A questão da desigualdade multidimensional: discutindo a construção de um indicador. *Revista de Economia Conjunta*, vol. 22, no. 1, p. 1-15, 2019.

³ STIGLITZ, J. E. Alargando a nossa reflexão sobre vulnerabilidade. In: PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2000.

Os dados utilizados nas análises foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD). Importante destacar que, para algumas análises, adotou-se o Critério Brasil⁴ para a classificação dos domicílios dos estratos socioeconômicos. A escolha por esse critério decorre do fato de que ele classifica o domicílio, e não o território que caracteriza um agrupamento socioeconômico mais homogêneo em cada estrato, dado que dentro de cada região há diferentes níveis de renda. A tabela 1 apresenta os estratos socioeconômicos do Critério Brasil e as respectivas rendas médias com os dados da PDAD 2021⁵.

Tabela 1. Distribuição da população e renda domiciliar média mensal, por estratos socioeconômico (Critério Brasil)

Critério Brasil	Distribuição da população (%)	Renda domiciliar mensal média
Classe A	5,57%	R\$ 32.420,09
Classe B1	8,09%	R\$ 21.566,94
Classe B2	21,64%	R\$ 12.909,35
Classe C1	22,66%	R\$ 7.895,54
Classe C2	22,54%	R\$ 3.944,35
Classe DE	15,67%	R\$ 2.437,55

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF

2.3.1. Pobreza monetária

Uma das formas de mensurar a desigualdade no território é pela pobreza monetária, que é definida como a falta de recursos monetários necessários para assegurar uma vida digna. Segundo os dados da PDAD 2021, cerca de 5,2% da população vive em situação de pobreza em 2021. Essa parcela da população estava vivendo em domicílios em que a renda domiciliar per capita era inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais). Olhando para a pobreza e a extrema pobreza separadamente, 3,71% da população do DF se encontrava em situação de extrema pobreza domiciliar *per capita* menor ou igual a R\$ 105,00 (cento e cinco reais); e aproximadamente 1,52%, em situação de pobreza domiciliar menor ou igual a R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)⁶.

A análise da pobreza monetária por regiões administrativas revela importantes disparidades no território. As regiões fora da linha de pobreza foram registradas no Plano Piloto (98,71%), Candangolândia (98,50%) e Cruzeiro (98,44%), enquanto as regiões Nascente/Pôr do Sol (86,75%), Paranoá (90%) e Planaltina (90,20%).

Desagregando os resultados por gênero, aproximadamente 4,95% dos homens se encontravam abaixo da linha de pobreza e 5,49% das mulheres. A análise por raça/cor também mostrou diferenciais relevantes. Entre negros e pardos em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor ou igual a R\$ 210 foi 5,92%, enquanto entre os não negros foi 4,31%.

Quanto aos grupos etários, aqueles com as maiores proporções de pessoas abaixo da linha de pobreza foram os de 60 a 69 anos (7,94%). Já as menores proporções foram observadas entre os grupos de 60 a 69 anos (2,96%) e o de 70 anos ou mais (2,96%).

⁴ O Critério Brasil é um classificador para a estratificação socioeconômica dos domicílios. A metodologia desse indicador é baseada no conceito de renda permanente, que expressa a renda disponível para o consumo.

⁵ Os valores monetários foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2023.

⁶ Critério estabelecido pelo Decreto nº 11.013, de 29 de março de 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11013.htm>

⁷ Na categoria negros estão agrupadas as pessoas que se declararam como pretas ou pardas na PDAD 2021. Brancos, amarelos e indígenas integram a categoria não negros.

⁸ As proporções observadas nos demais grupos etários podem ser consultadas no apêndice.

2.3.2. Perspectivas para a Educação no Distrito Federal

2.3.2.1. A Educação no Distrito Federal

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 apresenta informações que permitem traçar o perfil educacional da população do Distrito Federal (DF). Os dados indicam que, entre a população de 04 a 24 anos no DF, 72,9% frequentam escola/instituição de ensino pública.

Desagregando os dados por grupos de renda⁹, observa-se que mais de 80% das pessoas pertencentes aos grupos de renda alta e média-alta frequentam escola/faculdade, e quase 60% estão em uma instituição particular. Por outro lado, no grupo de baixa renda, apenas 14,2% frequentam escola/faculdade e, em um quadro inverso ao do grupo de renda alta, 60% frequentam instituição de ensino pública. A faixa etária de 04 a 24 anos que nunca frequentaram escola/faculdade foi registrada no grupo de baixa renda (3,3%), conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Percentual da população que frequenta escola/instituição de ensino por faixa etária e distribuição das escolaridades, por grupo de renda da PED (Distrito Federal, 2021)

Distribuição da população de 4 a 24 anos				
	DF (%)	Alta (%)	Média-alta (%)	Média-baixa (%)
Sim, pública	50,7	22,7	41,2	57,6
Sim, particular	22,2	59,8	32,4	14,2
Não, mas já frequentou	24,5	15,9	24,0	25,7
Não, nunca frequentou	2,6	1,6	2,4	2,5
Percentual da população de 0 a 17 anos que frequenta a escola				
	DF (%)	Alta (%)	Média-alta (%)	Média-baixa (%)
até 3 anos	17,5	21,1	20,6	15,4
De 4 a 5 anos	78,7	86,5	82,3	77,6
De 6 a 14 anos	98,2	99,3	98,1	98,2
De 15 a 17 anos	93,0	95,7	94,4	92,4
Distribuição da população de mais de 25 anos				
	DF (%)	Alta (%)	Média-alta (%)	Média-baixa (%)
Sem instrução	4,0	0,3	2,1	6,1
Fundamental incompleto ou equivalente	12,1	1,6	7,8	15,2
Fundamental completo ou equivalente	5,7	1,7	5,1	6,4
Médio incompleto ou equivalente	4,9	1,2	3,2	6,1
Médio completo ou equivalente	28,2	12,6	28,2	33,6
Superior incompleto ou equivalente	5,8	5,3	7,3	6,0
Superior completo	34,7	75,5	42,0	21,3
Sem classificação	4,4	1,8	4,1	5,3

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021. Elaboração: DIPOS/IPEA

⁹ Grupos de renda criados a partir da informação de renda da PDAD 2021. Grupo 1 (renda alta) - Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way; Grupo 2 (média-alta) - Arniqueira, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, SIA, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires; Grupo 3 (média-baixa renda) - Ceilândia, Gama, Sudoeste, Taguatinga e Sobradinho II; Grupo 4 (baixa renda) - Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, S. Nascente/P. do Sol, São Sebastião e Taguatinga II.

2.3.2.2. Frequência à creche

O percentual de crianças de até 03 anos que frequentam creche no Distrito Federal apresentou queda no PDAD. Segundo a PDAD 2021, 17,5% das crianças de 0 a 3 anos estavam frequentando creche, percentual abaixo da Pesquisa de Educação (PDE) do DF (2015-2024), que previa 36,7% de crianças matriculadas em creches em 2021. Essa proporção varia entre as regiões administrativas (RAs) e entre os estratos socioeconômicos do Critério Brasil.

As RAs com os maiores percentuais de crianças frequentando creche formalmente foram Guará (37,92%), Vercorim (37,92%) e Paranoá (37,92%). Já as RAs que apresentaram os maiores percentuais de crianças fora da creche foram Parkway (94,05%), Paranoá (93,92%) e Guará (93,92%).

A análise por Critério Brasil mostra que as classes A (23,48%) e B1 (29,59%) registraram as maiores proporções de crianças frequentando creche. Essa proporção decresce à medida que a renda domiciliar média diminui, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Crianças de 0 a 3 anos que estavam frequentando creche, por estratos socioeconômico (Critério Brasil)

Critério Brasil	Nº de crianças de 0 a 3 anos na creche	Proporção de crianças de 0 a 3 anos
Classe A	1.511	23,48%
Classe B1	3.264	29,59%
Classe B2	6.074	21,63%
Classe C1	5.568	17,10%
Classe C2	6.324	15,44%
Classe DE	4.008	12,01%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF

No grupo de renda alta, o percentual de crianças de até 03 anos frequentando creche passou de 40,1% em 2020 para 34,7% em 2021, segundo a PDAD dos respectivos anos. Essa variação pode estar relacionada à interrupção temporária de aulas e atividades escolares devido ao distanciamento social para combater a disseminação do coronavírus durante a pandemia de covid-19, iniciada em 2020. Em 2021, é possível que os dados reflitam os efeitos dessa e de outras medidas adotadas após o início da pandemia. No geral, os dados mostram que estão, de fato, por trás dessa queda na frequência de crianças de renda alta em creche.

2.3.2.3. Escolaridade da população com 25 anos ou mais

A análise do nível de escolaridade da população é feita apenas para as pessoas acima de 25 anos, para as quais a pesquisa ainda não tenha sido finalizado. No Distrito Federal, segundo a PDAD 2021, a distribuição das pessoas com 25 anos ou mais por nível de escolaridade é: ensino superior completo (34,73%); ensino médio completo (32,02%); ensino fundamental completo (10,61%), ensino fundamental incompleto (10,61%).

A distribuição da população com 25 anos ou mais por nível de escolaridade apresenta importantes diferenças entre os grupos de renda. No grupo de renda alta, 75,5% das pessoas de 25 anos ou mais possuem nível superior completo, enquanto no grupo de baixa renda essa proporção é de 10,6%. De pessoas com nível médio completo estão nos grupos de renda média-baixa e baixa: 33,6% e 33,7%, respectivamente. No grupo de renda, a maior parte das pessoas possui ensino médio completo, enquanto nos grupos de renda média-alta e alta a maior parte possui ensino superior completo. O percentual de pessoas que não completaram o nível fundamental é maior no grupo de renda baixa, representando 10,6%.

Por RA, Lago Sul e Sudoeste/Octogonal apresentaram as maiores proporções de pessoas com ensino superior completo, respectivamente. Já Scia/Estrutural (4,28%) e Sol Nascente/Pôr do Sol (6,28%) foram as RAs com as menores proporções de pessoas com ensino superior completo em 2021. Os valores para as demais regiões administrativas podem ser consultados no apêndice.

Quando são considerados os estratos socioeconômicos do Critério Brasil, também são observados importantes diferenças na distribuição da população. Conforme pode ser observado na tabela 3, os estratos socioeconômicos com as maiores rendas médias domiciliares são aqueles com maior proporção de pessoas com ensino superior completo. Na Classe A, esse percentual é de 80,89%, enquanto na classe DE apenas 2,05% da população possui ensino superior completo. O inverso ocorre para o ensino médio completo, fundamental completo e fundamental incompleto. Os níveis de escolaridade foram observadas nos estratos socioeconômicos com as menores rendas médias.

Tabela 3. Distribuição da população de 25 anos ou mais por nível de escolaridade e estrato socioeconômico (Critério Brasil, 2021)¹⁰

Critério Brasil	Superior completo	Médio completo	Fundamental completo	Fundamental incompleto
Classe A	80,89%	14,88%	1,68%	1,09%
Classe B1	75,37%	18,56%	2,29%	1,83%
Classe B2	57,75%	30,22%	5,08%	4,19%
Classe C1	32,88%	44,07%	9,84%	8,67%
Classe C2	8,97%	46,82%	16,70%	19,12%
Classe DE	2,05%	32,02%	21,77%	32,02%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: Dips/IPEDF

Desagregando os resultados por gênero, não foram observadas diferenças significativas entre homens e mulheres em relação ao nível de escolaridade. O mesmo não ocorreu quando foi feita a desagregação por raça/cor. Enquanto, entre os não negros, 44,37% apresentaram ensino superior completo, apenas 27,50% dos negros tem essa etapa de ensino concluída.

2.3.2.4. Projeção do atendimento educacional até 2027

O PDE 2015-2024 é uma referência para a elaboração de planos plurianuais (PPAs). O PDE propõe diretrizes para desdobrar em programas e políticas de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de evitar a descontinuidade decorrente da falta de recursos. As metas educacionais contidas no PDE a serem alcançadas até o ano de 2024 e a capacidade atualmente instalada se comparadas com as necessidades, buscou-se projetar a necessidade de atendimento educacional no Distrito Federal até 2027, ainda que o documento não tenha sido atualizado.

Segundo o Censo Escolar, foram registradas 97.817 matrículas na Educação Infantil no Distrito Federal (incluindo as pré-escolas). Considerando que a faixa etária esperada de crianças matriculadas em creche é 0 a 3 anos e a faixa esperada de crianças matriculadas em pré-escola é 3 a 5 anos e o tamanho desses grupos segundo as projeções populacionais realizadas pelo IPEDF Codeplan, calculou-se a necessidade de matrículas em cada etapa de ensino. Conforme mostra a tabela 2, a proporção de crianças matriculadas em creches foi 18,5%, em 2021, enquanto a necessidade foi 86,4%. Esses valores estão abaixo das metas estabelecidas pelo PDE para o atendimento da população nessas faixas etárias (mínimo, 60% para as creches).

¹⁰ Os valores representados por ** não foram reportados, pois não eram estatisticamente representativos para a população (amostra insuficiente)

Como a meta do PDE de garantir o acesso universal dos estudantes a partir dos 6 anos ao ensino fundamental foi atingida, não há necessidade de ampliar o atendimento nessa etapa de ensino no DF no período em questão.

Na análise do ensino médio, observou-se que o número de matrículas nessa etapa de ensino corresponde ao número de estudantes residente no DF - faixa etária esperada para os estudantes dessa etapa. O PDE prevê a universalização do atendimento até 17 anos. Caso a proporção de pessoas matriculadas no ensino médio permanecesse a mesma até 2027, o total de matrículas em 100% de atendimento seja alcançada, a projeção aponta para uma necessidade de atendimento de 19.530 matrículas.

A meta 12 do PDE prevê elevar a taxa bruta de matrícula¹¹ da educação superior para 65%. Os dados do PDE 2021 a taxa estava em 40,2% em 2021. No exercício de projeção, observou-se que se a proporção de matriculados nessa etapa de ensino total de matrículas esperado será 135.745. Seriam necessárias mais 83.474 matrículas para se alcançar a meta de 65% de matrícula superior.

2.3.2.5. Distorção idade-série

Em 2021, cerca de 7% das crianças da Educação Básica (06 a 14 anos) apresentavam atraso escolar de acordo com o Índice Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC)¹². A distorção foi maior para o Ensino Médio, situação de atraso, como mostram os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹³ de 2021. Importante ressaltar que os dados aos estudantes das turmas em situação de distorção idade-série com tempo integral. Os dados da PDAD 2021 mostram a distorção idade-série por grupos de renda, expostos na tabela 3. Esse percentual apresenta poucas variações entre os grupos.

Tabela 3. Percentual da população em distorção idade-ano por faixas etárias e grupos de renda (Distrito Federal)

Percentual da população em distorção idade-ano	DF (%)	Alta (%)	Média-alta (%)	Média-baixa (%)
De 06 a 14 anos	4,6	3,3	5,1	4,1
De 15 a 17 anos	11,3	7,3	12,4	9,1
18 anos ou mais	1,3	0,3	0,7	1,1

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021. Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

2.3.3. Mercado de trabalho

Renda média bruta mensal do trabalho principal¹⁴

A renda média bruta mensal do trabalho principal¹⁵ no DF foi R\$4.319 (quatro mil trezentos e noventa e nove reais). Os municípios de Sudoeste/Octogonal registraram as maiores médias, R\$14.772 e R\$ 10.710, respectivamente. Já Scia/Estrutural (RS 1)

¹¹ Taxa bruta de matrícula é a razão entre o total das matrículas em um nível educacional específico, independentemente da idade dos estudantes, e a população na faixa etária oficial devida à entrada antecipada ou tardia e/ou repetição do ano letivo

¹² Disponível em: <https://gedu.org.br/brasil/distorcao-idade-serie>. Acesso em 26 jun. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em 26 jun. 2023.

¹⁴ Os valores monetários foram deflacionados pelo IPCA de abril de 2023.

¹⁵ Para pessoas com mais de um trabalho, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalha normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas, define-se como principal aquele que proporciona normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa trabalha em todas as opções a pessoa indica um dos trabalhos para fornecer as informações.

foram as RAs com as menores médias da renda bruta do trabalho principal. A tabela do apêndice apresenta os resultados das Regiões Administrativas - Taxa desemprego.

Quando a análise é feita considerando gênero e raça/cor, são observadas diferenças importantes. O rendimento médio no DF, em 2021, foi aproximadamente R\$ 4.696,845 reais a mais do que a média das mulheres (R\$ 3.850). A diferença para os negros (R\$ 3.554) é ainda maior, cerca de 1.961 reais.

Taxa de Desemprego

No DF, segundo a PDAD 2021, a taxa de desemprego¹⁶ é 10,93%. A análise por região administrativa indica que as maiores taxas de desemprego são: Brazlândia (21,53%) e Recanto das Emas (14,48%). Já as RAs com as menores taxas são: Sudoeste/Octogonal (4,91%). O apêndice apresenta a taxa de desemprego para as demais regiões administrativas.

Por Critério Brasil, observa-se que a Classe A (2,50%) registrou a menor taxa de desemprego, sendo seguida pelas classes C1 (10,08%), C2 (14,73%) e DE (19,30%). Entre as mulheres, a taxa de desemprego foi 14,58%, cerca de 6,7 pontos percentuais a mais do que a dos homens (7,88%). Entre os negros (12,27%), ela é aproximadamente 3,3 pontos percentuais superior à dos não negros (8,99%).

2.3.4. A Saúde no Distrito Federal

Segundo a PDAD 2021, aproximadamente 32,25% das pessoas residentes no DF possuíam plano de saúde em 2021. As maiores proporções de pessoas com plano de saúde foram: Lago Sul (91,03%) e Sudoeste/Octogonal (86,07%), já as com as menores proporções foram: Recanto das Emas (4,91%). Os valores para as demais regiões administrativas podem ser consultados no apêndice.

A análise por estrato socioeconômico indica que a classe A registrou a maior proporção de pessoas com plano de saúde em 2021, sendo essa proporção decrescente à medida que se avança em direção aos estratos socioeconômicos com menor renda.

Tabela 4. Quantidade e proporção de pessoas com plano de saúde por estrato socioeconômico (Critério Brasil)

Critério Brasil	Número de pessoas com plano de saúde	Proporção de pessoas com plano de saúde
Classe A	144.284	85,97%
Classe B1	182.808	75,02%
Classe B2	341.078	52,35%
Classe C1	185.205	27,15%
Classe C2	74.578	10,99%
Classe DE	17.292	3,67%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração: Dipos/IPEDF

Não foram observadas diferenças significativas entre homens e mulheres quanto à posse de plano de saúde em 2021. Quanto à desagregação por raça/cor, enquanto 41,85% possuem plano de saúde entre não negros, esse número é 25,11% entre os negros.

¹⁶A taxa de desemprego é calculada como a razão entre o número de pessoas desocupadas e a população economicamente ativa (PEA), que é a soma de todas as pessoas potencialmente capazes de trabalhar (ocupadas) ou desempregadas (desocupadas). Diante disso, a PEA é calculada pelo somatório das pessoas ocupadas, que estão trabalhando, com as desocupadas.

2.3.4.1. Perspectivas para a Saúde no Distrito Federal

A organização da política pública de saúde divide o território do Distrito Federal (DF) em sete regiões de suas áreas de abrangência e ao tamanho da população usuária do SUS¹⁸ presente em cada uma. Os dados da Pesquisa de 2021 evidenciam essa diferenciação: enquanto na região de saúde Oeste, composta por Ceilândia, Brazlândia e Sol é usuária do SUS (o que corresponde a 499.443 pessoas), na região Central, esse percentual é de 28,4%, conforme mo

Tabela 1. Distribuição da população, taxa de crescimento da população e percentual de usuários do SUS por RA e r

Regiões/RA	Distribuição da População		Taxa média decréscimo popul
	2021 (%)	2027 (%)	2021-2027 (%)
Região Sudoeste	27,42	27,79	1,4
Taguatinga	6,81	6,64	0,7
Vicente Pires	2,54	2,64	1,7
Águas Claras	4,07	4,00	0,9
Arniqueira	1,52	1,46	0,4
Recanto das Emas	4,40	4,76	2,4
Samambaia	8,08	8,30	1,6
Região Oeste	16,58	15,95	0,5
Brazlândia	2,10	2,05	0,7
Ceilândia	11,47	10,78	0,1
Sol Nascente/ Pôr do Sol	3,02	3,13	1,7
Região Centro-Sul	11,80	11,62	0,9
Núcleo Bandeirante	0,78	0,75	0,5
Riacho Fundo I	1,44	1,43	1,0
Riacho Fundo II	2,40	2,34	0,7
Park Way	0,76	0,74	0,8
Candangolândia	0,53	0,48	-0,4
Guará	4,60	4,55	1,0
SIA	0,09	0,08	0,8
SCIA/ Estrutural	1,21	1,23	1,4
Região Sul	8,98	8,47	0,2
Gama	4,68	4,45	0,3
Santa Maria	4,30	4,02	0,0
Região Leste	10,53	11,46	2,6
Paranoá	2,44	2,33	0,4
Itapoã	2,13	3,07	7,5
Jardim Botânico	1,92	2,03	2,1
São Sebastião	4,04	4,03	1,1
Região Norte	11,72	12,02	1,6
Planaltina	6,45	6,80	2,0
Sobradinho	2,40	2,30	0,4

¹⁷ As sete regiões de saúde do Distrito Federal são: Central (Asa Sul, Asa Norte, Cruzeiro, Lago Norte, Varjão e Vila Planalto); Centro-Sul (Candangolândia, Estrutural, Guará, Pa Setor de Indústria e Abastecimento - SIA e Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA); Norte (Planaltina, Sobradinho II e Fercal); Sul (Gama e Santa M Jardins Mangueiral); Oeste (Brazlândia e Ceilândia); e Sudoeste (Águas Claras, Recanto das Emas, Samambaia, Taguatinga e Vicente Pires).

¹⁸ Foram considerados como usuários do SUS os respondentes da PDAD 2021 que informaram que não possuem plano de saúde

	Distribuição da População		Taxa média decréscimo populacional
	2021	2027	2021-2027
Sobradinho II	2,55	2,63	1,7
Fercal	0,31	0,29	0,0
Região Central	12,97	12,68	0,8
Plano Piloto	7,67	7,55	0,9
Lago Norte	1,22	1,21	1,1
Lago Sul	0,98	0,93	0,3
Cruzeiro	1,00	0,91	-0,4
Sudoeste/Octogonal	1,81	1,79	0,9
Varjão	0,29	0,29	0,9

Fonte: Codeplan, Projeções Populacionais por Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030, 2019; e Codeplan, Pesquisas

Além dos diferenciais entre as regiões de saúde, a tabela 1 mostra como a proporção da população que é atendida entre as regiões administrativas (RAs) do DF. A maior proporção de pessoas que usa o SUS - pessoas que declararam usar o SUS - registrada em Itapoã (95,3%). O Lago Sul, por sua vez, foi a RA com a menor proporção de usuários do SUS (8,8%).

Esta seção busca apresentar um cenário prospectivo para a área da saúde pública no Distrito Federal. Será analisado o número de Unidades Básicas de Saúde (UBS), de equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de equipes de Atenção Básica (AB), de equipes de Atenção Primária (ACS) e de enfermeiros necessários para atender à população do DF entre 2023-2027. Também serão apresentados os resultados de exames citopatológicos de rastreamento do câncer de colo de útero, mamografias e vacinas para a população menor de 18 anos em 2027.

2.3.4.2. Projeções de unidades, equipes e profissionais para atendimento no DF 2023-2027

Diferentes normativas federais e distritais disciplinam a quantidade mínima de unidades, equipes e profissionais necessários para atender a população em consideração a população do território.

Em relação às Unidades Básicas de Saúde (UBS), a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.488, de 21 de dezembro de 2011 (que institui a Atenção Básica) recomenda a existência de 1 UBS com equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para, no máximo, 10 mil habitantes em áreas urbanas. A portaria nº 114, de 10 de fevereiro de 2022, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) recomenda a existência de 1 UBS para cada equipe da ESF.

Quanto ao número de agentes comunitários de saúde (ACS), a Política Nacional de Atenção Básica prevê que cada equipe de Atenção Básica deve atender, no máximo, 750 pessoas. A política também prevê a existência de 12 (doze) ACS.

A Portaria do Ministério da Saúde nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012, que redefine os parâmetros de organização da Atenção Básica (NASF) às Equipes Saúde da Família (ESF) e/ou equipes de Atenção Básica (AB), entre outros atos, disciplina:

- Cada NASF 1 deve estar vinculado a no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) ESFs e/ou equipes de Atenção Básica
- Cada NASF 2 deverá estar vinculado a no mínimo 3 (três) e a no máximo 4 (quatro) ESFs e/ou equipes de Atenção Básica
- Cada NASF 3 deverá estar vinculado a no mínimo 1 (uma) e a no máximo 2 (duas) ESFs e/ou equipes de Atenção Básica

De acordo com o Plano Distrital de Saúde 2020-2023, a meta de cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), a meta de cobertura populacional em 2023. Para as equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), a meta de cobertura populacional em 2023.

Considerando os quantitativos e proporções previstos pelas normativas e a população projetada para as projeções populacionais realizadas pelo IPEDF Codeplan¹⁹, estimou-se a quantidade mínima necessária de UBS, ESF e NASF-AB para a população do DF de 2023 a 2027, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2. Projeção de quantidade de UBS, ESF, NASF-AB, ACS e enfermeiros de acordo com metas de cobertura da população e proporções recomendadas para o Distrito Federal (2023-2027)

Ano	Projeções populacionais DF	Quantidade de UBS	Quantidade de equipes ESF (81%)	Quantidade de NASF - AB (77%)	Número de agentes
2023	3.167.502	264	641	68	
2024	3.204.070	267	649	69	
2025	3.239.675	270	656	69	
2026	3.274.291	273	663	70	
2027	3.307.883	276	670	71	

Fonte: Codeplan, Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030(2022). Elaboração própria.

2.3.4.3. Alinhamento com o plano de governo 2023-2026: estimativa de demanda potencial

Considerando a proposta de “reduzir a incidência do câncer do colo do útero e de mama mediante ampliação do plano de governo do DF 2023-2026, buscou-se estimar a potencial demanda por esses exames preventivos no DF para os anos de 2023 a 2027.

O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) recomenda que o exame citopatológico para o câncer de colo de útero, seja oferecido às mulheres de 25 a 64 anos que já tiveram atividade sexual²⁰(INCA, 2016). Segundo o INCA, 25 a 64 anos residentes no DF não possuem plano de saúde. Considerando esse percentual como uma estimativa da população etária, que dependem do sistema público de saúde para realizar seus exames e assumindo que ele permanecerá o mesmo até 2027, estima-se o número de mulheres sem plano de saúde (e potencialmente dependentes do sistema público de saúde) no DF para os anos de 2023 a 2027.

Os números apresentados na tabela 3 não representam o tamanho da demanda por exames citopatológicos no DF, mas indicam uma potencial demanda por esses exames na rede pública de saúde, assumindo que o percentual observado em 2021 permanecerá o mesmo até 2027 e que todas as mulheres sem plano buscarão realizar seus exames preventivos.

Tabela 3. Projeção populacional de mulheres de 25 a 64 anos no Distrito Federal sem plano de saúde

Ano	Quantidade de mulheres de 25 a 64 anos	Quantidade de mulheres de 25 a 64 anos sem plano de saúde
2024	966.878	
2025	978.831	
2026	990.587	
2027	1.001.078	

Fonte: Codeplan, Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030(2022). Elaboração própria.

¹⁹ Codeplan, Projeções Populacionais por Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030

²⁰ A priorização dessa faixa etária justifica-se por ser aquela com maior ocorrência das lesões de alto grau. Trata-se de lesões no colo de útero que, se não forem tratadas, pode evoluir para o câncer.

A mamografia, por sua vez, deve ser oferecida uma vez a cada dois anos às mulheres de 50 a 69 anos (INCA/PDAD 2021, 62% das mulheres do Distrito Federal de 50 a 69 anos não possuem plano de saúde. Fazendo o mesmo exercício para as mulheres de 60 a 64 anos, calculou-se o número de mulheres de 50 a 69 anos sem plano de saúde (e potencialmente dependentes de cuidados de saúde) em anos de 2024 a 2027, assumindo que a proporção de mulheres sem plano nessa faixa etária observada em 2021 se mantém.

Os resultados da tabela 4 indicam a potencial demanda por esses exames na rede pública de saúde, assumindo que a proporção de mulheres sem plano de saúde observado em 2021 permanecerá o mesmo até 2027 e que todas as mulheres sem plano buscarão realizar o exame.

Tabela 4. Projeção populacional de mulheres de 50 a 69 anos e de mulheres de 50 a 69anos sem plano de saúde (2024-2027)

Ano	Quantidade de mulheres de 50 a 69anos	Quantidade de mulheres de 50 a 69 anos, sem plano de saúde
2024	341.971	
2025	354.188	
2026	366.948	
2027	380.209	

Fonte: Codeplan, Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030(2022). Elaborado pelo IPEA.

Outra proposta do plano de governo 2023-2026 prevê a ampliação da aplicação das vacinas básicas para 10 meses e grávidas. A projeção da população de crianças com menos de 1 ano (0 ano) representa um importante indicador que serão necessárias para atingir a cobertura vacinal proposta pelo plano. A tabela 5 apresenta a população com menos de 1 ano de 2024 a 2027. Destaca-se que, conforme a projeção, que a população menor de 1 ano reduzirá no período considerado.

Tabela 5. Projeção populacional de crianças menores de 1 (um) ano (2024-2027)

Ano	Crianças de 0anos no DF
2024	42.388
2025	42.087
2026	41.784
2027	41.468

Fonte: Codeplan, Projeções Populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030(2022). Elaborado pelo IPEA.

2.3.5. Análise prospectiva: redução da desigualdade no DF

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número 1 (ODS 1) trata da erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todos os lugares. A meta 1.2 do ODS 1 prevê, até 2030, “reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e jovens na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais”²¹.

A fim de realizar uma análise prospectiva das condições de desigualdade no DF, buscou-se estimar o número de pessoas que para que a meta 1.2 do ODS 1 fosse atingida em 2030. Para tanto, adotou-se o conceito de pobreza monetária utilizado pelo IPEA, que considera que estão abaixo da linha de pobreza as pessoas cuja renda domiciliar per capita é igual ou menor do que R\$ 210. Utilizado o conceito de pobreza monetária, o IPEA estima que em 2023, 14,3 milhões de pessoas estavam abaixo da linha de pobreza no DF.

²¹ IPEA. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html> >. Acesso em 19 de junho de 2023

pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF)²², para termos o tamanho estimado da população no DF de pessoas vivendo na pobreza, para todas as desagregações (DF, por gênero e por grupos etários), permaneceria com o mesmo tamanho em 2030.

Dessa forma, supondo que em 2030 a proporção de pessoas em situação de pobreza fosse a mesma observada em 2021 (PDAD 2021), 177.934 estariam vivendo na pobreza. A tabela 5 apresenta a proporção de pessoas vivendo na pobreza em 2030 para o DF como um todo e por gênero e grupos etários.

Tabela 5. Redução da Pobreza monetária conforme meta 1.2 do eixo de erradicação da pobreza dos Objetivos Sustentáveis

Desagregação	2021		2030
	Nº pessoas abaixo da linha de pobreza	% de pessoas abaixo da linha de pobreza	Nº pessoas abaixo da linha de pobreza
DF	111.796	5,23%	177.934
Gênero			
Homens	71.333	4,95%	81.073
Mulheres	86.140	5,49%	96.862
Grupos Etários			
0 a 5 anos	20.647	8,59%	20.269
6 a 14 anos	27.175	7,94%	28.525
15 a 17 anos	10.042	7,09%	8.783
18 a 24 anos	16.834	5,00%	15.776
25 a 29 anos	13.139	5,31%	14.065
30 a 39 anos	23.140	4,37%	23.130
40 a 49 anos	21.634	4,55%	24.896
50 a 59 anos	17.512	5,14%	23.672
60 a 69 anos	6.197	2,96%	9.315
70 ou mais	1.153	0,78%	1.964

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Codeplan, Projeções populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/projecoes-populacionais-para-as-regioes-administrativas-do-distrito-federal>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

Elaboração: Dips/IPEDF.

Para que a meta de reduzir à metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza fosse atingida, estima-se, para o DF, que 177.934 pessoas sairiam dessa condição no Distrito Federal.

²² Codeplan. Projeções populacionais para as Regiões Administrativas do Distrito Federal 2020-2030. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/projecoes-populacionais-para-as-regioes-administrativas-do-distrito-federal>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

2.3.6. APÊNDICE

Tabela 1. Renda bruta média do trabalho principal, Taxa de desemprego, Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de pessoas com plano de saúde por gênero, raça/cor e regiões administrativas (Distrito Fed

Desagregação	Renda bruta do trabalho principal (média)	Taxa de Desemprego	Escolaridade (Superior Completo)
DF	R\$ 4.319	10,93%	34,73%
Gênero			
Homens	R\$ 4.696	7,82%	35,43%
Mulheres	R\$ 3.850	14,58%	34,13%
Raça-Cor			
Não Negros	R\$ 5.505	12,27%	44,37%
Negros	R\$ 3.544	8,99%	27,50%
Regiões Administrativas			
Piano Piloto	R\$ 9.955	3,07%	73,92%
Gama	R\$ 3.089	10,97%	26,33%
Taguatinga	R\$ 3.663	8,54%	34,58%
Brazlândia	R\$ 2.371	21,53%	20,36%
Sobradinho	R\$ 4.054	15,49%	34,94%
Planaltina	R\$ 2.084	17,10%	17,41%
Paranoá	R\$ 1.973	15,38%	10,23%
Núcleo Bandeirante	R\$ 4.236	8,75%	39,79%
Ceilândia	R\$ 2.269	12,76%	13,41%
Guará	R\$ 4.385	7,21%	55,67%
Cruzeiro	R\$ 6.105	4,10%	55,34%
Samambaia	R\$ 2.856	14,43%	27,07%
Santa Maria	R\$ 2.685	12,22%	20,60%
São Sebastião	R\$ 1.939	13,45%	12,60%
Recanto das Emas	R\$ 2.109	17,48%	14,88%
Lago Sul	R\$ 14.722	1,29%	86,51%
Riacho Fundo	R\$ 3.375	9,87%	29,94%
Lago Norte	R\$ 9.238	6,11%	69,71%
Candangolândia	R\$ 3.915	9,07%	35,46%
Águas Claras	R\$ 8.733	3,97%	77,76%
Riacho Fundo II	R\$ 2.450	13,59%	16,30%
Sudoeste/Octogonal	R\$ 10.710	0,63%	85,35%
Vargem	R\$ 2.105	14,58%	12,65%
Parkway	R\$ 10.012	1,83%	79,11%
Socia/Estrutural	R\$ 1.555	13,44%	4,28%
Sobradinho II	R\$ 3.115	13,76%	25,77%
Jardim Botânico	R\$ 8.534	4,71%	62,55%
Itapoã	R\$ 1.858	15,73%	10,99%
Vicente Feres	R\$ 4.913	5,86%	43,49%
Fercal	R\$ 1.847	14,61%	6,40%
Sol Nascente/Pôr do Sol	R\$ 1.768	12,96%	6,28%
Amniqreira	R\$ 4.720	8,70%	35,55%

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021. Elaboração

²³ Os valores de renda bruta do trabalho principal foram deflacionados pelo IPCA de abril de 2023

2.4. DIMENSÃO TERRITORIAL

2.4.1. Contextualização Metropolitana, Urbana e Ambiental

Esta Nota Técnica caracteriza o contexto metropolitano, urbano e ambiental do Distrito Federal no período obtidas pela Pesquisa Metropolitana de Amostra de Domicílios- PMAD 2019-2020 e pela Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios- PDAD 2019-2020, bem como as conclusões obtidas por meio do cálculo do Índice de Bem Estar Urbano do DF, do novo cálculo do Déficit Habitacional e do Índice de Qualidade de Vida do DF pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF no período mencionado. Além disso, a presente contextualização faz um balanço da situação atual do DF em relação à sua evolução aprovada no período e seu estágio de implementação, em especial no relativo às ações propostas no Plano Diretor de Cidades do DF, no Plano Diretor de Política de Recursos Hídricos, Áreas Protegidas e no Zoneamento Ecológico Econômico- ZEE/DF.

As informações aqui apresentadas servem de subsídio à formulação dos instrumentos de planejamento urbano e ambiental, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, processo de revisão do PDOT - contribuindo no processo de gestão do território em conjunto com municípios limítrofes.

2.4.2. Dinâmicas Metropolitanas

A formação metropolitana de Brasília carrega a particularidade de não constituir um arranjo formal de regiões metropolitanas previsto no Estatuto da Metrópole²⁴ da inclusão do Distrito Federal em RM, apenas de municípios (Art. 4º).

No caso do DF, o arranjo institucional possível para garantir o planejamento conjunto dos serviços comuns da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE²⁵), com o objetivo de planejar, em especial, o desenvolvimento econômico e social, os empregos (IPEA, 2021), e permitir uma ação articulada da União, DF e dos estados de Goiás e Minas Gerais na área de influência da RIDE.

A RIDE abrange uma área de 94.570,39 km², com uma população de 5 milhões de habitantes, aproximadamente com um PIB de cerca de 300 bilhões de reais, correspondendo à terceira maior região metropolitana do Brasil em termos econômicos, com 33 municípios²⁶, sendo 29 goianos e 4 mineiros (Mapa 1), com grande diversidade cultural, ambiental e produtiva, com setores como indústria, agropecuária e turismo. Há diferenças no tipo de interação entre o DF e os municípios integrantes da RIDE, tendo em alguns, e outros, com uma relação de características metropolitanas.

Em 2014, a então Codeplan (atual IPEDF Codeplan) apresentou a Nota Técnica nº 01/2014 - Delimitação do Espaço Urbano do Distrito Federal e o conceito de Área Metropolitana de Brasília (AMB), baseado nos fluxos demográficos, de mão-de-obra, de serviços de transporte e de serviços diversos, construídos por meio da integração do mercado de trabalho, deslocamento cotidiano, relações de vizinhança e de proximidade.

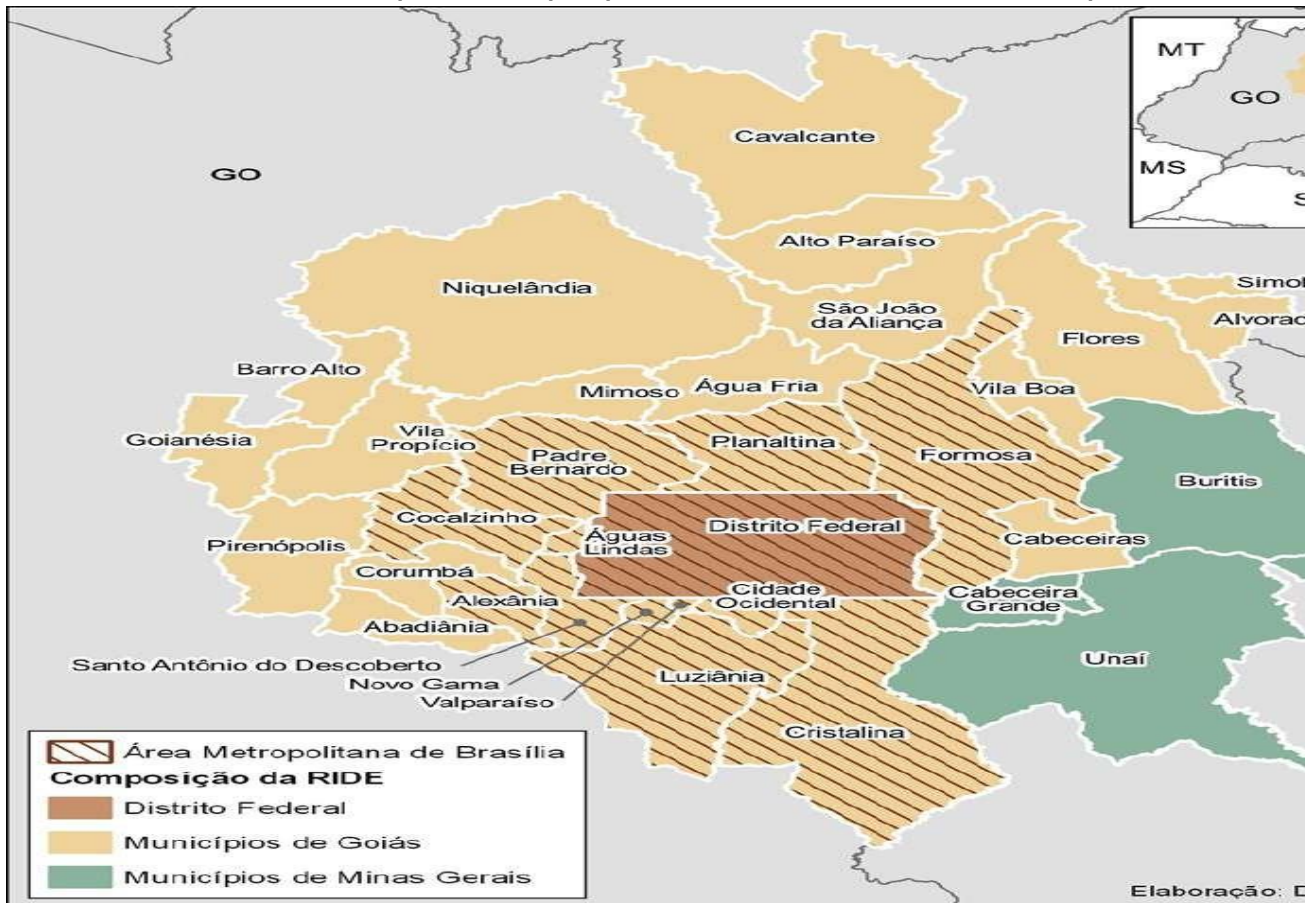
²⁴ BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

²⁵ BRASIL. Lei Complementar Federal nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, atualmente regulamentada pelo Decreto federal nº 7.469, de 4 de maio de 2010 e pela Lei Complementar federal nº 163, de 14 de junho de 2018.

²⁶ Recentemente foi aprovado no Senado Projeto de Lei Complementar incluindo o 34º município, Uruana de Minas - MG, distante 242 quilômetros de Brasília. O Projeto de Lei Complementar nº 94, de 1998, que instituiu a RIDE/DF. De acordo com essa norma, municípios provenientes de desmembramentos passariam a compor a RIDE/DF. A inclusão do município à região integrada do Distrito Federal e o projeto encontra-se agora na Câmara dos Deputados para análise e decisão.

destacando nessa dinâmica metropolitana o Distrito Federal acrescido de 12 municípios goianos²⁷ (Periferia Metropolitana) em uma relação mais estreita com o DF.

Mapa 1: Municípios pertencentes à RIDE-DF e à Área Metropolitana de Brasília



²⁷ PMB: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás.

Ao se analisar a evolução populacional da AMB verifica-se um acelerado crescimento ocorrido na região ao redor da Capital Federal.

A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD 2019-2020)²⁸ contabilizou a população urbana em 12 municípios goianos da AMB. Na distribuição da população por sexo pela faixa etária, observa-se que há preferência por filhos mais jovens (65,59% dos homens x 67,02% das mulheres). A força de trabalho, ou seja, população de 15 a 59 anos, atinge 52,32% para a faixa de quatro a cinco e 95,6% para a de seis a 15 anos. Já na faixa mais alta de idade, 16 a 29 anos, esse percentual é menor.

Em relação à cor ou à raça, os resultados da PMAD indicam que o percentual de pardos na PMB é maior do que na AMB e maior no DF do que na Periferia Metropolitana de Brasília.

As características educacionais levantadas pela PMAD 2019/2020 na PMB revelam que, nas faixas mais jovens, há maior escolaridade: 52,32% para a faixa de quatro a cinco e 95,6% para a de seis a 15 anos. Já na faixa mais alta de idade, 16 a 29 anos, esse percentual é menor.

Quanto aos serviços de educação, 74,5% dos estudantes da PMB frequentam escolas do próprio município ou do DF, 1,1% se deslocam para outros municípios da PMB.

Quando se analisa o local de residência relacionado ao local de estudo, verifica-se que 89,58% dos estudantes estudam no DF. Dos 8,98% dos estudantes que estudam em Brasília, a preferência de 37,77% é pela Região Administrativa Plano Piloto, seguida de Gama, com 15,36% dos estudantes.

Ao analisar o modo de transporte para ir à escola dos moradores da PMB que estudam no DF, percebe-se que a maioria utiliza o modo de deslocamento a pé, enquanto 27,77% vão à escola de ônibus. Os demais modos de deslocamento concentram-se em outros meios de transporte.

Quanto à procura por serviços de saúde, cerca de 31,04% da população da PMB afirma nunca ter precisado procurar um serviço de saúde, 44,17% da população é o posto de saúde/unidade básica e 7,88% buscam serviços em UPA (Unidade de Pronto Atendimento).

Do total de usuários residentes na PMB, 79,92% utilizam serviços de saúde no próprio município e 17,92% utilizam serviços de saúde em Brasília, a predominância é na RA Plano Piloto, com 59,14%. A avaliação dos moradores da PMB sobre a situação dos serviços de saúde é mais positiva (43,76% avaliam como muito bom e bom) do que para aqueles que utilizaram os da PMB (23,55% avaliam como muito bom e bom).

A PMAD 2019-2020 indica que a população urbana com idade acima de 14 anos totaliza 76,02% das pessoas analisadas. Ao analisar a situação do trabalho dessa população, constata-se que cerca de 56,49% da população da PMB tem trabalho, e 43,51% não tem.

²⁸ Os dados apresentados nessa seção foram extraídos da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD 2019-2020), disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD-Resultados-para-a-Periferia-Metropolitana-de-Brasilia-PMB-2019-2020.pdf>>

Quanto ao local de trabalho, observa-se que 30,72% da população com 14 anos ou mais trabalha no próprio município. Dos que trabalham fora do município, 36,14% dos ocupados trabalham no DF, com a expressiva parcela dos que trabalham no Distrito Federal. Em segundo lugar, aparece a RA Taguatinga correspondendo a 4,48% da população ocupada.

Cerca de 24,01% dos moradores da PMB que trabalham no DF estão no setor de outros serviços e 20,13% no setor de veículos automotores e motocicletas. Para os moradores que trabalham na PMB, 28,74% trabalham no setor de comércio e serviços, enquanto 19,09% trabalham no setor de construção.

Quanto à análise dos modos de deslocamento ao trabalho dos moradores da PMB que trabalham no DF, a modalidade ônibus, 36,05% fazem uso do automóvel, 14,81% utilizam a motocicleta e 7,55% dessas pessoas fazem uso de outros meios de transporte. O transporte coletivo concentra o principal percentual de viagens de moradores da PMB. 59,94% das pessoas que trabalham no Plano Piloto fazem uso do transporte coletivo.

No que se refere aos locais de compra dos moradores da PMB, apenas um percentual pequeno utiliza os estabelecimentos fora do município. Em relação aos alimentos, 92,21% da população da PMB compram no próprio município; 1,92% na RA Plano Piloto, 0,92%, na RA Planaltina e 0,95% na RA Brazlândia. Se refere a roupas/calçados, 77,38% a realizam no próprio município, 11,22%, na RA Plano Piloto, 2,82%, na RA Brazlândia e 8,58% na RA Planaltina. Em relação aos serviços pessoais, 83,55% os realizam no próprio município, 7,73%, na RA Plano Piloto, 1,01% realiza na RA Brazlândia e 6,71% na RA Planaltina. Em relação aos serviços em geral, 82,39% os realizam no próprio município, 8,07%, na RA Plano Piloto, 1,28% realiza na RA Brazlândia e 8,26% na RA Planaltina. Em relação à cultura e lazer, 71,77% utilizam a infraestrutura do próprio município, 12,67%, na RA Plano Piloto, 3,08%, na RA Brazlândia e 12,48% na RA Planaltina.

A renda domiciliar média mensal da PMB é de R\$ 2.551,89 ou 2,48 Salários Mínimos (SM), não sendo considerada a renda de moradores domésticos, pensionistas e parentes dos empregados domésticos. Quanto à renda per capita média mensal, é de R\$790,31 ou 0,77 SM.

Já a renda média mensal do trabalho principal da PMB para quem trabalha no DF é de R\$ 1.673,63 ou 1,62 SM, enquanto a renda média mensal do trabalho principal para quem trabalha na PMB, é menor, de R\$ 1.316,42 ou 1,28 SM.

A PMB está em uma situação de concentração de renda menos desigual dentro de seu território do que o Distrito Federal. O grau de desigualdade de renda (Grau de desigualdade, medido pelo Índice de Gini) é de 0,326 entre os moradores da Periferia Metropolitana do Distrito Federal.

Além disso, deve-se destacar que alguns dos municípios da PMB apresentam aglomerações urbanas (distritos) com suas sedes municipais, mas também em localidades mais próximas do DF. Foram identificados cinco municípios com localidades urbanas expressivas e forte dependência com o DF. São eles: Monte Alto, localidade pertencente ao município de Brasília; Cocalzinho de Goiás; Campos Lindos, em Cristalina; Jardim ABC, em Cidade Ocidental; e Jardim Ingá, pertencente ao município de Cristalina, Padre Bernardo e Cocalzinho de Goiás apesar da considerável distância entre as sedes desses municípios com o DF. As localidades de Cocalzinho de Goiás, 133, 116 e 110 km, as localidades de Campos Lindos, Monte Alto e Girassol/Edilândia localizam-se bem mais próximas da divisa com o Distrito Federal e, no caso de Girassol/Edilândia, a cerca de 15 km da fronteira.

Quanto à questão metropolitana da região, a AMB enfrenta diversos desafios para se consolidar de forma integrada. A grande disparidade socioeconômica entre o DF e os municípios da PMB, refletida nos dados apresentados indicadores como o

evidenciando a necessidade de uma governança metropolitana efetiva, que articule as políticas públicas entre o DF e as competências e as demandas de cada ente federativo. Mais especificamente na área da mobilidade, a AMB carece de planejamento, financiamento e execução dos projetos de interesse metropolitano, envolvendo os governos estadual, municipal e a gestão metropolitana compromete a qualidade de vida da população e o potencial de desenvolvimento da região.

Nesse sentido, em 04 de janeiro de 2023, foi sancionada pelo Governo de Goiás a Lei Complementar nº 181 de 2023, a Lei Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME),²⁹ com objetivo de garantir a cooperação interfederativa, articulação de entidades, ação regional e redução das desigualdades regionais, buscando soluções definitivas a problemas de mobilidade, destinação de resíduos sólidos, entre outros. A mesma Lei também cria o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana (Coderme)³¹, que será composto por integrantes dos executivos estadual, municipal e da sociedade civil organizada.

Entretanto é importante apontar que o citado impedimento legal para incluir o Distrito Federal formalmente com os municípios do entorno, exclui o DF de importantes discussões e tomadas de decisões legais no âmbito interfederativo entre tais municípios e a capital federal. Ao mesmo tempo, essa relação agora institucionalizada, registra formalmente a influência que exercem sobre a Capital Federal somada à influência dos vetores de crescimento estabelecidos nos principais planos de crescimento irregular do solo que se estabelece desde o final da década de 1990, impactando assim as dinâmicas territoriais e urbanas.

2.4.3. Dinâmicas Territoriais e Urbanas

Como principal arcabouço legal sobre as dinâmicas territoriais e urbanas para o Distrito Federal, tem-se o Plano Diretor (PDOT)³² como instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbano. O PDOT estabelece parâmetros para suas propostas nos limites administrativos do DF, que busca o aproveitamento das áreas obsoletas e dos vazios urbanos em estratégias de intervenção, como a revitalização de conjuntos urbanos, a dinamização de espaços urbanos e a criação de espaços multifuncionais no entorno das estações do transporte coletivo e a articulação de núcleos urbanos, visando oferecer áreas de lazer nos núcleos consolidados, incluindo centros e áreas ainda não edificadas, bem como espaços residuais passíveis de adensamento.

²⁹ Integrada pelos seguintes Municípios: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santa Rita do Araguaia, São Luís de Montes Belos, Teresopolis de Goiás, Uberlândia, Uruaçu, Valparaíso de Goiás. Da PMB faltou apenas Alexânia.

³⁰ É importante destacar que, pela Lei 181/2023, a mobilidade urbana como Função Pública de Interesse Comum tem ênfase no transporte público coletivo, incluindo o controle de trânsito e tráfego e a gestão de vias de abrangência intermunicipal. Paralelamente, foram iniciadas tratativas para a constituição de um Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado de Goiás e a União para gestão compartilhada do transporte público do Entorno, com a criação de um conselho técnico (Agência Brasília: 23/2023). Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/02/23/df-e-goias-levam-a-uniao-proposta-para-gerir-transporte-do-entorno/>. Consultado em 15/03/2023.

³¹ O Coderme será dividido em Câmaras Temáticas que vão se dedicar à discussão, proposição de soluções e implementação de ações que visem à melhoria dos objetivos do trabalho do conselho, estão a cooperação interfederativa para organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

³² DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, alterada pelas Leis Complementares do DF nº 854 de 15 de outubro de 2012, nº 855 de 15 de outubro de 2012, nº 856 de 15 de outubro de 2012, nº 857 de 15 de outubro de 2012, nº 858 de 15 de outubro de 2012, nº 859 de 15 de outubro de 2012, nº 860 de 15 de outubro de 2012, nº 861 de 15 de outubro de 2012, nº 862 de 15 de outubro de 2012, nº 863 de 15 de outubro de 2012, nº 864 de 15 de outubro de 2012, nº 865 de 15 de outubro de 2012, nº 866 de 15 de outubro de 2012, nº 867 de 15 de outubro de 2012, nº 868 de 15 de outubro de 2012, nº 869 de 15 de outubro de 2012, nº 870 de 15 de outubro de 2012, nº 871 de 15 de outubro de 2012, nº 872 de 15 de outubro de 2012, nº 873 de 15 de outubro de 2012, nº 874 de 15 de outubro de 2012, nº 875 de 15 de outubro de 2012, nº 876 de 15 de outubro de 2012, nº 877 de 15 de outubro de 2012, nº 878 de 15 de outubro de 2012, nº 879 de 15 de outubro de 2012, nº 880 de 15 de outubro de 2012, nº 881 de 15 de outubro de 2012, nº 882 de 15 de outubro de 2012, nº 883 de 15 de outubro de 2012, nº 884 de 15 de outubro de 2012, nº 885 de 15 de outubro de 2012, nº 886 de 15 de outubro de 2012, nº 887 de 15 de outubro de 2012, nº 888 de 15 de outubro de 2012, nº 889 de 15 de outubro de 2012, nº 890 de 15 de outubro de 2012, nº 891 de 15 de outubro de 2012, nº 892 de 15 de outubro de 2012, nº 893 de 15 de outubro de 2012, nº 894 de 15 de outubro de 2012, nº 895 de 15 de outubro de 2012, nº 896 de 15 de outubro de 2012, nº 897 de 15 de outubro de 2012, nº 898 de 15 de outubro de 2012, nº 899 de 15 de outubro de 2012, nº 900 de 15 de outubro de 2012, nº 901 de 15 de outubro de 2012, nº 902 de 15 de outubro de 2012, nº 903 de 15 de outubro de 2012, nº 904 de 15 de outubro de 2012, nº 905 de 15 de outubro de 2012, nº 906 de 15 de outubro de 2012, nº 907 de 15 de outubro de 2012, nº 908 de 15 de outubro de 2012, nº 909 de 15 de outubro de 2012, nº 910 de 15 de outubro de 2012, nº 911 de 15 de outubro de 2012, nº 912 de 15 de outubro de 2012, nº 913 de 15 de outubro de 2012, nº 914 de 15 de outubro de 2012, nº 915 de 15 de outubro de 2012, nº 916 de 15 de outubro de 2012, nº 917 de 15 de outubro de 2012, nº 918 de 15 de outubro de 2012, nº 919 de 15 de outubro de 2012, nº 920 de 15 de outubro de 2012, nº 921 de 15 de outubro de 2012, nº 922 de 15 de outubro de 2012, nº 923 de 15 de outubro de 2012, nº 924 de 15 de outubro de 2012, nº 925 de 15 de outubro de 2012, nº 926 de 15 de outubro de 2012, nº 927 de 15 de outubro de 2012, nº 928 de 15 de outubro de 2012, nº 929 de 15 de outubro de 2012, nº 930 de 15 de outubro de 2012, nº 931 de 15 de outubro de 2012, nº 932 de 15 de outubro de 2012, nº 933 de 15 de outubro de 2012, nº 934 de 15 de outubro de 2012, nº 935 de 15 de outubro de 2012, nº 936 de 15 de outubro de 2012, nº 937 de 15 de outubro de 2012, nº 938 de 15 de outubro de 2012, nº 939 de 15 de outubro de 2012, nº 940 de 15 de outubro de 2012, nº 941 de 15 de outubro de 2012, nº 942 de 15 de outubro de 2012, nº 943 de 15 de outubro de 2012, nº 944 de 15 de outubro de 2012, nº 945 de 15 de outubro de 2012, nº 946 de 15 de outubro de 2012, nº 947 de 15 de outubro de 2012, nº 948 de 15 de outubro de 2012, nº 949 de 15 de outubro de 2012, nº 950 de 15 de outubro de 2012, nº 951 de 15 de outubro de 2012, nº 952 de 15 de outubro de 2012, nº 953 de 15 de outubro de 2012, nº 954 de 15 de outubro de 2012, nº 955 de 15 de outubro de 2012, nº 956 de 15 de outubro de 2012, nº 957 de 15 de outubro de 2012, nº 958 de 15 de outubro de 2012, nº 959 de 15 de outubro de 2012, nº 960 de 15 de outubro de 2012, nº 961 de 15 de outubro de 2012, nº 962 de 15 de outubro de 2012, nº 963 de 15 de outubro de 2012, nº 964 de 15 de outubro de 2012, nº 965 de 15 de outubro de 2012, nº 966 de 15 de outubro de 2012, nº 967 de 15 de outubro de 2012, nº 968 de 15 de outubro de 2012, nº 969 de 15 de outubro de 2012, nº 970 de 15 de outubro de 2012, nº 971 de 15 de outubro de 2012, nº 972 de 15 de outubro de 2012, nº 973 de 15 de outubro de 2012, nº 974 de 15 de outubro de 2012, nº 975 de 15 de outubro de 2012, nº 976 de 15 de outubro de 2012, nº 977 de 15 de outubro de 2012, nº 978 de 15 de outubro de 2012, nº 979 de 15 de outubro de 2012, nº 980 de 15 de outubro de 2012, nº 981 de 15 de outubro de 2012, nº 982 de 15 de outubro de 2012, nº 983 de 15 de outubro de 2012, nº 984 de 15 de outubro de 2012, nº 985 de 15 de outubro de 2012, nº 986 de 15 de outubro de 2012, nº 987 de 15 de outubro de 2012, nº 988 de 15 de outubro de 2012, nº 989 de 15 de outubro de 2012, nº 990 de 15 de outubro de 2012, nº 991 de 15 de outubro de 2012, nº 992 de 15 de outubro de 2012, nº 993 de 15 de outubro de 2012, nº 994 de 15 de outubro de 2012, nº 995 de 15 de outubro de 2012, nº 996 de 15 de outubro de 2012, nº 997 de 15 de outubro de 2012, nº 998 de 15 de outubro de 2012, nº 999 de 15 de outubro de 2012, nº 1000 de 15 de outubro de 2012.

Como instrumentos complementares, têm-se a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e os Planos de Desenvolvimento Urbano inscritos como Patrimônio Cultural da Humanidade, o Plano de Desenvolvimento Local será representado pelo Plano Diretor de Brasília.

Complementarmente, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), aprovado em 2019 por meio de um zoneamento de riscos, tanto ecológicos quanto socioeconômicos, a ser obrigatoriamente considerado para a definição de planejamento e gestão territorial, além de definir as vocações de porções do território do Distrito Federal com base nas condições sociais e econômicas, devendo servir de base à atualização de diversas legislações no DF, incluindo o PDOT.

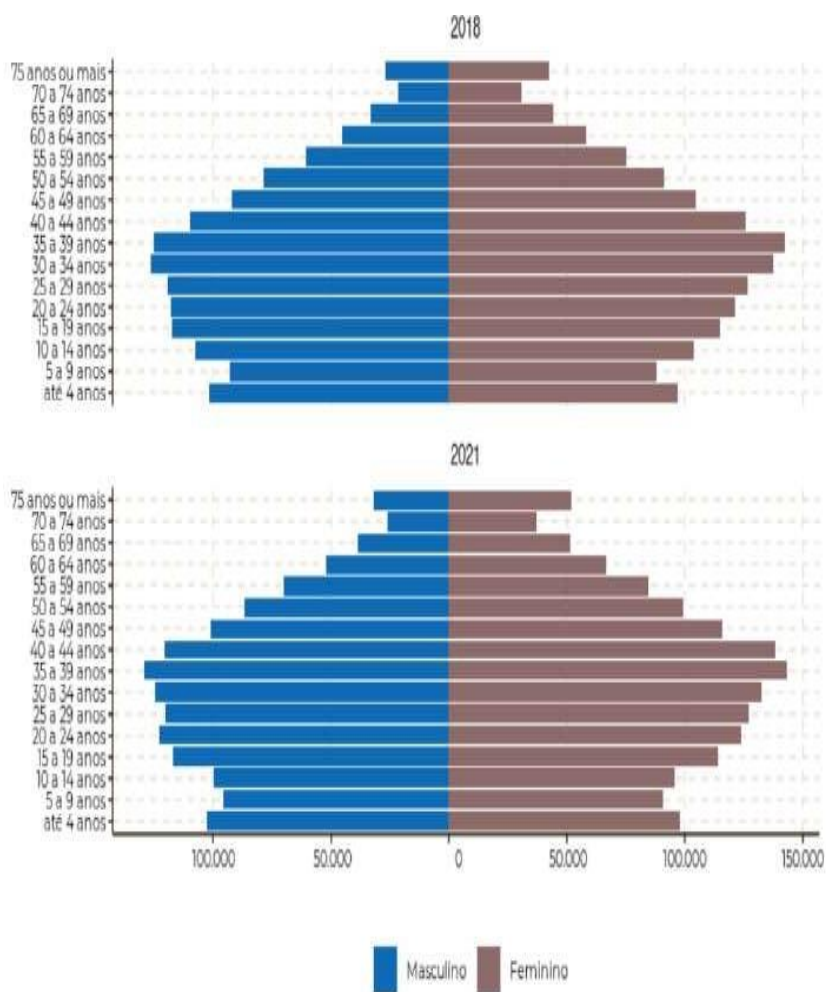
Destaca-se ainda o Plano Estratégico do Distrito Federal (2019-2060), convergindo as ações necessárias e essenciais no qual destacam-se como batalhas: inovar a Política de Planejamento Territorial do DF; ter maior efetividade com a realização de áreas definidas pelo ordenamento territorial; inovar no combate ao déficit habitacional; garantir infraestrutura de qualidade em 17% o número do transporte público; além de ser a Unidade da Federação referência em relação ao uso do espaço urbano.

2.4.3.1. Requalificação das Áreas Urbanas

Visando a requalificação das áreas urbanas, entre os objetivos gerais traçados pelo PDOT, estão a melhoria da valorização do Conjunto urbano tombado e o reforço dos núcleos consolidados. Para executar tais objetivos, o Plano Diretor estabelece estratégias de revitalização e de dinamização. Por um lado, são escolhidos espaços significativos para a história do Distrito Federal em processo progressivo e crescente de degradação e por outro são identificadas centralidades potenciais ou consolidadas a serem revitalizadas que as estratégias estejam alinhadas com as necessidades populacionais e suas faixas etárias. Nesse contexto, o período de intervenções urbanas que materializaram as estratégias do PDOT, bem como responderam às dinâmicas demográficas e populacionais, destaca-se o aumento da população idosa acima de 65 anos, segundo dados³³ da Pesquisa Distrital por Idade, superando 237.000 pessoas de ambos sexos, o que demonstra a necessária preocupação da adaptação dos núcleos urbanos e áreas habitacionais para as demandas dessa faixa etária. A PDAD 2021 contabiliza mais de 83.000 pessoas com idade acima de 65 anos.

³³ As estimativas populacionais da PDAD são baseadas nas estimativas populacionais do IBGE para o período 2010-2060, ainda não atualizadas com os dados mais recentes.

Gráfico 1: Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Distrito Federal, 2018-2021.



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021. Disponível em:
<https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>

Do ponto de vista urbano, calçadas de boa qualidade que evitem quedas, tempos semafóricos nas principais ruas, a velocidade de caminhada dessa população, treinamento de motoristas de transporte coletivo para garantir maior conforto e espera de embarque, oferta de atividades educacionais, de esporte, lazer e cultura voltados a essa faixa etária, são desafios que a população idosa no DF impõe. Ceilândia e Plano Piloto são as Regiões Administrativas com maior população idosa (mais de 100 mil) em Brasília, Guarará, Samambaia e Planaltina.

Por outro lado, o DF segue com uma população infantil vultosa, que também requer equipamentos públicos. A taxa de mortalidade de crianças até 4 anos é superior àquela de 5 a 9 anos. Nesse sentido, creches e atividades para a primeira infância demonstram-se necessárias para as mães no mercado de trabalho.

Os investimentos em acessibilidade dos núcleos urbanos também requerem atenção. Segundo dados do IBGE, 10,7% da população tem dificuldade permanente de enxergar (em grau elevado) e 6.700 são permanentemente cegas; mais de 91 mil pessoas têm dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus.

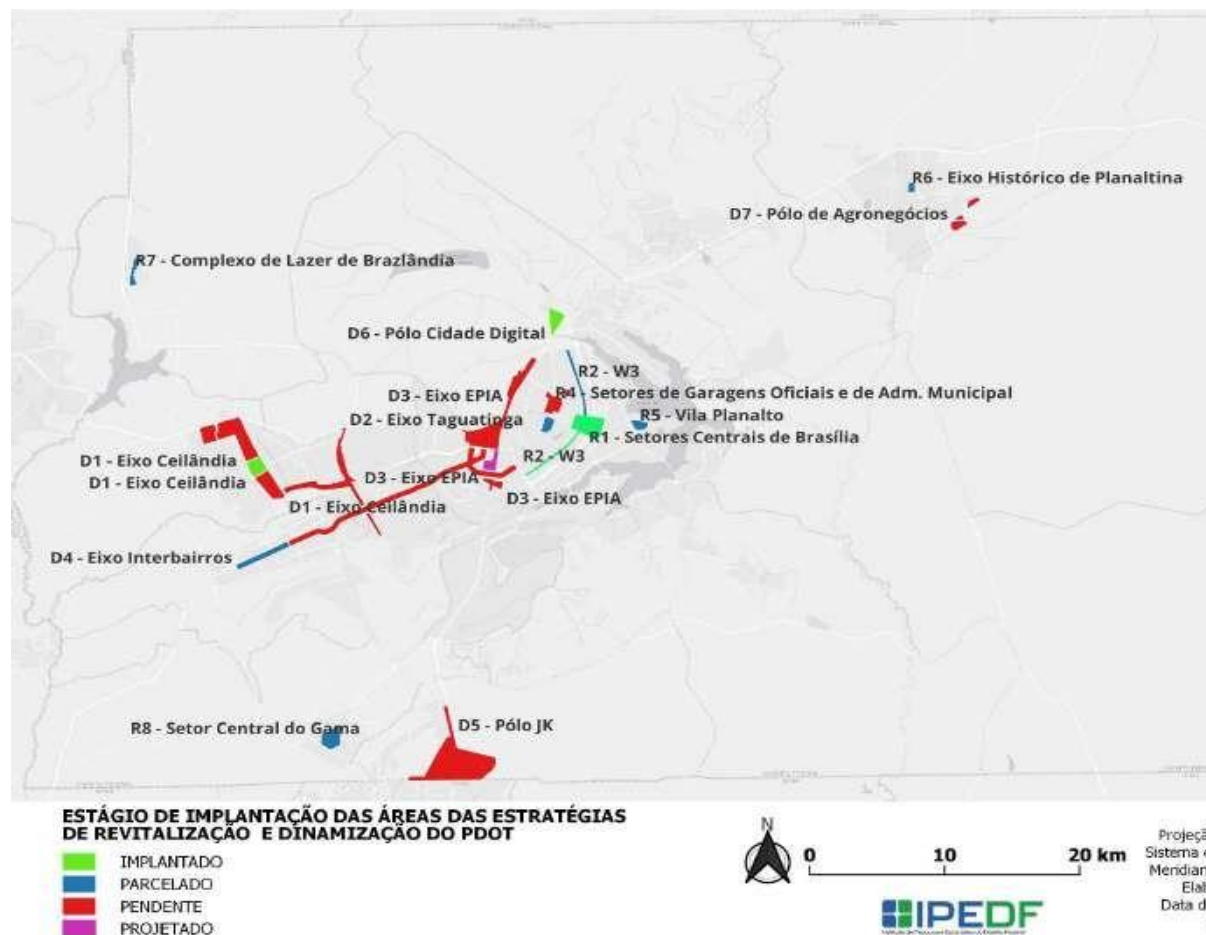
Ceilândia e Sol Nascente/Pôr do Sol são as localidades com maior incidência de pessoas com dificuldade de locomoção. Taguatinga são as localidades com maior quantidade de pessoas com deficiência visual grave.

Mais de 60.000 pessoas no DF têm algum tipo de deficiência mental/intelectual permanente, o que requer atenção especial da cidade.

O balanço das ações propostas no PDOT, e efetivamente executadas, demonstra que uma parte das áreas i) Conjuntos Urbanos (Anexo II - Tabela 3D do PDOT vigente) e na Estratégia de Dinamização (Anexo II - Tabela 3C do PDOT) atendendo à temática da acessibilidade universal e do perfil populacional:

- A Área de Revitalização R1 - Setores Centrais, que concentra a maior parte dos empregos, beneficiando a maior parte da população do DF, teve parte das ações e projetos implantados ou estão em fase de execução.
- Sobre a Área R2 - Via W3, as obras de requalificação urbana foram implantadas na Asa Sul e estão em fase de execução.
- Também foram elaborados projetos urbanos para as Áreas R3 - Setor de Indústrias Gráficas, R5 - Vila Planaltina, R7 Complexo de Lazer de Brazlândia e R-8 Setor Central do Gama, mas as obras ainda não foram executadas.
- Parte do Projeto para Eixo Ceilândia (D01) foi levado à registro cartorial, mas apenas a requalificação de algumas das obras finalizadas.
- Para o Pólo JK (D05), foram realizados projetos e obras de paisagismo e acessibilidade como parte do Projeto de Integração do Pólo JK.
- O Eixo EPIA (D-03) vem sofrendo melhorias nas questões de drenagem, acessibilidade e paisagismo como parte do Projeto de Impacto de Vizinhança relativos aos empreendimentos residenciais no SOf sul SGCV.
- O Pólo Capital Digital (D06), atualmente denominado BIOTIC, já é uma realidade no território.

Mapa 2: Estágios das Estratégias de Revitalização e Dinamização.

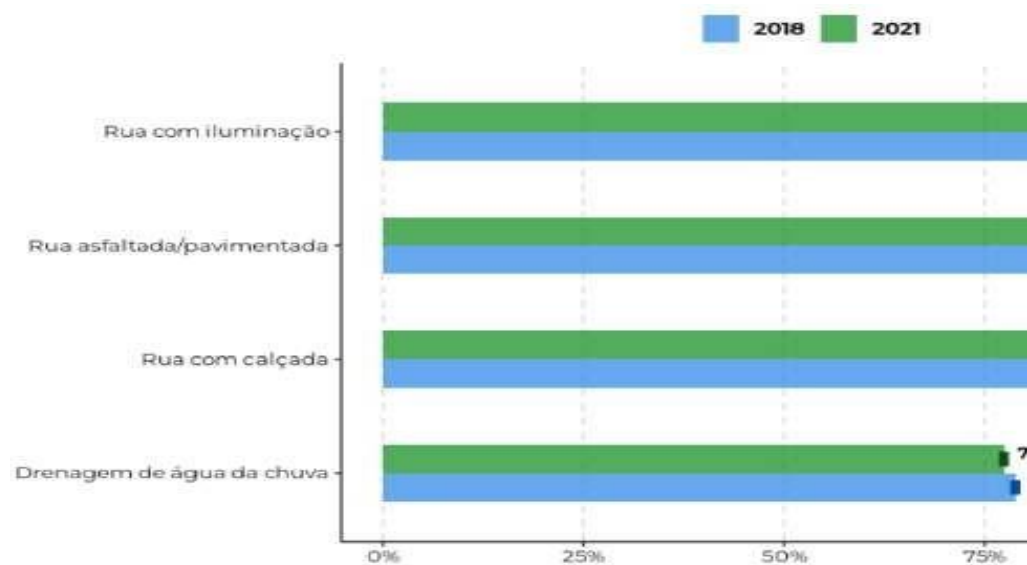


Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Mesmo com as melhorias realizadas desde 2018, a percepção da qualidade do espaço urbano do PDAD, mantém-se estável desde 2018. Mais de 90% dos domicílios entrevistados nas Pesquisas de 2018 e 2021 afirmam calçadas nas ruas de acesso do domicílio. Entretanto, é menor o percentual dos que percebem a existência de infraes

78%). Paralelamente, houve uma melhora na percepção sobre a existência de áreas verdes e mobiliário de esporte e lazer e 2021.

Gráfico 2: Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Distrito

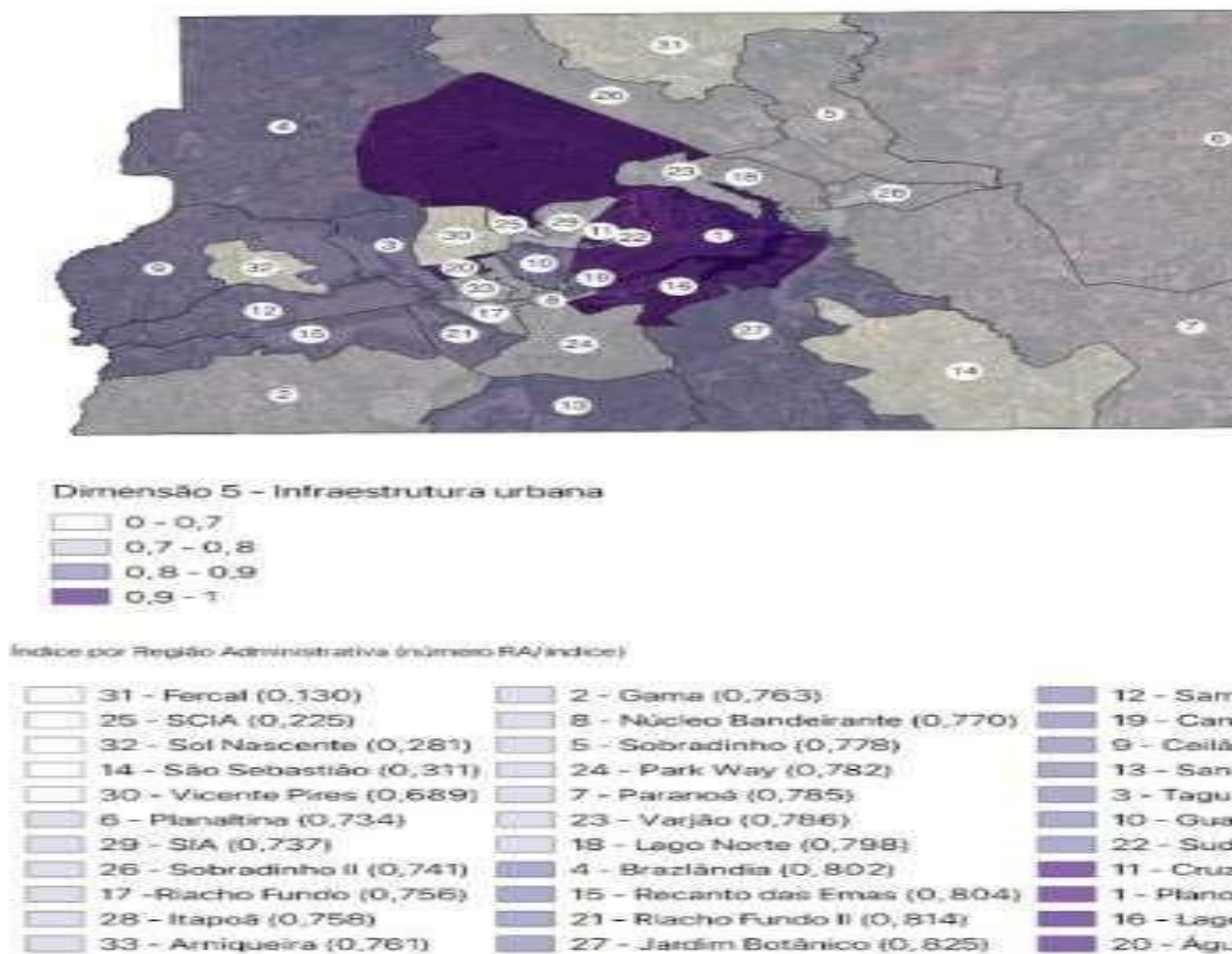


Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>

Complementarmente, as análises do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU)³⁴ para o Distrito Federal fornecem com relação às condições urbanas, tendo a Infraestrutura Urbana como uma dimensão de análise (D5). Essa dimensão relacionada aos indicadores: i) iluminação pública; ii) pavimentação; iii) calçada; iv) meio-fio/guia; v) bueiro ou boca de identificação de logradouro; e dialoga com políticas setoriais como a relação entre segurança pública e presença de iluminação de atenção para investimentos no Distrito Federal.

³⁴ Índice que busca sintetizar elementos da dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos e cidadãs, a partir da análise das condições coletivas via Estado ou mercado. A metodologia de cálculo foi desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Distrito Federal atual IPEDF Codeplan, para o cálculo por Região Administrativa do DF com dados da PDAD 2018 e 2021. IPEDF Codeplan, 2023. Índice de Bem-Estar Urbano- IBEU. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/IBEU-DF.pdf> Acesso em: 15/06/2023

Mapa 3: Mapa da classificação das RAs segundo a Dimensão 5 - Infraestrutura Urbana

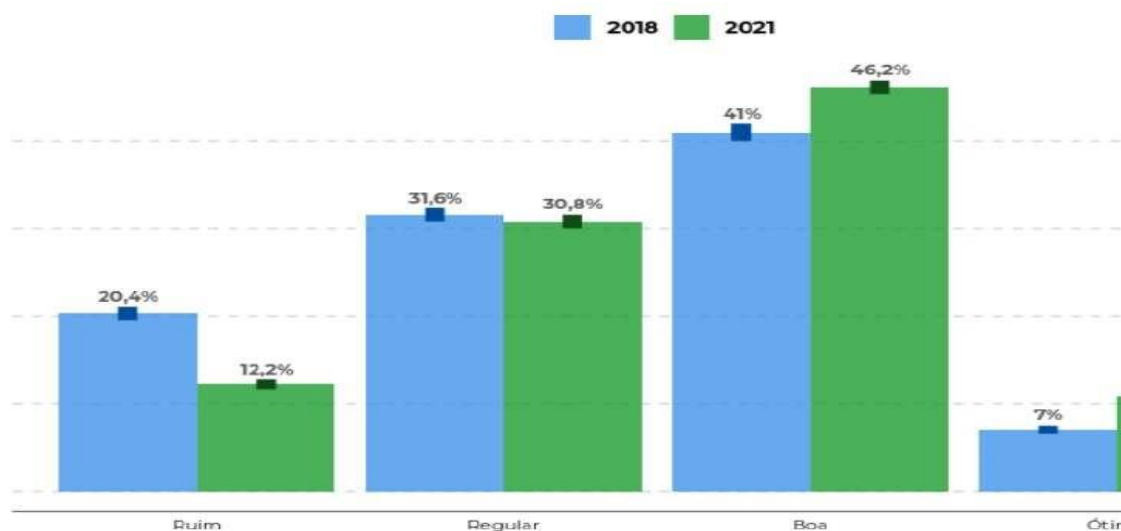


Fonte: IPEDF/DEPAT. Índice de Bem Estar Urbano IBEU. 2022

De acordo com o IBEU, as Regiões Administrativas com índice “muito ruim” no quesito infraestrutura (0,23); Sol Nascente/Pôr do Sol (0,28) e São Sebastião (0,31), em contrapartida, com classificação “muito bom” são: Á Piloto (0,93) e Cruzeiro (0,92). Nessa dimensão o bem-estar urbano foi classificado como “médio” em 13 RAs, indicando u

A avaliação da calçada pelos moradores é bastante variada, mas foi mais positiva nos quesitos ótima (10,8). Da mesma forma, a percepção de que as calçadas são ruins em 2021 decresceu (12,2%) em comparação com 2018.

Gráfico 3: Avaliação da qualidade da calçada na rua de acesso dos domicílios, Distrito Federal, 2018-2021



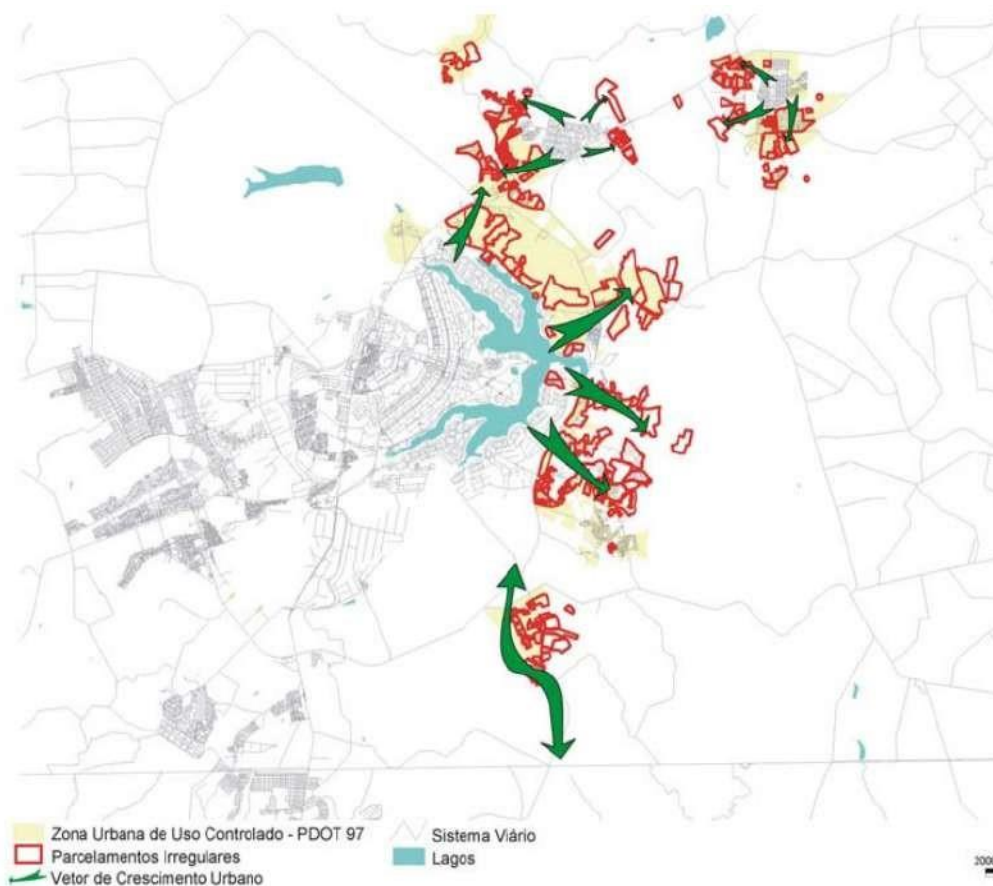
Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>

2.4.3.2. Expansão Urbana

Conforme estudo do IPEDF Codeplan (2022), em 2018, a PDAD estimou 2.881.900 habitantes no Distrito Federal (30 a 34 anos para a população masculina e 35 a 39 anos para a feminina). Já segundo o Censo IBGE de 2022, o total de habitantes da PDAD, a faixa de 35 a 39 anos de idade é a maior tanto para os homens quanto para as mulheres. Esse crescimento decorre da expansão urbana devido ao aumento da demanda para moradia no território do DF.

Para acomodar a demanda populacional e o crescimento da cidade, o PDOT vigente propôs a ocupação de novas áreas e infraestrutura consolidadas, como o eixo Sudoeste, o eixo Norte e o emergente eixo Leste, onde ocorreram parcelamen

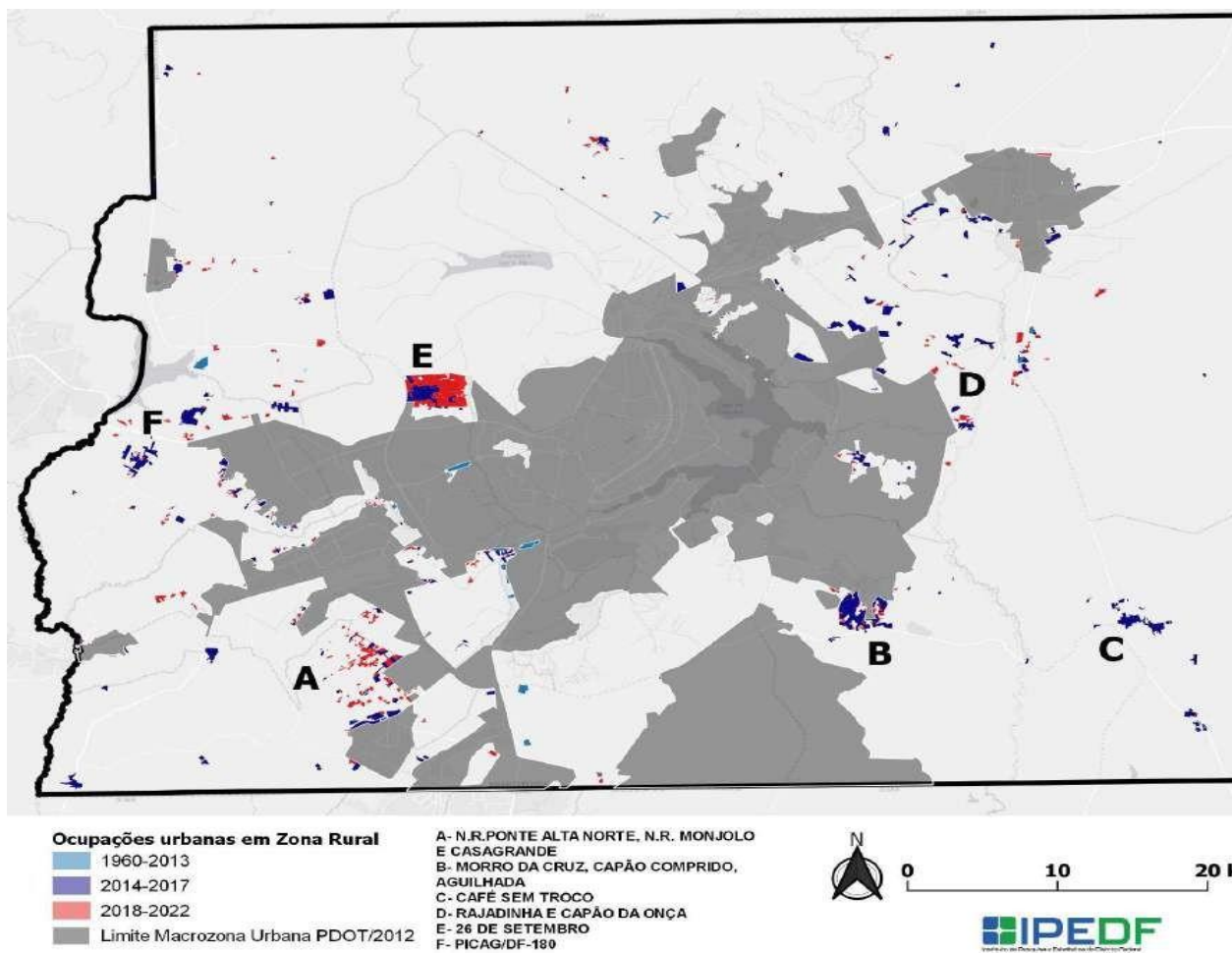
Mapa 4: Eixos de crescimento irregular entre 1997-2004 orientaram o PDOT 2017



Fonte: PDOT - Documento Técnico, p. 21. Disponível em:
<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017>

No entanto, mesmo com essas diretrizes para acomodar a expansão urbana, a comparação das manchas de ocupação irregular do solo em áreas rurais, que não estavam previamente destinadas ao parcelamento do solo e que não possuem infraestrutura consolidada e as infraestruturas existentes, intensificando novos vetores de crescimento no período 2018-2022 (Mapa 5)

Mapa 5: Crescimento das ocupações urbanas na Macrozona Rural até 2022



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Até 2018, as ocupações urbanas na Macrozona Rural alcançaram 3709,88 ha. Entre 2018 e 2022, as ocupações urbanas correspondem a um acréscimo de 56,87% em relação à ocupação anterior, em apenas 4 anos. Do total de 5819,77 ha ocupadas em 2022 (aproximadamente 10%) ha correspondem a ocupações em Parcelamentos Urbanos Isolados, Estratégia de Regularização Urbana característica urbana isolados no território e dissociados da Macrozona Urbana, o que pode estimular novas alterações da paisagem. Cada vez mais o Distrito Federal ao invés de acomodar o crescimento da cidade nos vetores de crescimento abastecidos.

Áreas como o Assentamento 26 de Setembro (E - APÊNDICE 5), na proximidade de Vicente Pires, na porção sudoeste, foram embrionárias quando da aprovação do PDOT vigente. Não apenas a superposição com a área da Floresta Nacional (FLONA) e de Proteção de Manancial (APM) Bananal constituíam entraves a sua regularização. À semelhança do que ocorreu com Várzea Grande, as restrições ambientais não foram suficientes para travar o aumento da ocupação irregular, criando um vetor não planejado, com 16,30% de todas as ocupações com características urbanas na Macrozona Rural.

Na direção sudoeste, as áreas rurais Ponte Alta Norte, Casa Grande e Monjolo (A - APÊNDICE 1) converteram-se em vetor planejado pelo Plano Diretor. O Plano Específico de Ordenamento do Território (PEOT/1977) previa essa área para a agricultura, com restrições ambientais, do relevo pouco acidentado e da propriedade pública da terra. Nos planos subsequentes, a região foi reavaliada e vocacionada como zona rural, inclusive com várias concessões públicas. No presente, embora ainda existam várias áreas de ocupação irregular, as casas, com acesso controlado. Tratam-se de 689,02 ha, que correspondem a 11,82 % de todas as ocupações com características urbanas na Macrozona Rural.

No entorno de São Sebastião (B - APÊNDICE 2), iniciou-se em 2016 a ocupação irregular denominada Moradia Popular, com proporções de difícil reversão, com poucos espaços destinados a espaços livres e equipamentos comunitários. Diante da situação, a ocupação foi convertida pela Lei 986/2021 em Área de Regularização de Interesse Social. A ocupação irregular na região alcançou os limites da BR-251. Da mesma forma, ocorreu o crescimento na área Capão Comprido, ainda em zona rural.

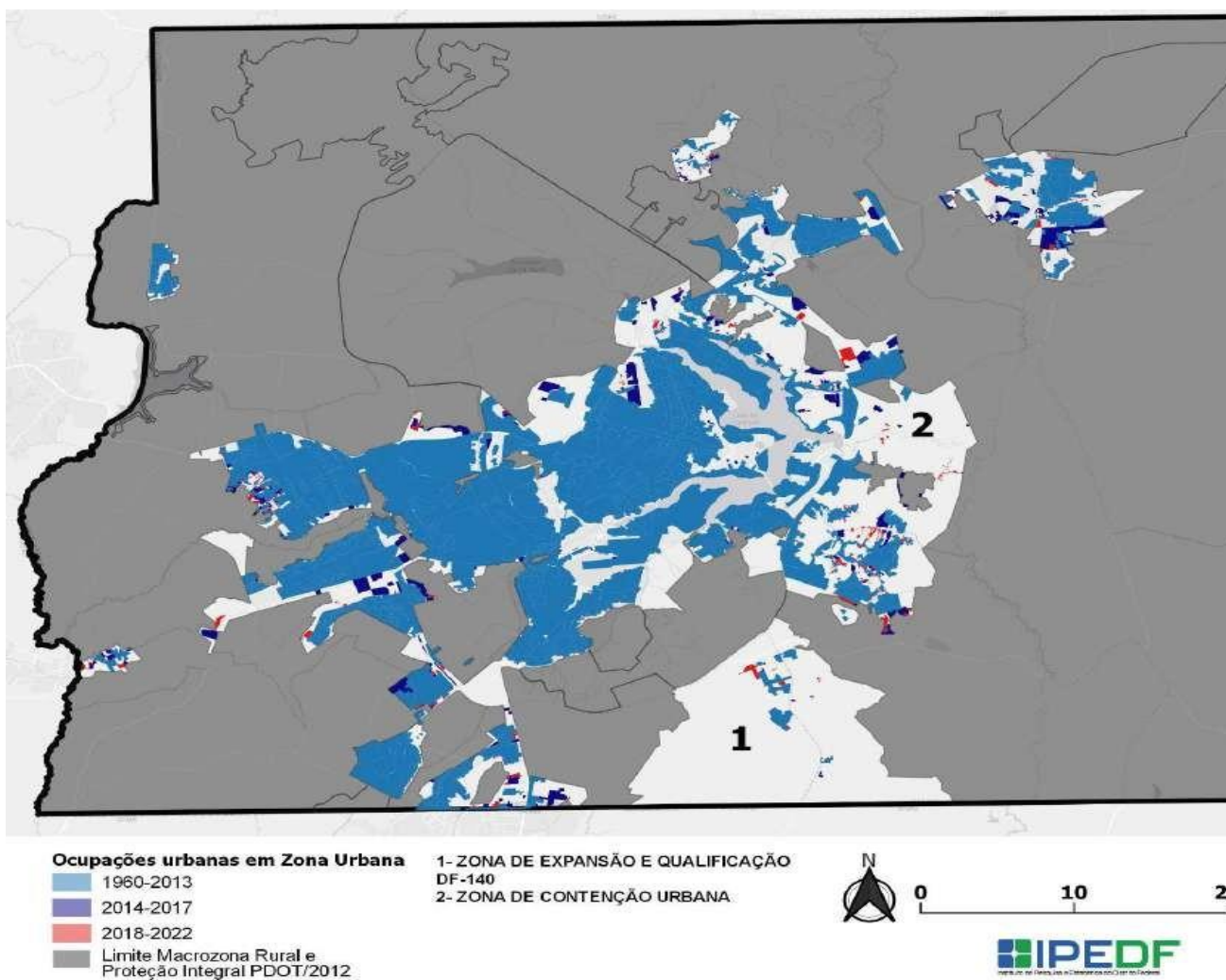
No vetor sudeste, o Parcelamento Urbano Isolado (PUI) Café sem Troco (C - APÊNDICE 3) vive uma expansão de condomínios de casas, expandindo a mancha urbana que inicialmente atendia à região agrícola, às margens da DF-130.

Na porção leste, nos Núcleos Rurais como Rajadinha e Capão da Onça (D - APÊNDICE 4) também surgem vetores de ocupação dispersos pelo território, tendo também a DF-130 como eixo polarizador do crescimento urbano.

Na porção oeste, na área do PICAG e da DF-180 (F - APÊNDICE 6), proliferam ocupações urbanas residenciais em áreas de uso do módulo mínimo rural de 2ha.

Ao mesmo tempo, na Macrozona Urbana, observa-se também o aumento das ocupações conforme apresentado no mapa. Atualmente, as áreas da Macrozona Urbana estão ocupadas (54,85%) e 1036,2 ha resultam de um processo de crescimento ocorrido entre 2018 e 2022.

Mapa 6: Crescimento das ocupações urbanas na Macrozona Urbana até 2022



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

O PDOT como instrumento de ordenamento divide o território urbano em seis Zonas (Zona Urbana de Uso Controlado I, Zona Urbana de Uso Controlado II, Zona Urbana Consolidada, Zona Urbana de Expansão e Qualificação e Zona Urbana de Contenção Urbana) com as vocações intrínsecas às áreas e aos seus objetivos (ANEXO 1).

A Zona de Contenção Urbana (APÊNDICE 7), por exemplo, tem como objetivo assegurar a preservação das áreas naturais por meio do estabelecimento de parâmetros de uso e ocupação do solo restritivos. Essa zona urbana estava baseada na ocupação do solo em um trecho do loteamento, permitindo que a cobertura vegetal nativa seja preservada em áreas de alta fragilidade hidrográfica. Entretanto, é importante avaliar o baixo índice de parcelamentos registrados em cartório nessas áreas de ocupação do solo. As ocupações, muitas irregulares, surgem nessa zona seguindo a topografia do terreno em um sistema de lotes, o que indica uma falta de aderência aos princípios e diretrizes estabelecidos no PDOT.

No vetor sul, as Zonas de Uso Controlado II (ZUUCII-17) e Zona de Expansão e Qualificação (ZUEQ-14) apresentam crescimento por excelência para parcelamentos particulares, em razão da propriedade privada do solo na região, comparada à dimensão da mancha urbana (APÊNDICE 8). Essa definição do zoneamento buscava controlar o processo de ocupação urbana, que ocorreu nas últimas décadas. Apenas 22,33% da ZUUCII-17 estão ocupados e 2,43% da ZUEQ-14 foram ocupadas pelo PDOT.

2.4.3.3. Irregularidade do Solo

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, para o controle da ocupação irregular do solo, a Fundiária voltou à regularização das ocupações. A estratégia estava baseada em três categorias de assentamentos: os Assentamentos Urbanos Isolados, as Áreas de Regularização e os Parcelamentos Urbanos Isolados.

Os Setores Habitacionais de Regularização constituem porções territoriais que agrupam diferentes áreas com diretrizes mais abrangentes e permitiriam ainda a constituição de novas áreas comerciais, institucionais e de serviços, com os parcelamentos, principalmente aqueles murados com acesso controlado, fragmentos e auto contidos. Já as Áreas de Regularização nas ocupações irregulares com características urbanas detectadas nas revisões do PDOT, com foco no perfil socioeconômico urbano e ambientais, sendo as ocupações de média e alta renda definidas como Áreas de Interesse Específico (ARINE) e Áreas de Interesse Social (ARIS). Os Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI) correspondem a ocupações com características urbanas implantadas em áreas isoladas.

No entanto, a implementação da estratégia de Regularização Fundiária focada na aprovação dos parcelamentos em questões fundiárias, embora tenha permitido a mudança do panorama da irregularidade no DF de 2019 a 2022, com o fechamento do solo, totalizando 27.776 unidades residenciais³⁵, nem sempre abrange as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e de infraestrutura.

³⁵ SEDUH/SUPAR. Regularização Fundiária. Disponível em: <https://teletrabalho.seduh.df.gov.br/storage/portal-seduh/indicadores/seduh_regularizacao_fundiaria>. Acesso em: 25/06/2023.

garantir o direito social à moradia de forma ampla e completa. Além disso, sem uma medida efetiva para conter as no processo de irregularidade fundiária em terras públicas ou privadas.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) apresentou em 2018 dados sobre a regularidade do lote que grande parcela de pessoas respondem não saber se existe escritura do imóvel ou ainda se negam a responder, decorrentes da resposta³⁶. Na PDAD 2021, não foram computadas essas informações sobre a regularidade por insuficiência os dados da PDAD 2018.

A irregularidade urbano-fundiária crescente na cidade cria novos desafios para o território, pelo parcelamento de baixa renda, quanto para a população de média e alta renda. Coibir esse processo é essencial para que a cidade cum público. É importante que as ações públicas não favoreçam a grilagem de terras, desestimule a gentrificação das áreas e especulação imobiliária.

As novas ocupações irregulares continuam incidindo na Macrozona Rural, e também na Macrozona Urbana para o parcelamento do solo, tais como bordas urbanas, interior não parcelado das ARIS e ARINE que poderiam re sensibilidade ambiental, equipamentos públicos, espaços livres públicos, ou ainda novas áreas habitacionais planejadas

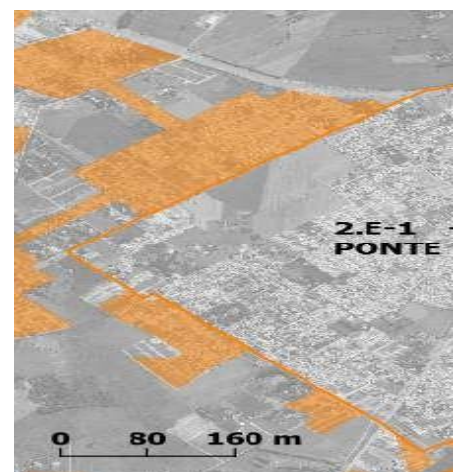
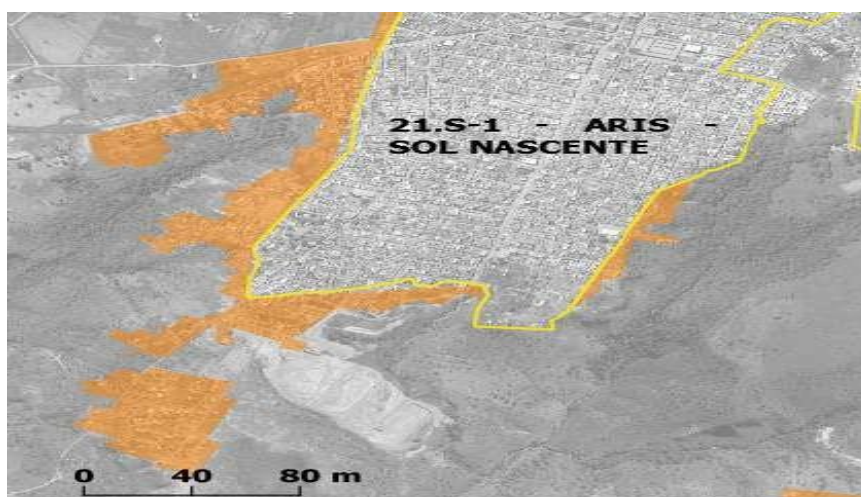
Figuras 1 e 2: Ocupações irregulares nas bordas urbanas (Macrozona Rural)



Fonte: Elaboração IPEDF/DEPAT, 2023 sobre Foto Google Earth de 29/04/2023

³⁶ King, M. F., & Bruner, G. C. (2000). Social desirability bias: A neglected aspect of validity testing. *Psychology & Marketing*, 17(2), 79-103

Figuras 3 e 4: Ocupações irregulares nas bordas de ARIS e ARINE (Macrozona Urbana)



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023 - camada Áreas de Regularização IDE/DF- GeoportalSEDUH sobre Foto Google Earth de 29/0

Ao mesmo tempo, em lugar de cumprir os objetivos do PDOT definidos em sua elaboração em 2009 restringindo o uso do solo no Plano, foram aprovadas revisões em 2019 (Lei Complementar nº 951/2019) e em 2021 (Lei Complementar nº 986/2021) de Regularização Fundiária, consolidando ocupações irregulares no território que não estavam previstas em 2009.

Outro cenário da irregularidade do uso do solo do DF diz respeito às atividades realizadas na malha urbana, tanto em áreas regulares quanto irregulares. Tal realidade não abarcada pelo PDOT, que restringiu a revisão da normativa dos lotes registrados em cartório, foi tratada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal (LUOS)³⁸ desenvolvida com o objetivo de promover a regularização do uso e ocupação do solo urbano de forma a orientar a atuação dos agentes públicos e privados envolvidos na produção do território registrados em cartório, aponta os parâmetros urbanísticos, as tipologias permitidas por unidades de uso e ocupação do solo e potenciais construtivos, direcionando assim no território as densidades, usos e atividades permitidas.

Como definido na Memória Técnica desta Lei, após a atualização do diagnóstico, as diversas unidades de uso do solo têm a intenção de flexibilização de usos e ampliação de atividades permitidas, observando o fomento econômico e a co

³⁷ Trata da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no Distrito Federal, incorporando os instrumentos da Lei Federal nº 13.465/2017.

³⁸ Aprovada em 2019 pela Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, alterada pela Lei Complementar nº 1.007, de 28 de abril de 2021.

regularização das atividades existentes”³⁹. Essa definição direciona a ocupação do território, tanto na setorização indicadas quanto na extensão ocupada pelas tipologias definidas.

Entretanto, por ser restrita aos lotes registrados em cartório, a LUOS não define regras urbanas para áreas não registradas ou ainda para a área integrante do Conjunto Urbano Tombado de Brasília, que compreende as Regiões Administrativas de Brasília e Candangolândia. Tais áreas seguem as definições das normas de uso e ocupação do solo estabelecidas quando do planejamento, revelando um conjunto de contradições entre usos e regras construtivas previstas e existentes. Como definido na Lei do Conjunto Urbano Tombado - PPCUB, em elaboração, será responsável por disciplinar regras de uso e ocupação do solo n

Se por um lado a irregularidade de usos e atividades vem sendo solucionada com a atualização das legislações para as áreas públicas, além dos limites dos lotes registrados em cartório, perpassa todas as Regiões Administrativas, independen

Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10: Ocupações irregulares de áreas públicas



³⁹ SEDUH. Memória Técnica - Lei de Uso e Ocupação do Solo - Seduh-DF, p. 22. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/memoria_tecnica.pdf>



Construções em área pública na QI 15, cj. 10 a 14 do do Lago Sul



14 Construções em área pública na QI 06 , c



Ocupação de área pública por lotes comerciais- loja Área pública cercada como estacionamento de material de construção na Ceilândia - Via M Pistão Sul, QS 03. QNN 9.

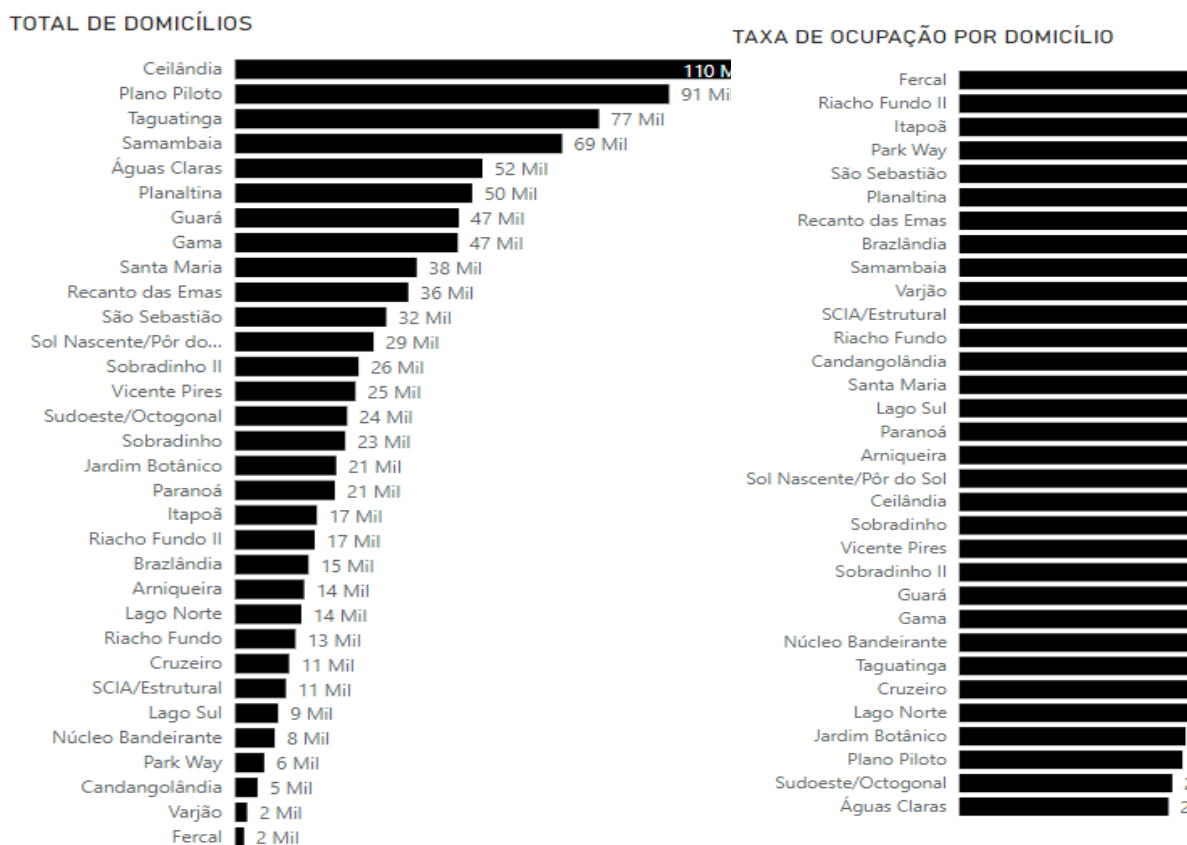
Fonte: Elaboração IPEDF/DEPAT - camada Lotes Registrados IDE/DF- Geoportal SEDUH sobre FotoGoogle Earth de 29/04/2023



2.4.3.4. Habitação

Estima-se que o Distrito Federal possua em torno de 963.812 domicílios, segundo dados da PDAD/2021. O Ceilândia possui o maior número de domicílios (110.111 unidades), seguido do Plano Piloto (91.294), Taguatinga (76.553), Samambaia (68.788), Águas Claras (47.060). Por outro lado, a taxa de ocupação dos domicílios apresenta um cenário diferente. A Fercal é a região com maior taxa de ocupação, seguida do Riacho Fundo II (4,4 hab/dom), Itapoã e Parkway (3,8 hab/dom), São Sebastião, Planaltina e Recanto das Emas (3,7 hab/dom). Entre 2013 e 2021 houve um crescimento de 20,79% no número de domicílios (Gráfico 6).

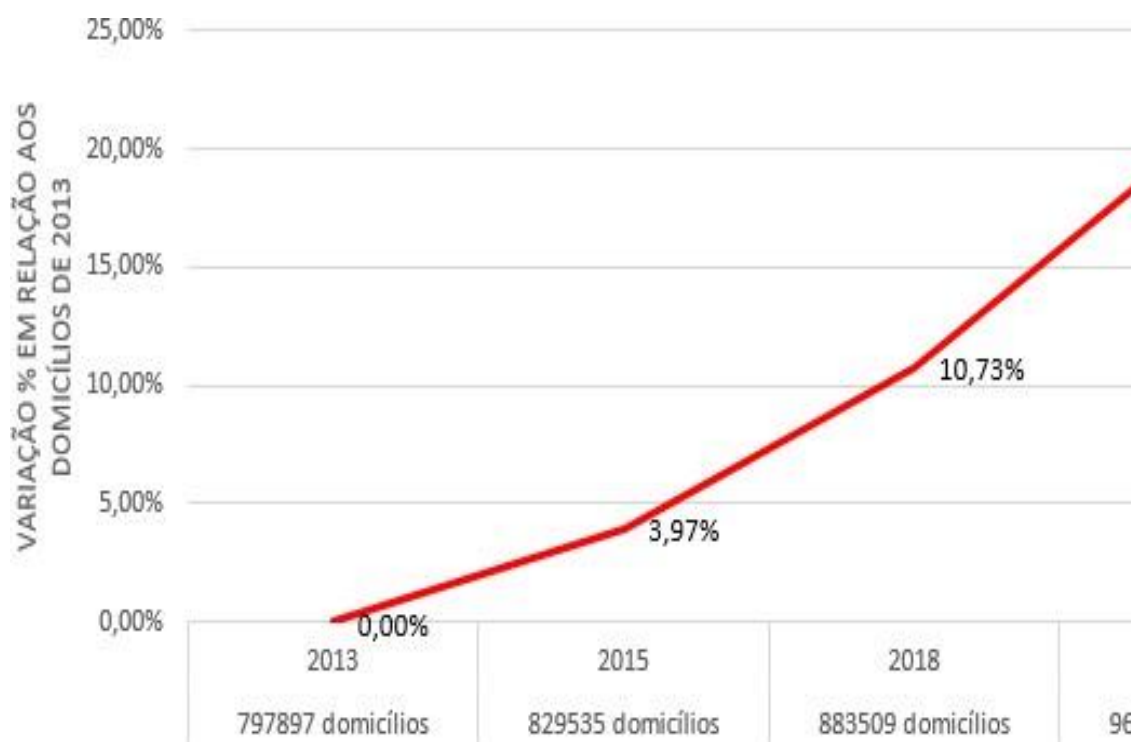
Gráficos 4 e 5: Total de domicílios estimados e Taxa de ocupação de domicílios estimada



Fonte: IPEDF Codeplan/PDAD 2021

Fonte: IPEDF Codeplan/

Gráfico 6: Variação percentual da quantidade de domicílios em relação à

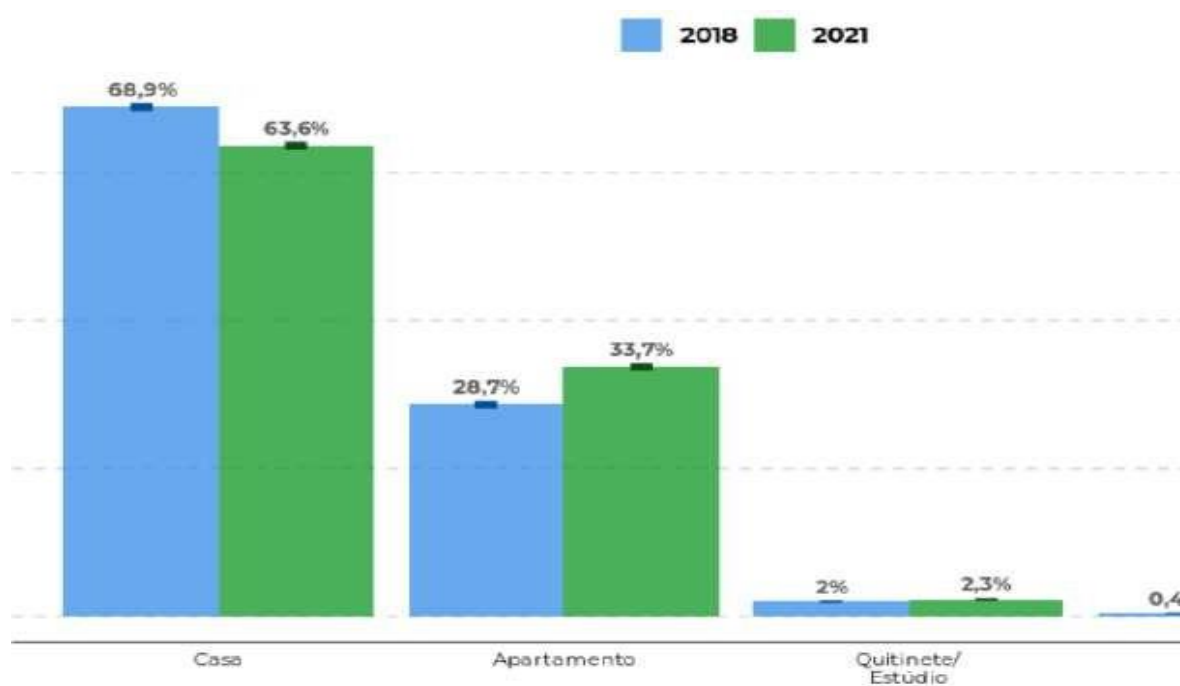


Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Além da alta taxa de ocupação em Regiões Administrativas com menor renda, percebe-se o crescimento da quantidade de domicílios em relação ao ano de 2013. Compreender como essa moradia está distribuída no território entre a aprovação do PDOT e o ano referencial.

De acordo com a PDAD 2021 percebe-se uma queda no percentual de moradias em casa e o crescimento das moradias em apartamentos.

Gráfico 7: Distribuição dos domicílios ocupados segundo o tipo, Distrito Federal, 2018-2021



Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021.

Disponível em: <<https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>>

A PDAD 2021 também introduziu na pergunta sobre o tipo de domicílio a possibilidade de indicar casa em processo de urbanização em loteamentos com acesso controlado no DF. Assim, verificou-se em 2021 que, dos 63,6% de casas fora de condomínio e 8,2% de casas em condomínio (o que em termos absolutos corresponde a 79.127 domicílios) no Jardim Botânico estão configurados como casas em condomínio. A mesma situação ocorre com 42,1% dos domicílios em Sobradinho.

Nessa temática é importante apontar que a moradia na tipologia de condomínios também afeta diretamente as áreas ocupadas e aos parcelamentos irregulares, quanto pelas dinâmicas territoriais, sociais e econômicas que esse tipo de expansão urbana nesses moldes traz inúmeros impactos para a vitalidade dos espaços públicos e induz as áreas institucionais, como escolas e hospitais, a se localizarem às margens das rodovias de acesso a esses loteamentos.

Figuras 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17: Diferentes morfotipologias residenciais em implantação no DF na última d



Fig. 11: Núcleo urbano - Setor Oeste - Gama, exemplo de tecido urbano dos núcleos consolidados do DF constituído por lotes tradicionais que define quarteirões de lotes com dimensão em torno entre 150 e 300 m², com espaços públicos e mobiliário urbano.
Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View abril 2022



Fig. 12: Loteamento no Setor Taquari - Lago Norte Parcelamento do solo de iniciativa pública (TERRACAP), com lotes tradicionais, porém com lotes de maior dimensão, com praças e espaços livres públicos.
Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View novembro 2018



Fig. 13: Parcelamento irregular na ARINE Ponte de Terra - Gama, constituída pela subdivisão do módulo rural controlado por muros e guaritas, com áreas verdes apenas no interior dos lotes, sem praças e espaços públicos comuns. Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View ago 2021



Fig. 14: Parcelamento habitacional CODHAB no Riacho Fundo II constituído por prédios residenciais seguindo a lógica de condomínios comuns aos residentes. Os lotes de grande dimensão permitem o cercamento do conjunto edificado tornando-o controlado. Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View fevereiro de 2019



Fig. 15: Parcelamento habitacional CODHAB (edifícios) no Setor Crixás - São Sebastião com ocupação perimetral dos quarteirão no interior. os desníveis topográficos não permitem porém a articulação do espaço interior com a rua, exceto nos pontos de acesso. Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View julho de 2021



Fig. 16: Empreendimento Residencial em Ceilândia, seguindo o modelo de condomínio de edifícios altos com áreas de lazer controlado. Fonte: Imagem aérea Google Earth de 25/05/2023 e foto do Google Street View março de 2022

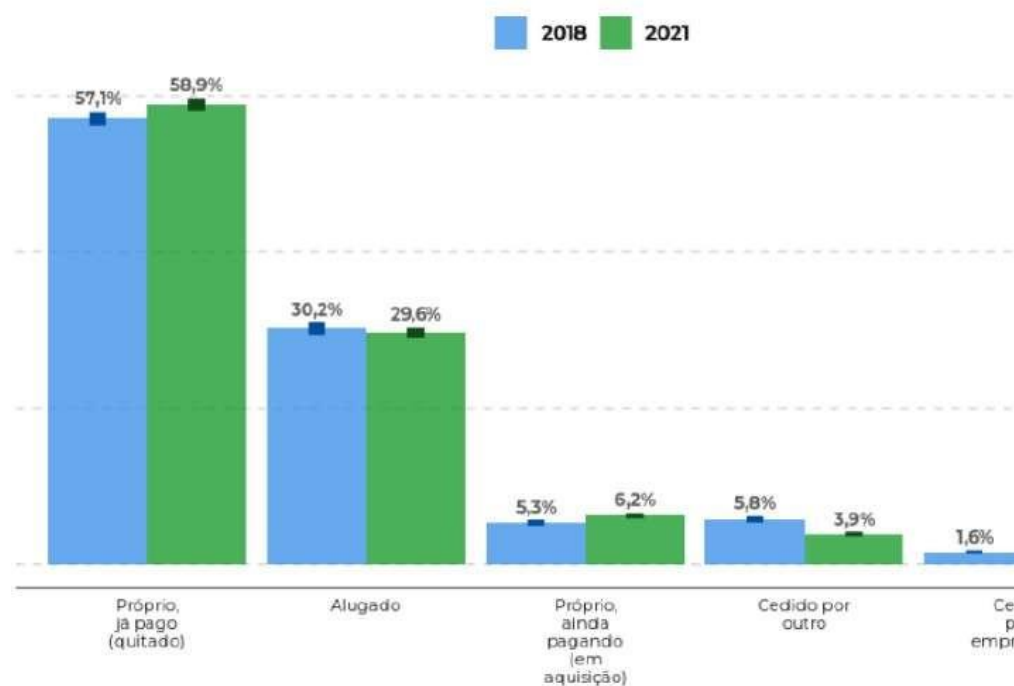


Fig. 17: Empreendimento Residencial Centro Urbano - Samambaia
Fonte: Imagem aérea Google Earth de 29/05/2023 e foto do Google Street View agosto de 2021

Por fim, mas ainda quanto às habitações no DF, destaca-se que tanto a PDAD 2018 como 2021, ao qu imóveis, demonstram que a maior parte da população mora em domicílios próprios e já pagos (mais de 50%), enqu significar que a política habitacional não deve estar voltada necessariamente para a questão da primeira residênc alugados, totalizando mais de 569.000 domicílios, demonstram que existe um estoque habitacional considerável. S diferentes rendas, não pode focar prioritariamente na provisão de novas unidades imobiliárias ou novos loteamentos, s ocioso e degradado.

Gráfico 8: Distribuição dos domicílios ocupados segundo a condição da ocupação, Distrito Federal, 2018-2021

Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021. Disponível em:



<<https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>>

A política habitacional do DF tem por objetivo a solução da carência habitacional para todos os segmentos de média e baixa renda. A Lei n° 3.877 de 26 de junho de 2006, que rege a Política Habitacional do DF, definiu a renda como condição para participar de programa habitacional de interesse social na política habitacional do DF. Segundo o declararam renda de seus moradores, estima-se que 80% dos domicílios do DF encontram-se nessa faixa de renda.

Tabela 1: Rendimento bruto domiciliar por faixas de salário mínimo (SM), Distrito Federal, 2021 (%)

Até 1SM	Mais de 1 até 2SM	Mais de 2 até 5SM	Mais de 5 até 10SM	Mais de 10SM
8,0% dos domicílios	20,9% dos domicílios	32,7% dos domicílios	19,3% dos domicílios	13,4% dos domicílios

Fonte: PDAD 2021

Publicado em 2023, o Decreto nº 44.659/2023, que aprovou o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social, define estratégias para o atendimento habitacional de interesse social, compreendendo as Linhas de Ação, os Programas, os Projetos Urbanísticos, Tributários e Administrativos. As Linhas de Ação buscam atender a diversidade dos perfis e contextos específicos para a política habitacional de interesse social no DF. Diante da diversidade de perfil da população a ser atendida, específicos, visando oferecer ferramentas e apoio necessário ao beneficiário para prolongar seu bem-estar. Para que as famílias se desenvolvam e se adaptem à nova situação habitacional, o Plano propõe ações de Acompanhamento Social, definidos instrumentos de viabilização e fomento das Linhas de Ação e Programas dentro das diretrizes e objetivos estabelecidos.

Compreendendo as especificidades do Distrito Federal e a importância da atualização do Déficit como base para políticas urbanas, habitacionais e territoriais o IPEDF Codeplan apresentou em 2023 os cálculos para a estimativa do Déficit Habitacional em 2021, tendo em vista ser a data da última disponibilização dos dados da PDAD.

As análises revelaram que o Déficit Habitacional do DF é de 98.272 domicílios. O Grupo de Renda 3, abrangendo Planaltina, Riacho Fundo 1, Riacho Fundo 2, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião, concentra a maior parte do déficit habitacional. Ceilândia é a região onde se registra o maior número de domicílios em situação de déficit habitacional, tendo a maior concentração populacional. Taguatinga, com 8.760 domicílios, e Samambaia, com mais de 8.000 domicílios em déficit habitacional. Em terceiro lugar, temos Planaltina, com 6.080 domicílios, Santa Maria, com 5.390 domicílios, e Recanto das Emas, com 5.390 domicílios.

O Déficit é dividido em três componentes: Habitação Precária, Coabitação e Ônus excessivo com aluguel. Os domicílios em déficit na situação de Habitação Precária, composta por domicílios que ocorrem em espaços não destinados para moradia ou aqueles em que são destinados à moradia mas estão em condições físicas precárias (rústicos). Já na situação de Coabitação, mais de um núcleo em um mesmo domicílio entre pessoas com ou sem grau de parentesco, que podem ou não contar com condições adequadas de casas de cômodos ou dormitórios com mais de 3 pessoas, estimam-se mais de 12.000 domicílios. Por fim, refere-se ao Ônus com aluguel, sendo os domicílios que comprometem mais de 30% da renda domiciliar com aluguel, totalizando mais de 67.000 domicílios, confirmando a posição do DF no primeiro lugar do Déficit Habitacional do país nessa situação.

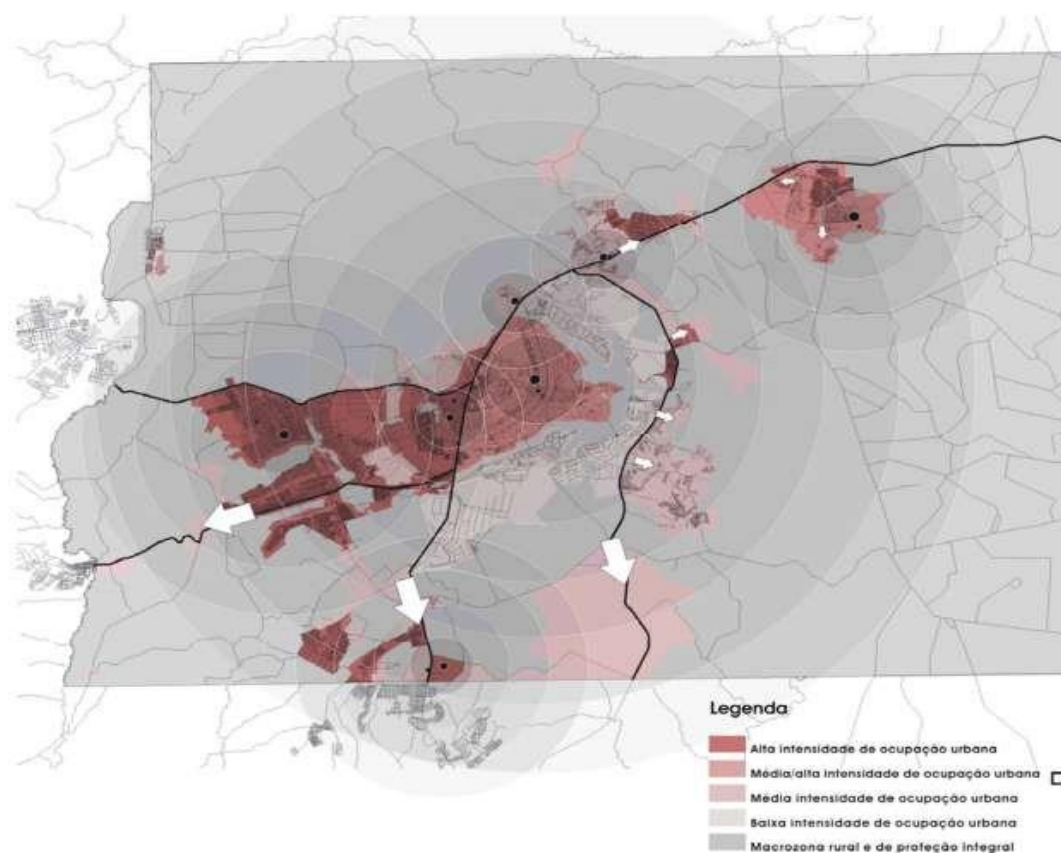
É válido ressaltar que o Déficit Habitacional abrange tanto situações de imóveis próprios quanto de domicílios em déficit, mais de 79.000 estão ocupando imóveis existentes por meio de aluguel. Entretanto, o déficit não deve ser visto apenas como um obstáculo para a produção de novas habitações, pois isso poderia levar ao subaproveitamento do estoque imobiliário do Distrito Federal. Soluções significativas, como a vacância de imóveis em áreas com infraestrutura e serviços públicos eficientes, mas com déficit habitacional, podem ser propostas novas soluções para redução do déficit, com alteração da legislação urbanística, políticas sociais ou outras formas de auxílio financeiro, dentre outras.

Diante da realidade dos imóveis próprios, políticas de apoio à melhoria do imóvel devem ser fomentadas, com o suporte para a população de baixa renda. Atualmente, a Resolução nº 173/2020 da CODHAB traz os valores de “até R\$ 10.000,00 para a produção habitacional, que requeiram serviços de reformas/ampliação; e até R\$ 50.000,00 para os casos de precariedade habitacional por unidade habitacional”. O fomento a programas dessa natureza podem reforçar o melhor atendimento à demanda habitacional.

2.4.3.5. Polaridades Econômicas e Mobilidade Urbana

O PDOT vigente propôs no modelo territorial a consolidação do centro secundário no DF na confluência do Plano Diretor de 1997, e o reforço aos centros regionais no vetor norte e no vetor sul e centros locais. Enquanto o sub-setor agrícola da região, sendo proposto um Pólo do Agronegócio na Estratégia de Dinamização, que não prosperou, o fornecimento de atividades para os municípios goianos limítrofes, o que de fato vem-se consolidando.

Mapa 7: Crescimento das ocupações urbanas na Macrozona Urbana até



Fonte: Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Documento Técnico, p. 132. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/documento_tecnico_pdot12042017.pdf

A configuração do novo Centro Administrativo do DF no vetor sudoeste, já em andamento quando houve a premissa do modelo territorial de um segundo centro urbano, competitivo com a área central do Plano Piloto. Inicialmente, em Taguatinga, o Binário SAMDU-Comercial, começam a tomar forma na concepção desta segunda centralidade, com o objetivo de atrair o fluxo Central de Taguatinga, por onde passaria o fluxo de passagem na direção de Ceilândia.

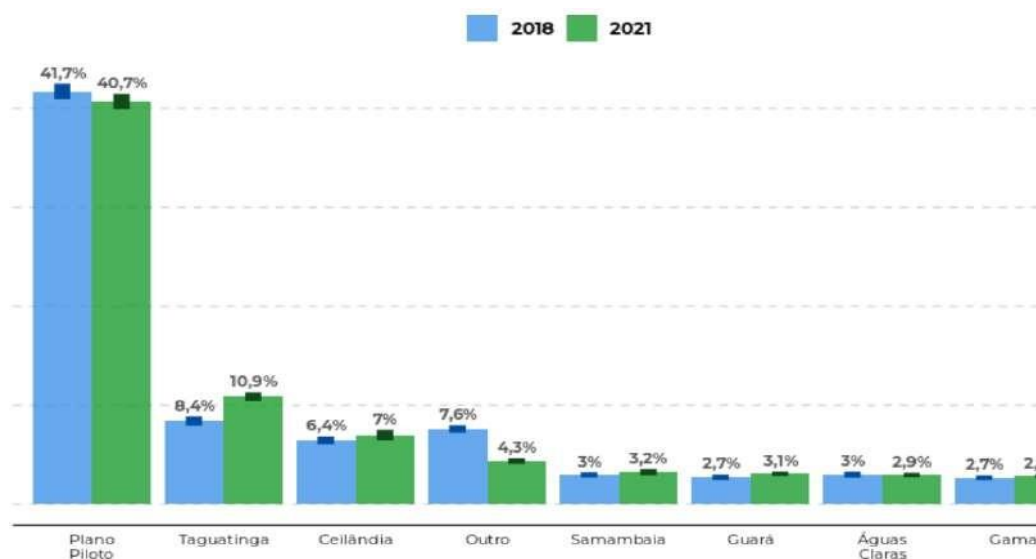
O Complexo foi construído entre 2009-2014 durante duas gestões governamentais a partir de uma parceria com a concessionária Centrad construiria o complexo com recursos e financiamentos próprios a serem ressarcidos ao longo do tempo. Centrad cobriria a edificação construída e os serviços prestados. Até o presente momento, questões jurídicas impedem a ocupação plena.

Outra dificuldade foi a solução com relação às alternativas de desenvolvimento econômico uma vez que não havia programas de estímulo ao microempresário na forma do Programa Pró-Cidades.

Entretanto, o programa teve mais foco na elaboração de obras de infraestrutura e recuperação do espaço urbano e no preparo dos empresários para novas perspectivas de trabalho.

Assim, até o momento, o Plano Piloto mantém-se como local predominantemente de emprego no DF, embora haja queda dos empregos nessa localidade e o aumento do percentual de empregos em Taguatinga e Ceilândia, em comparação com 2018.

Gráfico 9: Local do Emprego Principal, comparação PDAD 2018-2021



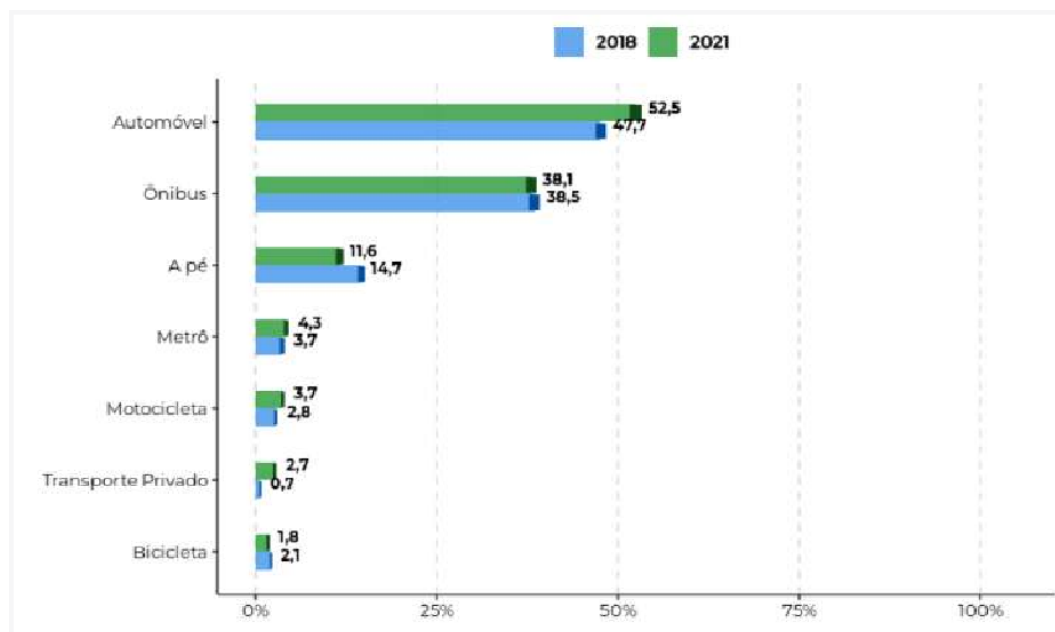
Fonte: IPEDF. Relatório Comparativo PDAD 2018 e 2021.. Disponível em: <https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-m-2018-e-2021/>

Os modais de transporte refletem o padrão de urbanização do DF. Áreas mais densamente ocupadas tendem a ter maior utilização do transporte coletivo, enquanto áreas de baixa densidade populacional e construtiva fomentam a utilização do transporte individual. Em questões morfológicas, a concentração dos principais postos de trabalho no Plano Piloto, reforçando um deslocamento de transporte público por ônibus com a sobreposição de linhas, baixa frequência de viagens e pouca integração, principalmente na hora do pico, expõem a baixa atratividade do serviço. Como consequência, constata-se a segregação espacial, pois as Regiões Administrativas com mais baixa renda no DF são também aquelas mais distantes da área central (AFGE).

Com base nos dados da PDAD 2021, o automóvel segue como o principal meio de transporte para os deslocamentos. Dos entrevistados declararam utilizar o automóvel para ir até o local de trabalho, percentual que cresceu em 2021 em relação a 2018.

Quando a PDAD 2021 analisa os deslocamentos por motivo de trabalho, depreende-se que a escolha pelo transporte público é o de maior representatividade, mantendo a tendência já observada na pesquisa de 2018.

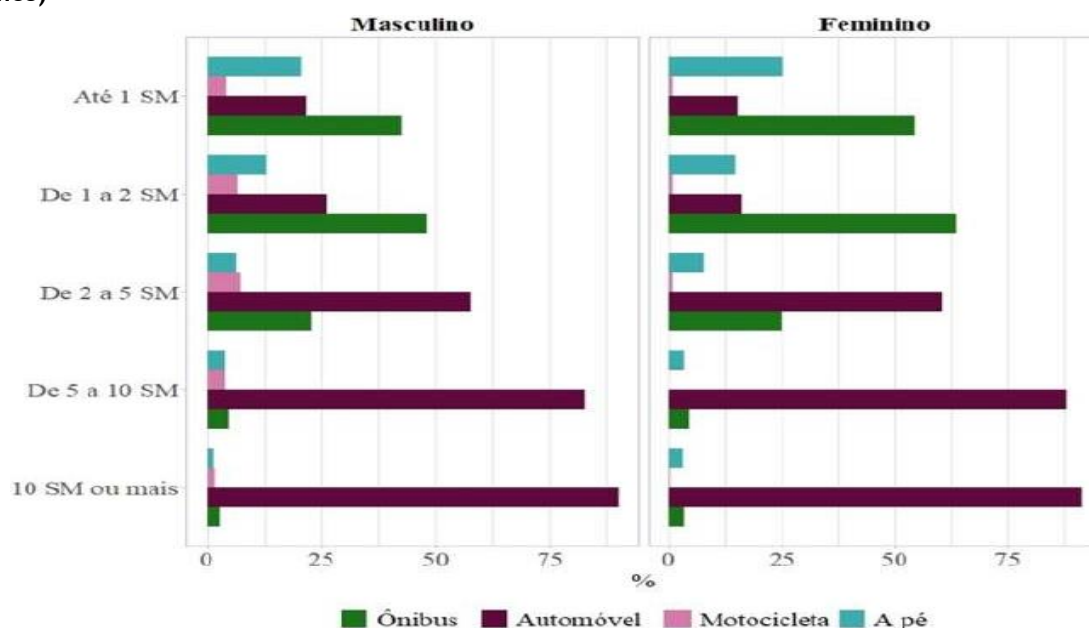
Gráfico 10: Meios de transporte utilizados para o deslocamento até o trabalho principal, Distrito Federal
 Fonte: IPEDF/DIEPS/COEPS/PDAD 2018 e PDAD 2021. Disponível em:



<<https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>>

Embora a utilização do automóvel alcance mais de 70% dos deslocamentos na faixa de renda acima de 10 SM, mais de 50% dos deslocamentos ocorrem com esse modal. Outra questão é que à medida que se aumenta a renda, há uma redução do uso dos meios de locomoção como ônibus e a pé e um aumento da utilização de automóvel para ir ao trabalho. (em salários-mínimos), de maneira geral, tanto homens como mulheres, optam pelo ônibus.

Gráfico 11: Percentuais de utilização dos modos de deslocamento para o trabalho por sexo e faixas de renda (em salários-mínimos)

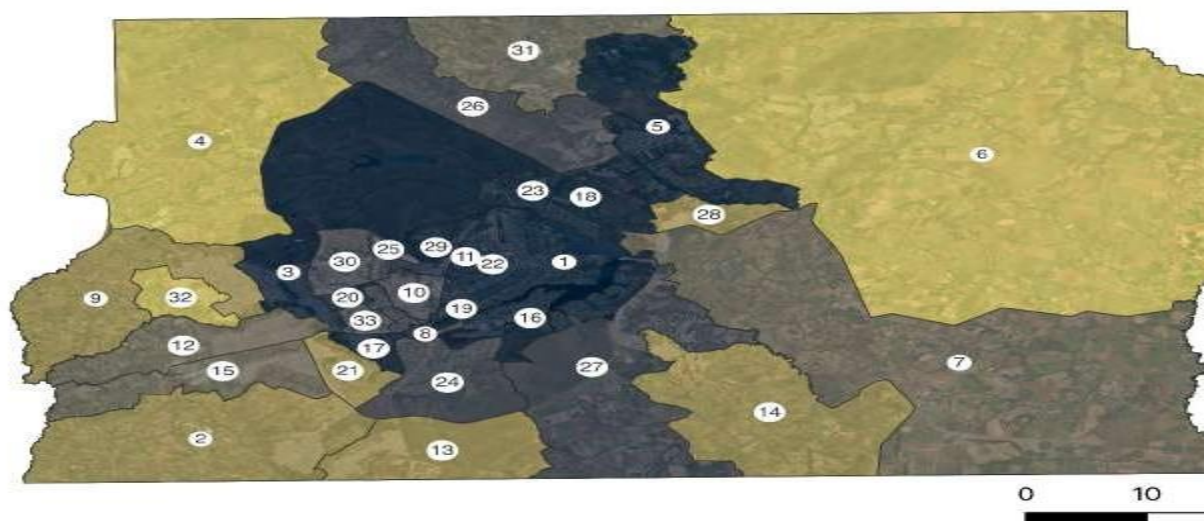


Fonte: IPEDF. Como anda Brasília. Elaboração IPEDF/DEPAT. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Como-anda-Brasilia-a-partir-dos-dados-da-Pesquisa-Distrital-por-Amostra-de-Domicilios-PDAD-2021.pdf>

A relação entre a posse de automóveis no domicílio e o uso de automóvel para ir ao trabalho é evidente. Apenas 7,1% dos domicílios não possuem automóvel, enquanto o Grupo 4 (baixa renda) apresenta o maior percentual (45%).

Análises do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) para a dimensão mobilidade no DF medida pelo indicador de tempo gasto em deslocamento indicam como o tempo gasto em deslocamento impacta o bem-estar da população. Esse indicador corresponde à proporcão de tempo gasto fora do domicílio e retornam para casa diariamente, com gastos de até 1 hora de deslocamento e maiores que 1 hora. As primeiras RAs com escala de “muito bom” são: Sudoeste/Octogonal (1,00); SIA (0,989) e Plano Piloto (0,983). Por outro lado, as primeiras RAs com escala de “muito ruim” foram: Brazlândia (0,00); Sol Nascente/Pôr do Sol (0,315) e Planaltina (0,315). Isso ocorre porque, devido à distância de cerca de 50 km da área central do Distrito Federal, há uma diversidade dos meios de locomoção que são utilizadas nas extremidades dos sistemas de transporte.

Mapa 8: IBEU - Dimensão 1: Mobilidade Urbana



Dimensão 1 - Mobilidade Urbana

- 0 - 0,500
- 0,500 - 0,700
- 0,700 - 0,800
- 0,800 - 0,900
- 0,900 - 1

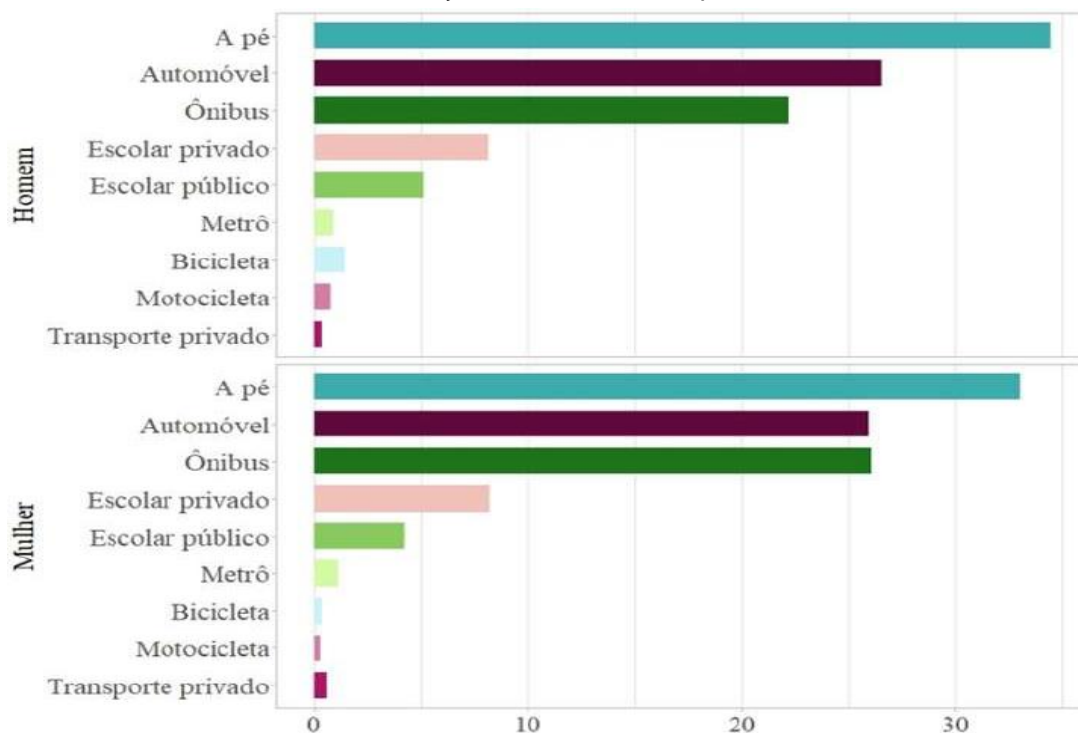
Índice por Região Administrativa (número RA/índice)

4 - Brazlândia (0)	12 - Samambaia (0,789)	23 - Varjão (0,917)
32 - Sol Nascente (0,315)	7 - Paranoá (0,794)	20 - Águas Claras (0,912)
6 - Planaltina (0,384)	26 - Sobradinho II (0,833)	17 - Riacho Fundo (0,909)
14 - São Sebastião (0,518)	24 - Park Way (0,844)	8 - Núcleo Bandeirante (0,908)
9 - Ceilândia (0,567)	30 - Vicente Pires (0,852)	11 - Cruzeiro (0,958)
2 - Gama (0,574)	25 - SCIA (0,859)	19 - Candangolândia (0,957)
13 - Santa Maria (0,606)	10 - Guará (0,866)	18 - Lago Norte (0,967)
21 - Riacho Fundo II (0,647)	27 - Jardim Botânico (0,872)	16 - Lago Sul (0,974)
28 - Itapoã (0,695)	33 - Arniqueira (0,874)	1 - Plano Piloto (0,983)
31 - Fercal (0,716)	3 - Taguatinga (0,910)	29 - SIA (0,989)
15 - Recanto das Emas (0,720)	5 - Sobradinho (0,912)	22 - Sudoeste/Octogonal (0,989)

Fonte: IPEDF/DEPAT. Índice de Bem-Estar Urbano IBEU. 2022

A política de distribuição dos equipamentos de ensino no DF, seguindo a concentração populacional e p etárias mais jovens, reflete-se na maior mobilidade a pé para o deslocamento casa-estudo. Mais de 30% da população e 33,0% entre as mulheres) desloca-se a pé para a escola. O automóvel foi o segundo meio de transporte mais utiliz quanto para mulheres (25,6%). A utilização do ônibus foi maior entre mulheres (26,1%) do que entre homens (22,1%)

Gráfico 12: Percentuais da população segundo modo de deslocamento por motivo de estudo e sexo
 Fonte: IPEDF. Como anda Brasília. Elaboração IPEDF/DEPAT. Disponível em:



<<https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio-COMO-ANDA-BRASILIA-Um-recorte-a-partir-dos-dados-da-Pesquisa-DADAD-2021.pdf>>

Quando se avalia o sexo e idade verifica-se que o percentual de uso de ônibus cresce conforme a idade pé foi maior entre os estudantes que estavam na faixa etária de 4 a 5 anos e de 6 a 10 anos, tanto entre homens quanto entre as mulheres. Já os estudantes na faixa de idade de 18 a 24 anos foram os que apresentaram a maior taxa de uso de ônibus para ir à escola (26,1% entre homens e 26,1% entre as mulheres). Em contrapartida, a faixa etária de 0 a 3 anos foi a que mais utilizou automóveis para ir à escola (46,0% entre homens e 46,0% entre as mulheres).

Tabela 2: Percentuais de utilização dos modos de deslocamento por motivo de estudo por sexo e faixa

Sexo	Faixa de idade	Ônibus	Transporte Escolar Público	Transporte Escolar Privado	Automóvel	A pé
Masculino	0 a 3 anos	6,2 %	3,4 %	6,1 %	46,0 %	34,2 %
	4 a 5 anos	7,2 %	7,0 %	9,4 %	34,9 %	40,7 %
	6 a 10 anos	7,5 %	7,8 %	12,7 %	27,2 %	43,1 %
	11 a 14 anos	18,7 %	7,3 %	12,3 %	20,3 %	39,3 %
	15 a 17 anos	32,1 %	3,4 %	7,7 %	14,5 %	38,8 %
	18 a 24 anos	44,5 %	2,2 %	1,6 %	29,0 %	16,8 %
Feminino	0 a 3 anos	7,7 %	3,2 %	11,7 %	49,1 %	27,9 %
	4 a 5 anos	6,8 %	4,8 %	11,2 %	34,9 %	41,3 %
	6 a 10 anos	8,4 %	6,6 %	13,4 %	28,7 %	41,5 %
	11 a 14 anos	16,9 %	6,3 %	10,8 %	22,4 %	42,1 %
	15 a 17 anos	29,8 %	4,6 %	8,4 %	18,9 %	36,7 %
	18 a 24 anos	55,2 %	1,0 %	2,3 %	23,3 %	12,9 %

Fonte: PDAD (2021). Elaboração IPEDF/DEPAT.

Dados do Departamento de Trânsito (DETRAN-DF) entre 2018 e 2022 demonstram a vulnerabilidade de pe fatais.

Tabela 3: Acidentes de trânsito fatais, segundo natureza Distrito Federal, 2018 - 2022

	2018	2019	2020	2021	2022
Atropelamento de Animal	2	1	2	-	1
Atropelamento de Pedestre	101	86	72	70	86
Capotamento/Tombamento	28	21	20	26	14
Choque com Objeto Fixo	23	29	38	35	27
Colisão	91	102	99	85	114
Outra	2	2	1	1	3
Queda de Pessoa	1	-	2	1	2
Queda de Veículo	13	13	21	10	15
Total	261	254	255	228	262

Fonte: GDF/SSP/DETRAN/GEREST

Quanto à estratégia de estruturação da rede de transporte coletivo do PDOT, ajustada e consolidada pelo DF (PDTU), destaca-se a implantação do Corredor Sul, o projeto do Corredor Norte e complementações do Corredor na Estrada do Setor de Polícia (em obras). Foi implantado o binário SAMDU-Comercial, mas as obras de urbanização e implantação de ciclovias, não foram executadas. Foi implantado o Túnel de Taguatinga e encontra-se em andamento em Taguatinga.

Por outro lado, a integração da rede de transporte coletivo com os espaços urbanos por meio da estratégia do PDOT não obteve sucesso. As principais dificuldades estão relacionadas ao fato de que a maior parte dos corredores e infraestruturas de trânsito sem uma devida conexão com as potencialidades dos espaços urbanos adjacentes. O objetivo é criar um conjunto de atividades no entorno das estações de transporte coletivo, incluindo áreas de estacionamento que possam ser modais em direção ao transporte coletivo.

Algumas alternativas foram aventadas como a implantação do Terminal Park Way. Entretanto, a existência de atividades na região são fator limitador a implantação do pólo multifuncional.

A discrepância de localização dos pólos multifuncionais com os terminais de transporte implantados decorre da política de transporte e a política urbana. A ausência de um planejamento integrado, considerando não apenas as infraestruturas de transporte, mas o potencial dos espaços urbanos adjacentes, com diversificação de atividades, áreas de transbordo (estacionamento) não vem estimulando a mudança modal do DF, em direção à maior utilização do transporte coletivo.

2.4.4. Os Desafios e Potenciais Ambientais

O Distrito Federal (DF), inserido em integralidade no Bioma Cerrado, oferece uma gama de serviços ambientais reconhecido como “berço das águas do Brasil”, e traz em sua trajetória instrumentos que buscam articulação com as políticas climáticas, do bioma Cerrado e de sua biodiversidade.

Nesse contexto, visando compreender as ações realizadas em prol da conservação dos recursos naturais naturais, compreendendo os instrumentos e seus resultados quanto às pautas globais da sustentabilidade, as ações frente às políticas de proteção e planejamento dos espaços territoriais de importância ambiental, a dinâmica do saneamento ambiental e Econômico para o DF.

2.4.4.1. Os Pactos Globais pela Sustentabilidade e as Mudanças Climáticas no DF

2.4.4.1.1. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS

Em 2016, o Distrito Federal assumiu o compromisso de implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Organização das Nações Unidas - ONU.

Os ODS, subdivididos em 17 grupos, contemplam as três dimensões do tripé da sustentabilidade - ambiental, social e econômica - em suas 169 metas. Buscando oferecer meios para os municípios brasileiros poderem monitorar a implementação dos

⁴⁰ Criou-se a Comissão Distrital para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio do Decreto nº39.322, de 04 de setembro de 2023, de junho de 2023.

de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) pelo Instituto Cidades Sustentáveis em parceria com a Development Solution Network), sendo composto por 100 indicadores, os quais juntos fornecem um panorama da situação perante as metas dos ODS (Instituto Cidades Sustentáveis, 2023)⁴¹.

Quando se avaliam os indicadores do Distrito Federal para o cálculo do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), que expressa o nível de emissão bruta de CO₂e (t) GWP-AR5 per capita e o percentual do município desflorestado, os resultados não são ideais. Já no ODS 15 (Proteger a vida terrestre), o indicador que expressa a taxa de formações florestais naturais precisa de atenção para atingir os objetivos. Quanto ao ODS 6 (Água limpa e saneamento), o indicador Perda de água, que expressa a perda de água, ficou acima do limiar considerado ideal.

Nesse cenário, Brasília atingiu a pontuação geral de 57,5 de 100 no IDSC-BR, ficando na 5ª posição entre as capitais com mais de 1 milhão de habitantes. Apesar de estar entre as capitais mais bem colocadas, a pontuação obtida demonstra que o Distrito Federal atingiu um nível de desenvolvimento sustentável que pode ser considerado ideal. Para isso, esforços na implementação de estratégias de planejamento econômico para essas pastas, são cada vez mais necessários.

2.4.4.1.2. Enfrentamento as Mudanças do Clima

Uma das principais questões globais relativas à pauta ambiental são as mudanças climáticas. Fenômeno associado às atividades humanas e à variabilidade do clima ao longo de períodos, que têm contribuído com impactos ambientais e socioeconômicos. No DF, como etapa do enfrentamento às mudanças do clima, foi elaborado o Inventário de Emissões de GEE. As análises se concentraram nos setores de energia, processos industriais, resíduos e efluentes, agropecuário e uso da terra que são categorizados por:

- I. **Energia**, as atividades com utilização de combustível, como: indústrias de energia manufaturas, comércio e aviação civil; e outros setores como agricultura, silvicultura;
- II. **Processos industriais**, como produção de cimento, uso de gases de refrigeração e ar-condicionado;
- III. **Resíduos e efluentes**, que inclui categorias como disposição de resíduos em sítios gerenciados e tratamento e descarte de efluentes domésticos e industriais;
- IV. **Agropecuário**, que inclui as emissões referentes à fermentação, manejo de dejetos de animais, queimadas;
- V. **Florestas, uso da terra e mudança de uso da terra**.

Em linhas gerais, entre 2005 e 2018, o inventário identificou o setor de energia como o principal responsável por aproximadamente 49% do total, seguido por atividades de uso e mudança do uso da terra, processos industriais, agropecuário e uso da terra, respectivamente, aproximadamente 22%, 13%, 13% e 4%, respectivamente. A totalidade das emissões do setor de energia é oriunda

⁴¹ Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR). 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 23/06/2023.

⁴² Inventário do Distrito Federal de Emissões de GEE. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wa> BOOK-FINAL.pdf. Acesso em 26/06/2023

transporte rodoviário o principal emissor do setor (55,22% das emissões totais em 2018) e o CO2 responsável pelas emissões dos gases de efeito estufa no período. Assim como no setor de energia, as demais áreas possuem categorias com maior emissão. No setor de processos industriais, o inventário de emissões indica que a produção de cimento apresentou maior média, 8,5 tCO2e em 2011 e 2018. Os sítios não manejados, categoria do setor de resíduos e efluentes, representaram mais de 72% das emissões do agropecuário, por sua vez, as emissões relativas ao processo digestivo natural em animais ruminantes (fermentação entérica) do agropecuário, cerca de 35,75% no período analisado.

Ainda segundo o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em relação ao setor de florestas, as emissões combinadas das transições de floresta natural para formação campestre e de floresta natural para pastagem, as fontes de emissão do setor.

Outro instrumento utilizado, frente às mudanças do clima, foram as análises relativas às projeções climáticas para os períodos futuros entre os anos de 2011 e 2040, de 2041 a 2070 e de 2071 a 2099, utilizando resultados da regionalização do clima em quatro modelos climáticos globais, em dois níveis de emissão dos gases de efeito estufa⁴⁴. De modo geral, as simulações para o período de 2011-2040, os aumentos de temperatura projetados variam desde 1 °C a cerca de 3 °C podendo variar de 2 °C a 4 °C (SEMA,2016)⁴⁵.

No que se refere às chuvas, a redução de precipitação ocorre em toda região da RIDE, em todas as estações do ano. Para o verão, o período chuvoso da região, haverá as reduções mais intensas; para a estação de inverno, haverá reduções claras na precipitação média; enquanto para estação da primavera, estação de retorno das chuvas, haverá redução no início da estação chuvosa ou chuvas com menor intensidade (SEMA,2016).

Diante dos indicativos de aumento de temperatura, com índices extremos de calor e redução das precipitações, a seguir lista algumas implicações dos impactos adversos decorrentes das projeções do clima para o DF e para a RIDE nos diferentes setores:

- I. Recursos hídricos: menor disponibilidade de água para os reservatórios*
- II. Agricultura: menos chuva durante as quatro estações do ano, aumento de dias de estiagem e ondas de calor*
- III. Energia: maior consumo de energia elétrica - dias mais quentes; menor disponibilidade de energia solar devido à menor disponibilidade de radiação solar para energia solar;*
- IV. Mobilidade: temperaturas mais altas e aumento de chuvas fortes;*

⁴³ SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2021b. Inventário do Distrito Federal de Emissões de GEE. <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/INVENTARIO-CLIMA-E-BOOK-FINAL.pdf>. Acesso em 26/06/2023

⁴⁴ Regionalização do Modelo Eta a 20 km das condições de quatro modelos globais (BESM, CanESM2, HadGEM2-ES e MIROC5) e a 5 km das condições de dois níveis moderado e alto de emissão dos gases de efeito estufa, RCP4.5 e RCP8.5, respectivamente

⁴⁵ SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2021b. Inventário do Distrito Federal de Emissões de GEE. [em:https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/INVENTARIO-CLIMA-E-BOOK-FINAL.pdf](https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/INVENTARIO-CLIMA-E-BOOK-FINAL.pdf). Acesso em 26/06/2023

V. *Saúde: temperaturas mais altas, ondas de calor, umidade baixa.* (SEMA,2016)

As problemáticas abordadas demonstram a urgência para a conversão das práticas humanas sobre o tema. Nesse sentido, o Plano de enfrentamento dos impactos adversos da mudança global para o DF lista uma sequência de medidas dentre elas:

I. As áreas de recarga dos lençóis freáticos devem ser identificadas pelo tipo de uso, pelo grau de impacto causado pela produção e pelo estado de conservação da vegetação nativa ou das vegetações que permitam a manutenção dos serviços ecossistêmicos;

II. A agricultura deve ser observada e avaliada pelo tipo de irrigação que possui melhor adequação para as condições ecológicas;

III. A criação de novas áreas de unidades de conservação em zonas em torno de nascentes seja estabelecida nas áreas de recarga dos aquíferos;

IV. Reduzir as perdas por poços clandestinos ou canalizações inadequadas, mau uso do solo em áreas sensíveis e do solo;

V. Promover a gestão integrada de Recursos Hídricos como solução para problemas relacionados à oferta de água em 2017/2018. (SEMA,2021c)⁴⁶

Diante das projeções de mudanças climáticas abordadas, a promoção das práticas sustentáveis, com o uso de tecnologias de baixo carbono, e o investimento no monitoramento do clima para compreensão dos impactos são estratégias de vulnerabilidades e adaptação. Ademais, o envolvimento dos diferentes entes do governo no tema contribui para enfrentar grandes desafios climáticos apontados no DF, os quais envolvem setores diversos.

2.4.5. Uma Síntese do Saneamento Ambiental no Distrito Federal

Em 2020, com a atualização do marco legal do saneamento básico (Lei nº 14026 de 15 de julho de 2020), o DF promoveu a universalização do saneamento até o ano de 2033, sendo: 99% da população com água potável e 90% da população com coleta e tratamento de esgoto.

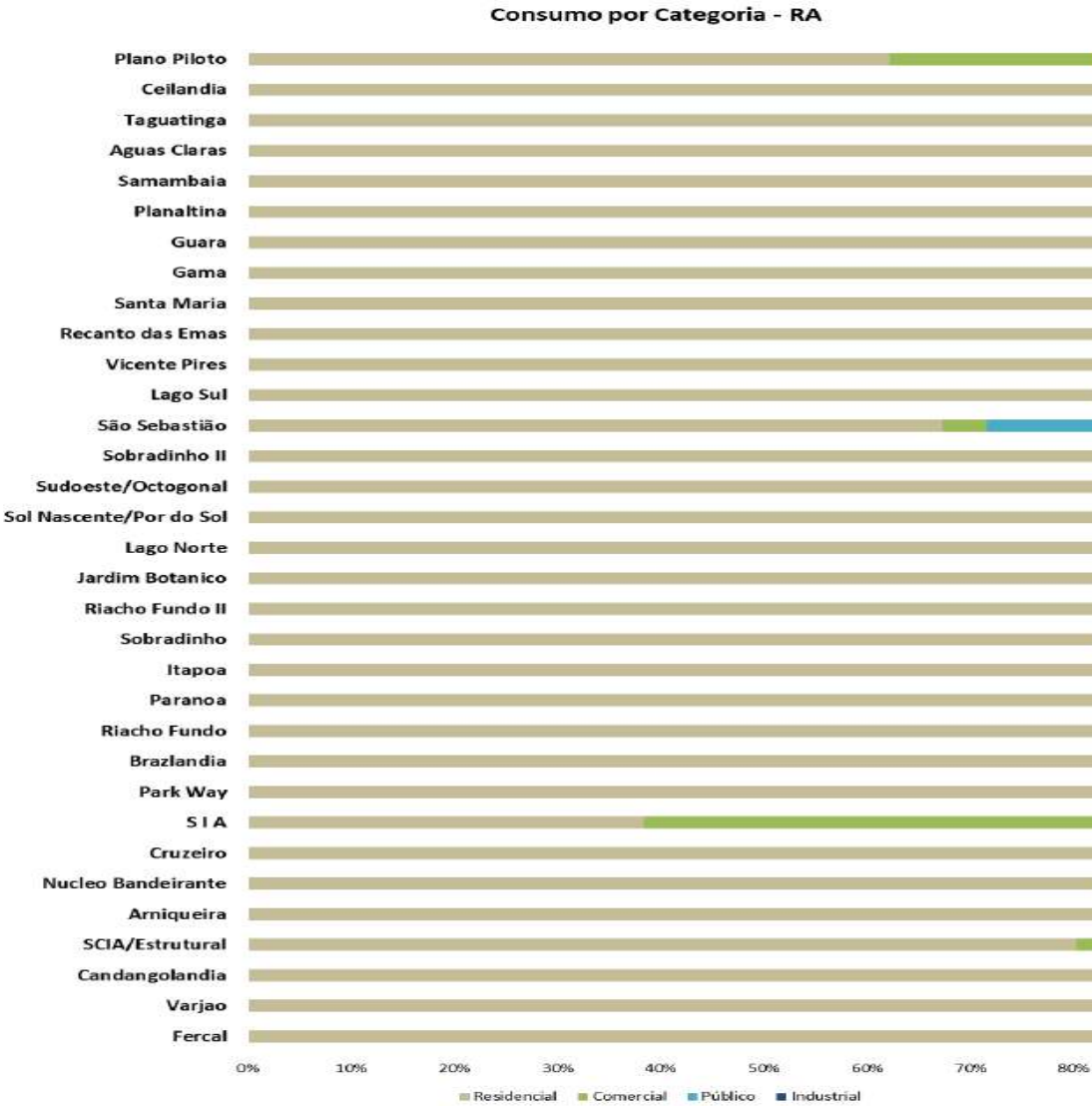
Em relação aos 100 municípios mais populosos, o DF está em 20º colocado no ranking nacional do saneamento básico. Quando se avaliam os indicadores de saneamento isolados, o atendimento total de água, no ano de 2022, já alcança o marco legal, com o percentual de 99% do atendimento. Em relação ao esgotamento sanitário, o DF atende com a coleta e tratamento de esgoto que é coletado (CAESB,2023)⁴⁸. Em relação aos demais estados da federação o DF se destaca.

⁴⁶ SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2021c.Plano deEnfrentamento dos Impactos adversos da mudança global para o DF. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/03/PLANO-ADAPTACAO-E-BOOK.pdf>. Acesso em 26/06/2023

⁴⁷ ²⁴ INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023 (SNIS 2021). 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/relatorio-Rankin-g-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf>. Acesso em: 26/06/2023

⁴⁸ CAESB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. Relatório de Indicadores de Desempenho, Edição 2023. 2023

Gráfico 13: Categorias de consumo por RA



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Quanto à gestão dos resíduos sólidos, com o cumprimento da determinação da Lei 12.305/2010, que es Sólidos, foi efetuado o fechamento do Lixão da Estrutural em 2018, contudo, os passivos de sua operação têm coordenados pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA⁴⁹, a fim de subsidiar a elaboração do Plano

Dos passivos apontados pelo estudo, o de maior agravo está relacionado à contaminação das águas subter orgânica com água subterrânea, que acarreta a formação do chorume, sendo particularmente preocupante uma vez q na área têm-se abastecido dessas águas por meio de poços escavados.

Em relação às águas superficiais, o estudo apontou índices de contaminação no Córrego Cabeceira chorume, mas também influenciadas pelos efluentes da agricultura existente na área (SEMA, 2021)⁵⁰. Em relação Acampamento e Bananal -, o estudo apontou uma modificação antrópica, apesar de manter potabilidade natural.

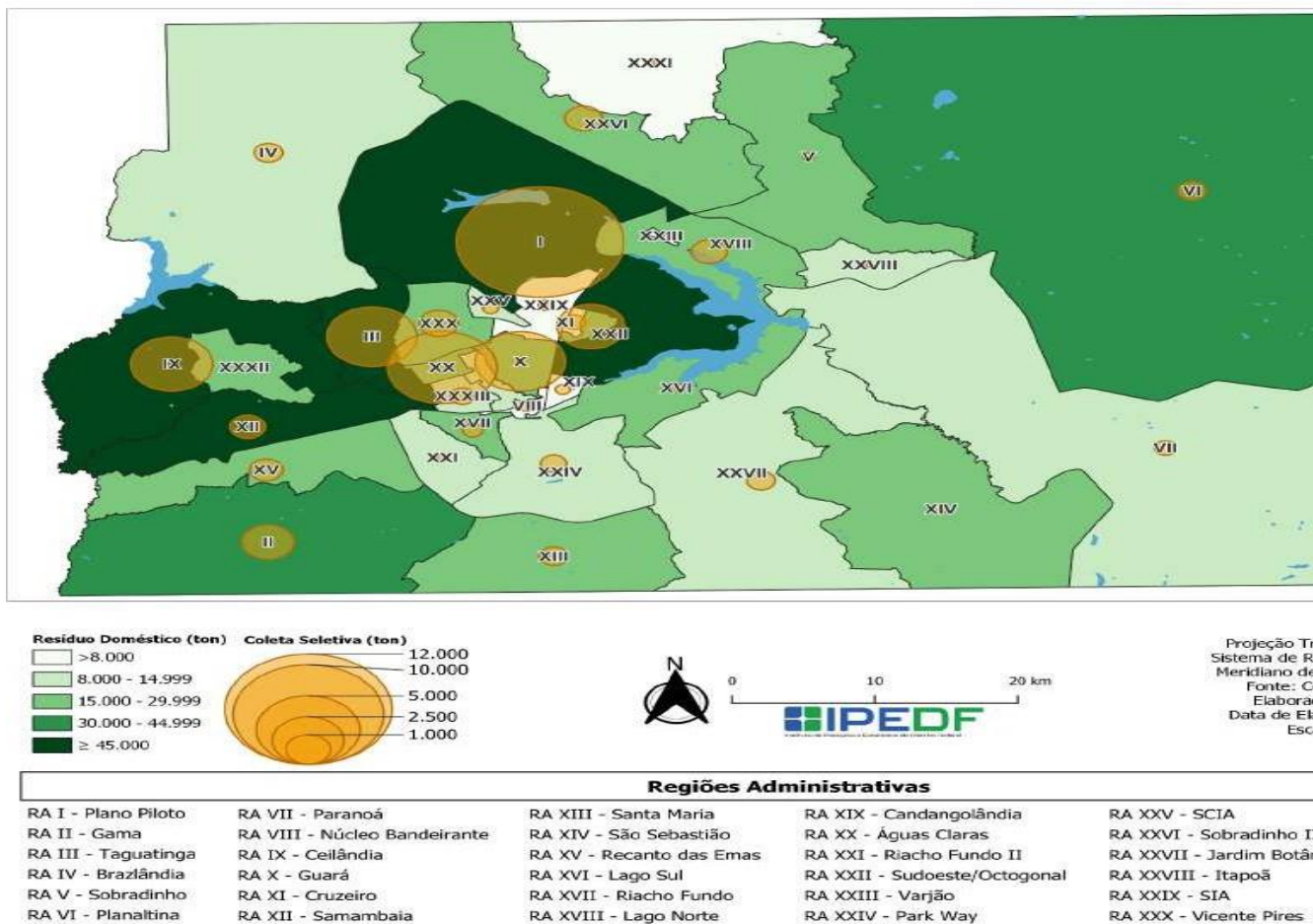
De forma complementar, o estudo abordou estratégias que podem contribuir com a mitigação dos impa lixão da estrutural, analisando a viabilidade ambiental, técnica e econômica de ações como: estabilização de m contaminação, recomposição da vegetação nativa de áreas expostas e degradadas (SEMA,2021).

Os estudos conduzidos pela SEMA, apoiados por especialistas, representam um marco no processo de r gerados pela operação do Lixão da Estrutural. Essas análises têm desempenhado um papel crucial na busca pela melh refletindo o compromisso em promover a sustentabilidade e a qualidade de vida da população.

⁴⁹ Estudo coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA/DF em parceria com o Ministério da Tecnologia e Informação - CGEE e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, no âmbito do Projeto CITInova “Promovendo Cidades Sustentáveis no investimento em tecnologias inovadoras” com recursos do Global Environment Facility - GEF

⁵⁰ SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal. 2021. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/LIXAO-03-05-2022-E-BOOK.pdf>. Acesso em 25/06/2023.

Mapa 10 - Quantitativo de resíduo domiciliar e seletivo coletado por RA



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

No contexto das operações diárias da limpeza urbana no DF, segundo dados do Relatório do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, foram coletadas 696.995,94 toneladas de resíduos domiciliares e comerciais em 2022 (SLU, 2022)⁵¹. As RA com maior volume de resíduos domiciliares e comerciais nesse ano foram: Ceilândia, Plano Piloto, Taguatinga, Samambaia, Planaltina, Gama, Guará e Santa Maria.

⁵¹ SLU. Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Relatório Anual - 2022. Disponível em: <https://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/26/06/2023>

50% do total coletado no período. Quanto à coleta seletiva, foram coletadas 33.761,43 toneladas em 2022, segundo Plano Piloto, de Águas Claras, Guará, Taguatinga e Ceilândia apresentam as maiores taxas de coleta seletiva, com a 2022.

Em relação aos resíduos processados em usinas de tratamento, o relatório apresentou que foram processados 1.485.844 toneladas em 2022, o que representa um aumento de 18,94% em relação a 2017. Já os Resíduos da Construção Civil (RCC) encaminhados à Unidade de Tratamento de Resíduos (UR) situada desde 2018 em área do antigo Aterro Controlado do Jóquei, totalizaram 1.485.844 toneladas em 2022, sendo compostos por restos de podas e galhadas (SLU, 2022).

Inaugurado em janeiro de 2017, o Aterro Sanitário de Brasília (ASB) já recebeu mais de 3,8 milhões de toneladas em 2022. Ademais, segundo dados disponíveis no relatório, o ASB recebe resíduos de diferentes origens, sendo a principal fonte, representando mais de 95% do total encaminhado ao ASB em 2022. O restante encaminhado ao Aterro Sanitário de Brasília (ASB) vem de Grandes Geradores, da CAESB, decorrente do processo de tratamento de esgoto, assim como proveniente de caixas de coleta de resíduos originários do serviço de remoção em vias públicas. Outro grande avanço ambiental decorrente da implantação do ASB em 2017, sendo que em 2022 foram tratados 268.270 m³ (SLU, 2022).

Apesar de ter sido inaugurado apenas em 2017 e com a capacidade de receber 8.212.000 toneladas de resíduos em 12,5 anos, até 2029, podendo aumentar em mais 20 anos com a ocupação de uma gleba de 60 ha adjacentes às instalações, a ampliação do ASB é uma demanda atual que deve ser tratada nos próximos anos, assim como a necessidade de destinação de resíduos da construção civil, uma vez que a Unidade de Recebimento de Entulho, situada em área do antigo Aterro Sanitário de Brasília, está próxima de atingir o seu limite operacional. Nesse contexto, observa-se que há grandes desafios para a gestão dos resíduos, os quais devem estar contemplados no PPA 2023/2027.

Embora os dados indiquem boas condições em determinados componentes do saneamento ambiental - resíduos - o DF ainda enfrenta desafios quanto ao manejo das águas pluviais. As altas taxas de impermeabilização do solo, as práticas do planejamento ambiental e das diretrizes trazidas pelo Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal, sobrecarga de sistemas projetados para determinadas vazões.

Devido à infraestrutura deficitária em algumas regiões e à obsolescência das redes de drenagem em áreas de alagamentos que, em certos casos, ocasionam perdas materiais. Além dos impactos diretos à população, há impactos econômicos e mananciais de abastecimento, comprometendo a qualidade das águas e contribuindo para o assoreamento com o aumento da turbidez.

Importa salientar a urgência na implantação de sistemas de drenagem - em escalas macro e micro - associados à infraestrutura urbana, que estimulam a infiltração, retenção, aproveitamento das águas, entre outros aspectos - com sistemas de drenagem sustentável (SDS) - fundamentos para a infraestrutura urbana de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).

Atualmente, está em andamento a implantação do projeto DRENAR-DF que busca resolver problemas ambientais e urbanísticos de projetos de parcelamento de solo também tem sido importante na solução de problemas decorrentes do crescimento desordenado das cidades, essas estruturas não foram planejadas e construídas, provocando problemas de drenagem no Vicente Pires, no Sol Nascente, e também em condomínios no Jardim Botânico, em Sobradinho e em outros locais em processo.

2.4.6. Instrumentos e Ações da Política de Recursos Hídricos

Desde a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos pela Lei Federal n° 9.433/1997 e da Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal pela Lei Distrital n° 2.725/2001, o Governo do Distrito Federal tem realizado diversas ações com o objetivo de criar condições necessárias para a execução da Política de Recursos Hídricos⁵².

As Instituições Distritais têm desenvolvido e participado da elaboração e execução de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, editado normas, fiscalizado a manutenção da qualidade da água e o uso dos recursos hídricos, e participado de consórcios, estudos e trabalhos para colocar em prática as diretrizes e os instrumentos previstos na Política Estadual e Nacional de Recursos Hídricos.

O período entre 2010 e 2022 foi marcado por grandes desafios na execução da Política de Recursos Hídricos, especialmente entre 2016 e 2019, e a criação e estruturação de programas, projetos e dos instrumentos previstos na legislação. Entre os instrumentos da Política Estadual e Nacional de Recursos Hídricos que foram e/ou estão sendo implementados e consolidados no Distrito Federal estão: a outorga de direito de uso de recursos hídricos; programas e projetos com vistas à conservação dos recursos hídricos; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes;

Em 2020, por exemplo, foi lançado o Plano de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas dos afluentes do Rio São Bartolomeu (DF), que abrange as Bacias Hidrográficas: do Rio Descoberto; do Rio Corumbá; do Rio Paranoá; do Rio São Bartolomeu. O DF estimou, para um horizonte de 20 anos, investimentos e custos de R\$ 54 milhões em valores de 2019, sendo que apenas o período correspondente ao PPA 2024/2027, subdividido em quatro componentes: gestão dos recursos hídricos (5%), conservação ambiental (21%); e conservação e proteção dos recursos hídricos (19%) (ADASA, 2020)⁵³.

Quanto à outorga de direito de uso de recursos hídricos, houve um aumento significativo de processos entrados no Sistema de Informações de Recursos Hídricos, entre 2001 e 2010, foram autuados 1334 processos (26,6% do total), sendo que 1034 processos foram subterrâneos, enquanto entre 2011 e 2015 e entre 2016 e 2019 foram 1608 e 2064 processos, respectivamente, representando 85,7% do total desses pedidos de outorga para uso de água subterrânea tiveram como finalidade: irrigação (2396 processos) e

representando 85,7% do total. No que concerne ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, atualmente, o Distrito Federal possui o CBH Maranhão no DF (CBH Maranhão - DF); o CBH dos Afluentes do Rio Preto no DF (CBH Preto - DF); e o CBH dos Afluentes do Rio Paranaíba-DF) que incorporou o CBH do rio Paranoá e ampliou as bacias hidrográficas contempladas. Além desse CBH

⁵² Os primeiros dez anos da implantação da Política foram marcados pela estruturação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Nesse período foram criados o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em 2001, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), em 2004, e do Instituto Brasileiro de Recursos Hídricos (IBR) em 2007. O primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), o CBH do Rio Paranoá, também foi criado nesse período, em 2009.

⁵³ ADASA. Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Elaboração do Plano de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas dos afluentes do Rio São Bartolomeu (DF). Paranaíba (PRH - Paranaíba-DF) - Relatório Final. Brasília: ADASA, 2020. Disponível em: http://cbhparanaibadf.adasa.df.gov.br/portal_recursos_hidricos/Plano_recursos_hidricos/prh_paranaiba/Relatorios/produto_8/Produto8_banco_dados.pdf

⁵⁴ Os dados foram acessados a partir da camada vetorial disponível no portal: <http://gis.adasa.df.gov.br/portal/home/index.html>, com informações atualizadas em 2023.

⁵⁵ Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) foram criados após 2009 e o CBH do rio Paranoá foi reestruturado.

60% da população do DF (ADASA, 2012). Assim, em 2019⁶², a implantação do Programa Produtor de Águas no Descoberto teve suas tratativas iniciadas, no entanto, devido à pandemia da COVID-19, suas ações foram atrasadas e o edital de chamamento público para habilitação dos primeiros produtores rurais no programa.

Esse cenário de implementação e consolidação da Política de Recursos Hídricos no Distrito Federal e no Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão estabelecidos na Agenda 2030, em especial com o Objetivo 6, que trata do “objetivo sustentável da água e saneamento para todas e todos”. Entre as metas estabelecidas para esse ODS temos, por exemplo, a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis até 2030. Nesse sentido, o Plano Plurianual 2020-2023 é a norteadora para o planejamento governamental, sendo mantida para o Plano Plurianual 2024-2027.

2.4.7. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Diante das especificidades do território e objetivando a conservação e preservação dos recursos naturais da Federação com o maior percentual de território delimitado por espaços especialmente protegidos, cerca de 22 unidades de conservação (UC) e outros espaços de importância ambiental que foram criados e estão sob gestão distrital ou federal, sendo 22 unidades de conservação⁶³ (BRASIL, 2022)⁶⁴, sendo duas do grupo⁶⁵ de proteção integral e dez do grupo de uso sustentável, sendo 22 de proteção integral e 54 de uso sustentável (IBRAM, 2022).

O conjunto de UCs do DF constitui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação - SDUC, instituído pelo Decreto nº 10.000 de 2010, que estabelece os critérios para criação, implantação e gestão das UCs distritais (DISTRITO FEDERAL, 2010).

Para gestão das unidades de conservação, o plano de manejo é o principal documento técnico. Em função das características e objetivos das unidades, delimita o zoneamento das áreas indicando as medidas de manejo e uso em conformidade com o instrumento de gestão. É necessário um processo de planejamento e elaboração que inclui debates com técnicos ambientais, socioculturais e econômicas com a criação de determinada unidade.

Por presidir as normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais (DISTRITO FEDERAL, 2010), é importante o controle dos impactos sobre os recursos naturais que estas unidades apresentam tais instrumentos, inclusive sua implementação. Contudo, na conjuntura atual do DF, cerca de 55% das unidades de conservação não possuem plano de manejo e instrumento de gestão, 70% são unidades de uso sustentável e 30% são do grupo de proteção integral.

⁶² Foi celebrado o ACT nº 7/2019 - ANA, que contou com a adesão de diversas instituições públicas da administração pública direta e indireta do DF, incluindo a SEMA, a SEAGRI, a EMATER e a CAESB.

⁶³ Quatro delas se inserem também no Estado de Goiás.

⁶⁴ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Painel Unidades de Conservação Brasileiras. 2022. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTZmM2M1NTBlNyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 19/06/2023.

⁶⁵ As unidades de conservação se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que tem o objetivo de preservar a natureza, com permitida a visitação científica; e Unidades de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos (BRASIL, 2000; DISTRITO FEDERAL, 2010).

Salienta-se que a elaboração dos planos de manejo é obrigatória e, conforme o SDUC⁶⁶, devem ser elaborados a partir da sua data de criação. Como o DF possui unidades que datam entre os anos 60 e 80 e não possuíam planos de manejo revisados, o SDUC possibilitou igual período - cinco anos - para efetivação. De todo modo, do percentual de unidades de conservação criadas entre os anos 80 e 90 e as demais 39%, entre os anos 2000 e 2018. O atraso na elaboração destes instrumentos de planejamento de recursos naturais que motivam a delimitação destas unidades.

A não instituição dos zoneamentos e vocações das áreas que abrangem a unidade, especialmente nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, no plano de manejo, acarretam usos adversos ao espaço, como ocupações irregulares em áreas de risco ambiental e ecossistêmicos necessários e até mesmo escassos. Contudo, a não incidência dos zoneamentos implica em um descumprimento das normas responsáveis.

O Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho, criado pela Lei nº 2.355 de 26 de abril de 1999 e recatado pelo Decreto nº 1.000 de 2000, Parque Distrital Retirinho, Unidade de Conservação de proteção integral, está entre as unidades que não possuem plano de manejo esquemática⁶⁷ de sua área. Seu caso é uma exemplificação de unidades impactadas por processos de antropização, interferência de poligonais de Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS⁶⁸ (Figura 17), que representam usos irregulares. Esse demonstra que, além da implementação dos mecanismos de gestão, cabe uma articulação entre os órgãos e entidades.

Nos últimos anos, as ocupações irregulares também pressionam as áreas limítrofes das unidades de conservação de proteção integral e outros espaços de importância ambiental, mas que não integram o grupo de unidades de conservação de proteção integral, dados do Diagnóstico de avaliação da contaminação do antigo lixão da estrutural, área limítrofe de proteção integral, da esfera federal, integrante da Reserva da Biosfera do Cerrado⁶⁹, apontam como prioridade a remoção da frente aos impactos advindos dos efluentes lançados e carreados pelo escoamento superficial em direção ao Parque Nacional do Retirinho. Os impactos inserem na unidade, como o córrego Acampamento (SEMA,2021).

⁶⁶ O SDUC manteve o mesmo regramento trazido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei nº 9.988 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais.

⁶⁷ A unidade não possui definição de vértices em ato normativo, sendo delimitada uma poligonal esquemática.

⁶⁸ A Lei Complementar nº 951 de 25 de março de 2019, alterou o art. 135 e anexos da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e alteração do Plano de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, incluindo novas áreas de regularização fundiária entre elas a "S-22 - ARIS - FAVELINHA DA HO" do Parque Distrital Retirinho.

⁶⁹ As Reservas da Biosfera compõem o Programa "O Homem e a Biosfera" - MAB, da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. A Reserva da Biosfera do Cerrado do Distrito Federal engloba, de acordo com a Lei nº 742 de 28 de julho de 1994, como zona núcleo as áreas do Parque Nacional de Brasília, Estação Ecológica de Brasília e respectiva Estação Ecológica, Reserva Ecológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pela Fazenda Água Limpa da Universidade de Brasília. A reserva possui zona tampão que compreende um raio de 3 (três) quilômetros em torno das zonas núcleo.

⁷⁰ Importa acrescentar que a urgência na realocação da população ocupante não está atrelada somente aos impactos que são direcionados ao parque. O relatório também alerta para o risco que a população corre residindo em áreas onde a ingestão prolongada de água contaminada dos poços de abastecimento (SEMA,2021)

Figura 17 - Ocupações na Unidade de Conservação Parque Retirinho



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Quanto a outras estratégias e espaços de proteção, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT de abril de 2009 e alterações⁷¹, trouxe a estratégia de integração ambiental do território, que propõe a criação de corredores de fauna por meio de áreas de ambiente que possibilitem a formação de corredores de fauna. No entanto, os caminhos prioritários ainda não estão definidos. Essas intervenções envolveriam a demarcação de reservas legais contínuas, bem como a desobstrução de ecossistemas para permitir a movimentação da fauna e o aumento da biodiversidade.

Ademais, outras técnicas deveriam ser abordadas para possibilitar a conexão ambiental efetiva, como o planejamento de rotas que representam obstáculos significativos para a migração da fauna. Ações como a criação de passagens de fauna, ecodutos e atropelamentos podem ser consideradas para minimizar o impacto das rodovias no fluxo de animais. Medidas de preservação da biodiversidade e promover a sustentabilidade ambiental.

Além das estratégias de conectividade, o PDOT instituiu a Área de Proteção de Manancial - APM, que compreende o montante dos pontos de captação de água para abastecimento do Distrito Federal. Ao todo foram delimitadas 26 APMs regulamentadas pelo Decreto nº 18.585/1997. Apesar de uma gestão compartilhada entre SEMA-DF e SEDUH, com a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília - CAESB, suas áreas têm sido continuamente impactadas por atividades antrópicas.

As ocupações irregulares sobre as APMs constituem um dos principais impactos, pois impermeabilizam o solo e afetam os aquíferos, dada as captações irregulares. A APM Bananal, instituída desde o PDOT de 1997, por exemplo, é uma APM Administrativa - RA de Vicente Pires, às margens do Parque Nacional, e constitui uma das APMs com elevada importância para proteger a futura captação do Ribeirão Bananal. Apesar da captação não estar ativa, sua área tem contribuído para a proteção do Paranoá, sendo o Ribeirão Bananal um de seus contribuintes. Atualmente, a APM Bananal está sendo continuamente impactada por ocupações irregulares, a qual motivou a desconstituição da Floresta Nacional que se sobrepunha à APM em tela.

Na Figura 18 a seguir, pode ser analisado que no ano de 1995 não havia ocupação na área ou indícios de ocupação. Nas imagens dos anos seguintes (2009, 2015 e 2021) verifica-se um aumento substancial de ocupações com características de ocupação irregular em Bananal e em proximidade às Áreas de Proteção Permanente - APP dos córregos Cana do Reino e Valo.

⁷¹ DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar 827 de 22/07/2010. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=67284>. Acesso em: 27/06/2023.

⁷² do Alagado, do Bananal, do Barrocão (Brazlândia), do Brejinho, do Cabeça de Veado, do Cachoeirinha, do Capão da Onça, do ribeirão do Gama Crispim, do Currais, do Engenho das Lages, do Fumal, do Mestre d'Armas, do Olho d'Água, do Paranoazinho, do Pedras, do Pipiripau, do Ponte de Bartolomeu (partes Norte e Sul), do Taquari e do Torto.

Figura 18 - Ocupação sobre Área de Proteção de Manancial - APM Bananal

Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023



APM Bananal 1995 | Área sem indícios de parcelamento urbano do solo



APM Bananal 2009 | Área com traçado viário e parcelamento da gleba da APM



APM Bananal 2015 | Área com traçado viário e parcelamento da gleba da APM



APM Bananal 2021 | Crescimento do número de parcelamentos de solo na APM

 APM Bananal  Hidrografia CRH

Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Na última publicação da Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios - PDAD⁷³2021, a pesquisa levantou o papel que elas exercem para o abastecimento humano, assegurando disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, articulando as práticas dos processos de regularização fundiária com as bases ecológicas, entendendo que essas áreas são as responsáveis por manter os ecossistemas, ainda é um paradigma a ser construído, sendo um panorama de urgência para assegurar as necessidades hídricas, especialmente quando se trata de uma região de elevado estresse hídrico e acelerado processo de ocupação que, devido aos parcelamentos que se iniciam de forma irregular dissociados das práticas do planejamento urbano- ambiental.

Desconstituir áreas que têm como objetivo a preservação dos recursos hídricos e proteção das captações, assegurando o papel que elas exercem para o abastecimento humano, assegurando disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, articulando as práticas dos processos de regularização fundiária com as bases ecológicas, entendendo que essas áreas são as responsáveis por manter os ecossistemas, ainda é um paradigma a ser construído, sendo um panorama de urgência para assegurar as necessidades hídricas, especialmente quando se trata de uma região de elevado estresse hídrico e acelerado processo de ocupação que, devido aos parcelamentos que se iniciam de forma irregular dissociados das práticas do planejamento urbano- ambiental.

2.4.8. O Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE - DF) e sua Articulação com o Planejamento Urbano- Ambiental

Como forma de articular o desenvolvimento do território em suas diversas escalas, visando a redução dos impactos ambientais, potencialização da infraestrutura ecológica local e incentivo a preservação dos recursos hídricos, foi instituída a Lei nº 3.042, de 11 de janeiro de 2019 que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal- ZEE-DF, que é instrumento de planejamento do Meio Ambiente e regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, que também estabelece critérios para a implementação do ZEE-DF.

Art. 2º O ZEE, instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de empreendimentos privados, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos, da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Art. 3º O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados em projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção dos ecossistemas. (BRASIL,2002)

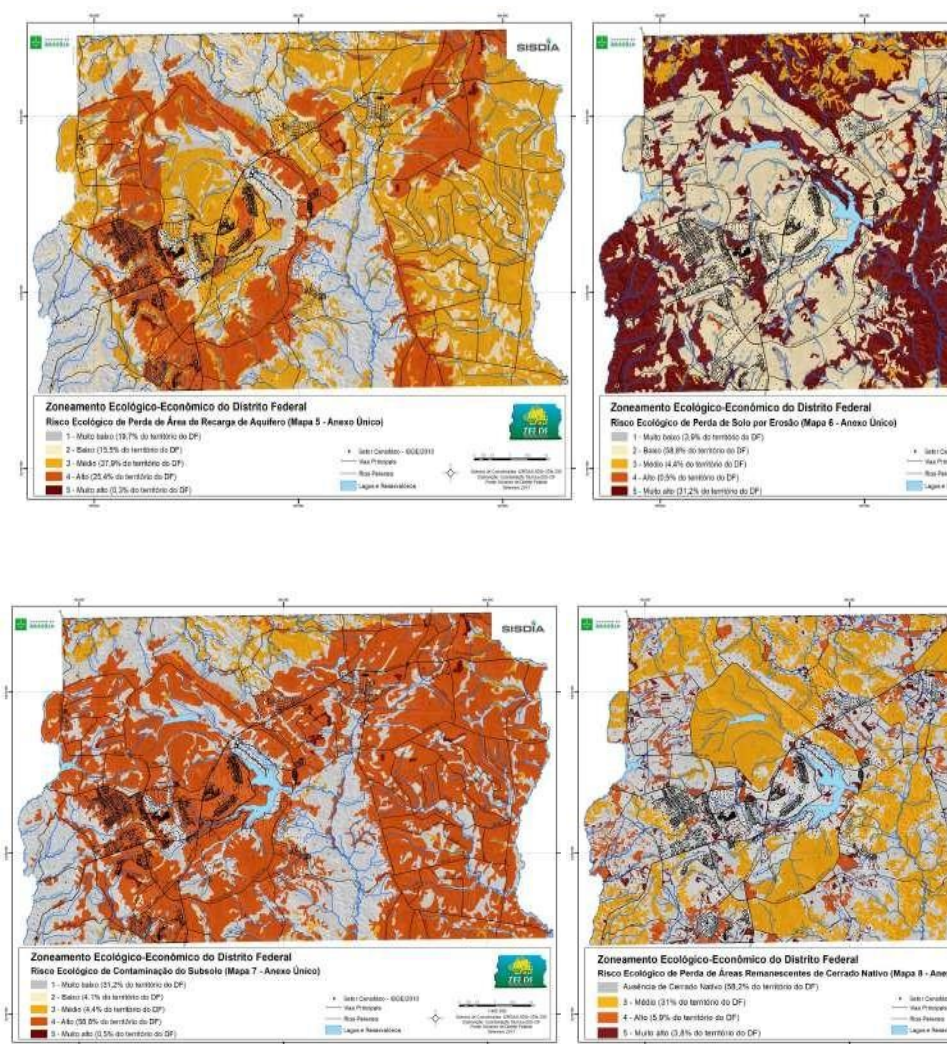
O estabelecimento da Lei da Sustentabilidade (ZEE-DF) tornou-se importante instrumento estratégico para o planejamento, desenvolvimento e monitoramento das políticas públicas no território distrital. No âmbito de sua formulação, o ciclo de planejamento das discussões, dada as particularidades de disponibilidade hídrica do território distrital.

Um dos conteúdos trazidos pelo instrumento foi o mapeamento de quatro riscos ecológicos (Figura 1): risco de contaminação do aquífero, risco de perda de solo por erosão, risco de contaminação do subsolo e risco de perda de área de cerrado nativo.

⁷³ Realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística - IPEDF Codeplan, a PDAD é uma pesquisa autodeclaratória, bianual, executada sob forma de amostragem domiciliar com o objetivo de investigar a situação econômica, demográfica e de moradia dos residentes das áreas urbanas das Regiões Administrativas do DF.

⁷⁴ Fossa Rudimentar (buraco negro ou fossa negra): reservatório sem revestimento ou tratamento, que permite a infiltração de líquidos (PDAD,2021)

Figura 19 - Riscos Ecológicos do ZEE-DF

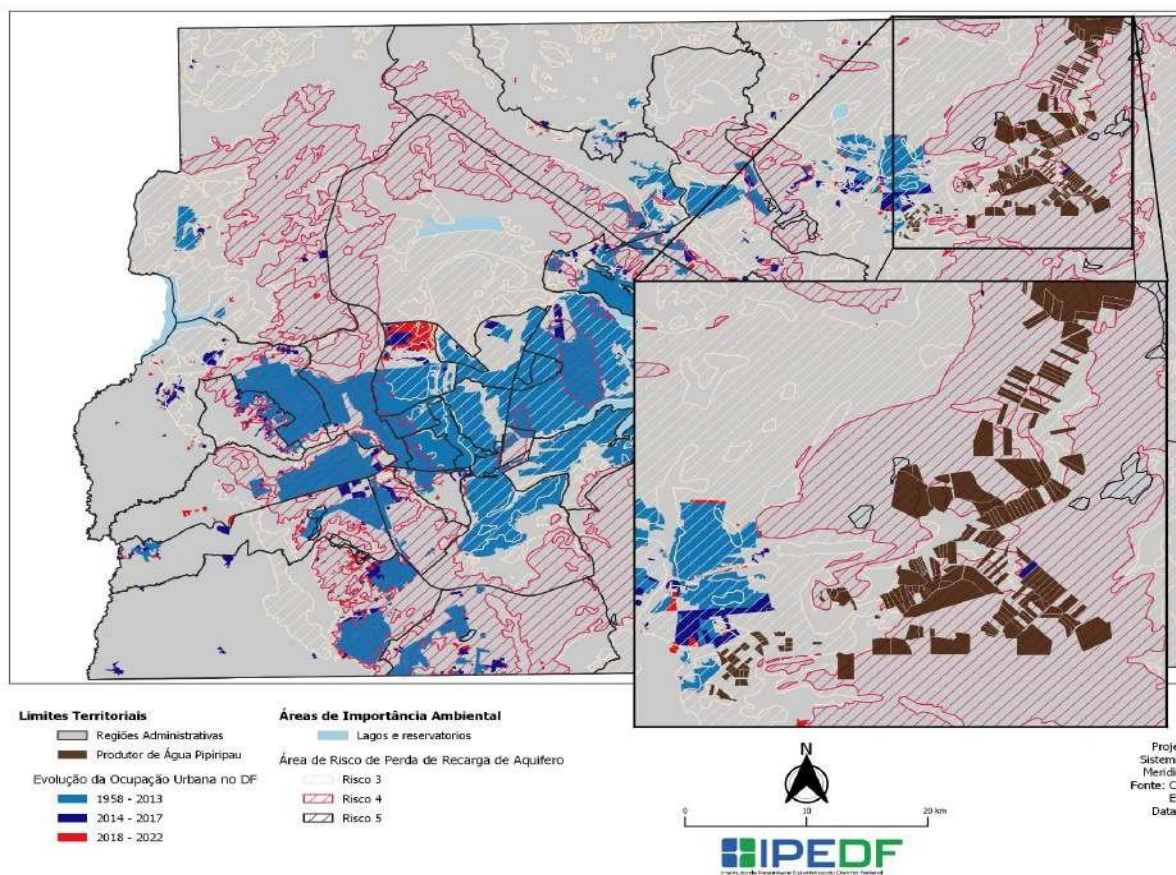


Fonte: SEMA (2017)

A partir da sobreposição dos riscos ecológicos, avalia-se que o DF apresenta quase a totalidade do território com um tipo de risco com graus alto e muito alto, onde há delimitação de importantes zonas de recarga de aquíferos Paranoá, na região da bacia do Píripaipu e também na região da bacia do descoberto. A vinculação dessas bacias em

como os PSA anteriormente abordados, exemplifica a aplicabilidade da Lei da Sustentabilidade. Essas bacias, como hídricas e também por dados do ZEE-DF, representam importantes trechos que provisionam serviços ecossistêmicos de ações que contribuam para a manutenção da prestação desses serviços, a regulação do uso do solo são exemplo pública em acordo com as vocações da infraestrutura ecológica do território, como apresentado no Mapa 11, que ilustra de perda de recarga e perda de erosão as propriedades inscritas no projeto produtor de águas.

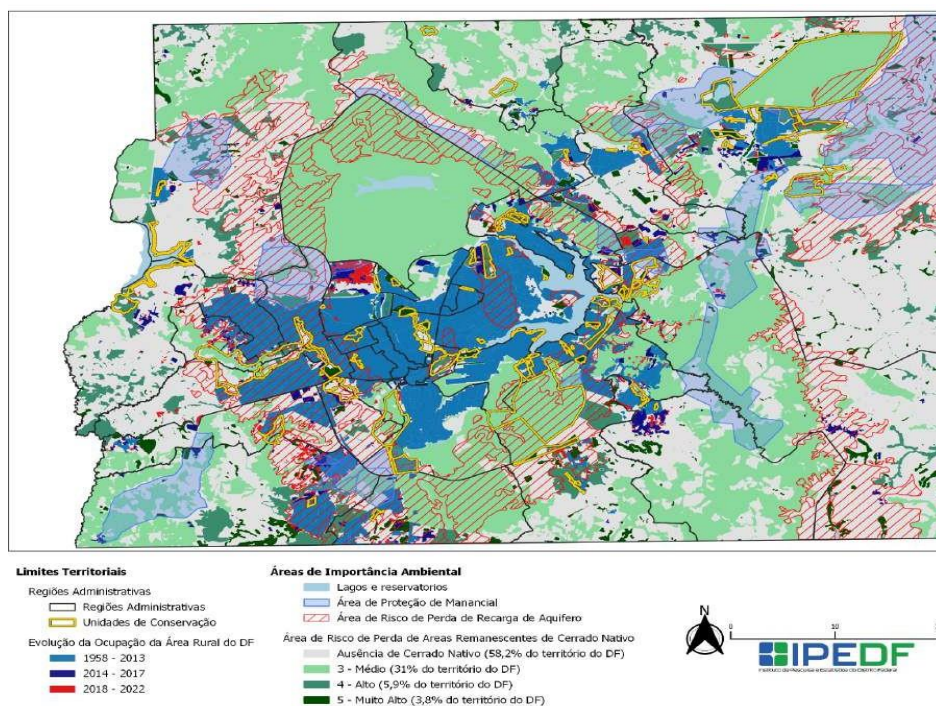
Mapa 11 - Área de risco de recarga de aquíferos com delimitação das ocupações urbanas e propriedades inscritas



Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

Quando se avalia o risco de perda de cerrado nativo, o DF possui cerca de 58% do território com ausência de cerrado nativo, cerca de 54% do território está urbanizado. Cabe salientar que a mancha urbana era um passivo anterior aos estudos de 2012, porções a partir de 2018 são visualizadas sobre as áreas de risco. Os fragmentos de vegetação nativa mais remanescentes constituem a Reserva da Biosfera de Cerrado - Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), Parque Nacional de Brasília, Fazenda Água Limpa da Universidade de Brasília - UnB, o que corrobora para demonstrar a eficácia das unidades de conservação das fitofisionomias do Cerrado e outros recursos naturais.

Mapa 12 - Risco de Perda Cerrado Nativo com ocupação e espaços de importância ambiental



⁷⁵ SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal. Caderno Técnico Matriz Ecológica. https://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEE_DF_CT01_Matriz-Ecologica.pdf. Acesso em 26/06/2023

Esse indicativo reforça a necessária adequação dos instrumentos de planejamento das UC, assim como pois como demonstrado anteriormente, a dinâmica territorial têm sido uma ameaça às áreas naturais e de preservação

Apesar dos instrumentos abordados, como as UC e o PSA, serem anteriores à instituição do ZEE-DF, a Lei base para o desenvolvimento socioeconômico e territorial e reitera a importância das bacias hidrográficas como unidades os zoneamentos orientadores da lei contribuem para que gestores, em especial das áreas territorial e ambiental, planejem naturais e particularidades do território, sendo uma política articuladora e de cooperação entre os órgãos e entidades

A promoção do planejamento baseado nas diretrizes do ZEE-DF objetiva um território equilibrado e serviços ecossistêmicos e provisão dos serviços ambientais articulados com as bases socioeconômicas, essenciais para

2.4.9. Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA BRASÍLIA. DF e Goiás levam à União proposta para gerir transporte do Entorno. 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/02/23/df-e-goias-levam-a-uniao-proposta-para-gerir-transporte-do-entorno>

ANA, Agência Nacional de Águas. Manual Operativo do Programa Produtor de Águas. 2ª Edição. Brasília: ANA, 2022. Disponível em: <http://produtordeagua.ana.gov.br/Portals/0/DocsDNN6/documentos/Manual%20Operativo%20Vers%C3%A3o%202022/06/2023>.

ADASA, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Plano de Gerenciamento do Distrito Federal, Relatório Síntese. 2012. Disponível em: https://www.adasa.df.gov.br/images/storage/programas/PIRHFinal/PGIRH_relatorio_sintese_versaofinal.pdf. Acesso em: 27/06/2023.

ADASA, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Elaboração do Plano de Gerenciamento das Áreas Hidrográficas dos afluentes distritais do Rio Paranaíba (PRH - Paranaíba-DF) - Relatório Final. Brasília: ADASA, 2018. Disponível em: img-cbhparanaibadf.adasa.df.gov.br/portal_recursos_hidricos/Plano_recursos_hidricos/prh_paranaiba/Relatorios/PRH_Paranaiba_Relatorio_Final.pdf. Acesso em 27/06/2023.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Estatuto da Metrópole

BRASIL. Lei Complementar federal nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, atualmente regulamentada pelo Decreto federal nº 6.092, de 24 de maio de 2007. Recentemente sofreu alterações trazidas pela Lei Complementar federal nº 163, de 14 de junho de 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 181 de janeiro de 2023 - Região Metropolitana do Entorno.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Departamento de Áreas Protegidas. Painel Unidades de Conservação. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaWJlMGNmMGY3NGMtNWZlOC00ZmRmLWExZWItNTNiNDhkZDg0MmY4IiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9&pageName=ReportSectione0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 19/06/2023

CAESB, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. Relatório de Indicadores de Desempenho, Edição 2022

CODEPLAN. Nota Técnica nº 01/2014 - Delimitação do Espaço Metropolitano. 2014. DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 181, de 14 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=67284. Acesso em: 27/06/2023

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, alterada pelas Lei Complementares do DF nº 951 de 25 de março de 2019, e nº 986 de 30 de junho de 2021.

DISTRITO FEDERAL. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, e nº 1.007, de 28 de abril de 2022. Memória Técnica - Lei de Uso e Ocupação do Solo - Seduh-DF, p. 22. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/memoria_tecnica.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica do Distrito Federal. 1993. Disponível em: [http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=.](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=)

DISTRITO FEDERAL. Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060. 2019. Disponível em: <https://www.cg.df.gov.br/distrito-federal/>

DISTRITO FEDERAL. Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), aprovado em 2019, pela Lei Distrital nº 1.007. GANEM, S.M.; SILVA, P.R.; FIGUEIREDO, G.C.; MELLO, R.M.; ALVES, W.F. 2018.

Caracterização física da bacia hidrográfica do Ribeirão Pípiripau. In: LIMA, J.E.F.W.; RAMOS, A.E. A experiência do Projeto Produtor Ribeirão Pípiripau. Brasília, DF: Adasa, Ana, Emater, WWF Brasil, 304p., 2018.(a). Disponível em: <https://www.produtordeaguapipiripau.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/livro.pdf>. Acesso em 27/06/2023.

GANEM, S.M.; SILVA, P.R.; FIGUEIREDO, G.C.; OLIVEIRA, H.R.; MELO, J.P.F.;

MELLO, R.M. 2018. Conflito pelo uso da água. In: LIMA, J.E.F.W.; RAMOS, A.E. A experiência do Projeto Produtor Ribeirão Pípiripau. Brasília, DF: Adasa, Ana, Emater, WWF Brasil, 304p, 2018.(b) Disponível em: <https://www.produtordeaguapipiripau.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/livro.pdf>.

Acesso em 27/06/2023.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023 (SNIS 2021). 2023. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023.pdf. Acesso em 26/06/2023

Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC). Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em 23/06/2023.

IPEA. Identificação e Caracterização das relações interfederativas na RIDE DF. [S.l.: s.n.], 2021a. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/210108_relatorio_de_pesquisa_pgna.pdf>

IPEDF Codeplan. Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD 2019-2020). Disponível em: [content/uploads/2018/03/PMAD-Resultados-para-a-Periferia-Metropolitana-de-Brasilia-PMB-2019-2020.pdf](https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PMAD-Resultados-para-a-Periferia-Metropolitana-de-Brasilia-PMB-2019-2020.pdf)

IPEDF. Índice de Bem-Estar Urbano para o Distrito Federal - IBEU-DF. Brasília-DF, janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio-Indice-de-Bem-Estar-Urbano-para-o-Distrito-Federal-2023.pdf>

IPEDF Codeplan. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2021). Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Pesquisa-Distrital-PDAD-2021.pdf>

IPEDF Codeplan. Relatório Comparativo PDAD 2018 e 2021. Disponível em: Disponível em:

<<https://ipe.df.gov.br/ipedf-publica-analise-comparativa-do-df-em-2018-e-2021/>>

SEMA, 2016. Mudanças Climáticas no DF e RIDE - Nota Técnica. Disponível em:

<<http://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/Nota-T%C3%A9cnica-Mudan%C3%A7as-Clim%C3%A1tica>
26/06/2023

SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2017. Caderno Técnico
em:[https://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEEDF_CT01_Matriz-Ecologica .pdf](https://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ZEEDF_CT01_Matriz-Ecologica.pdf). Acesso em 26/06/2023

SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal.2021a. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Produto3-i-DIAGNOSTICO-LIXAO-03-05-2022-E-BOOK.pdf>. Acesso em 25/06/2023.

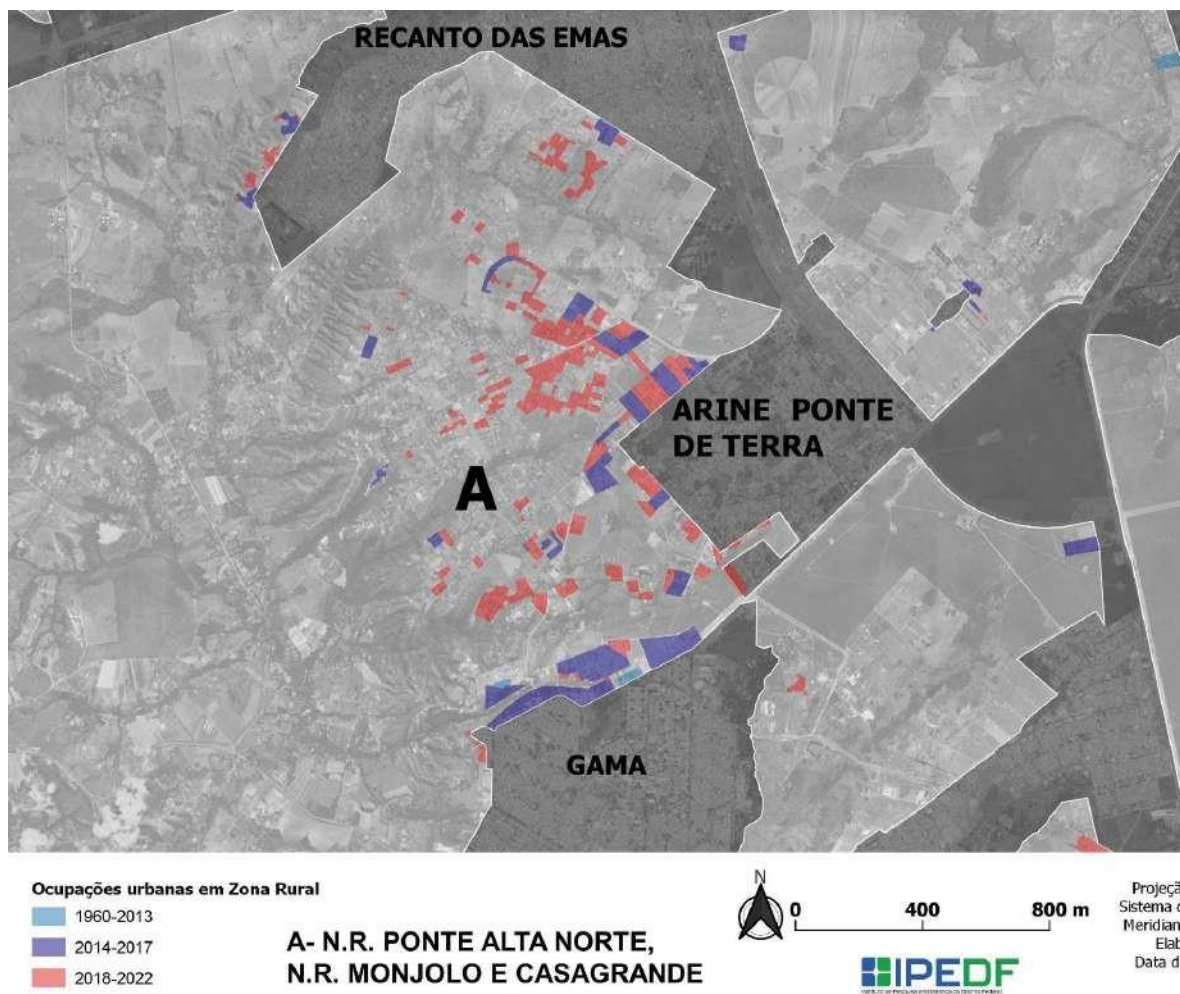
SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2021b. Inventário do Distrito Federal
Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/INVENTARIO-CLIMA-E-BO OK-FINAL.pdf>.

SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal.2021c.Plano de Enfrentamento do
global do clima para reduzir vulnerabilidades e ampliar a adaptação no distrito federal com foco especial nos eventos
a recursos hídricos e extremos de temperatura.Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/06/Plano-de-Enfrentamento-do-global-do-clima-para-reduzir-vulnerabilidades-e-ampliar-a-adaptacao-no-distrito-federal-com-foco-especial-nos-eventos-a-recursos-hidricos-e-extremos-de-temperatura.pdf>. Acesso em 26/06/2023

SLU, Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal. Relatório Anual - 2022. Acesso em 26/06/2023. Disponível em
<https://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/RELATORIO-ANUAL-SLU-2022.pdf>. Acesso em 26/06/2023

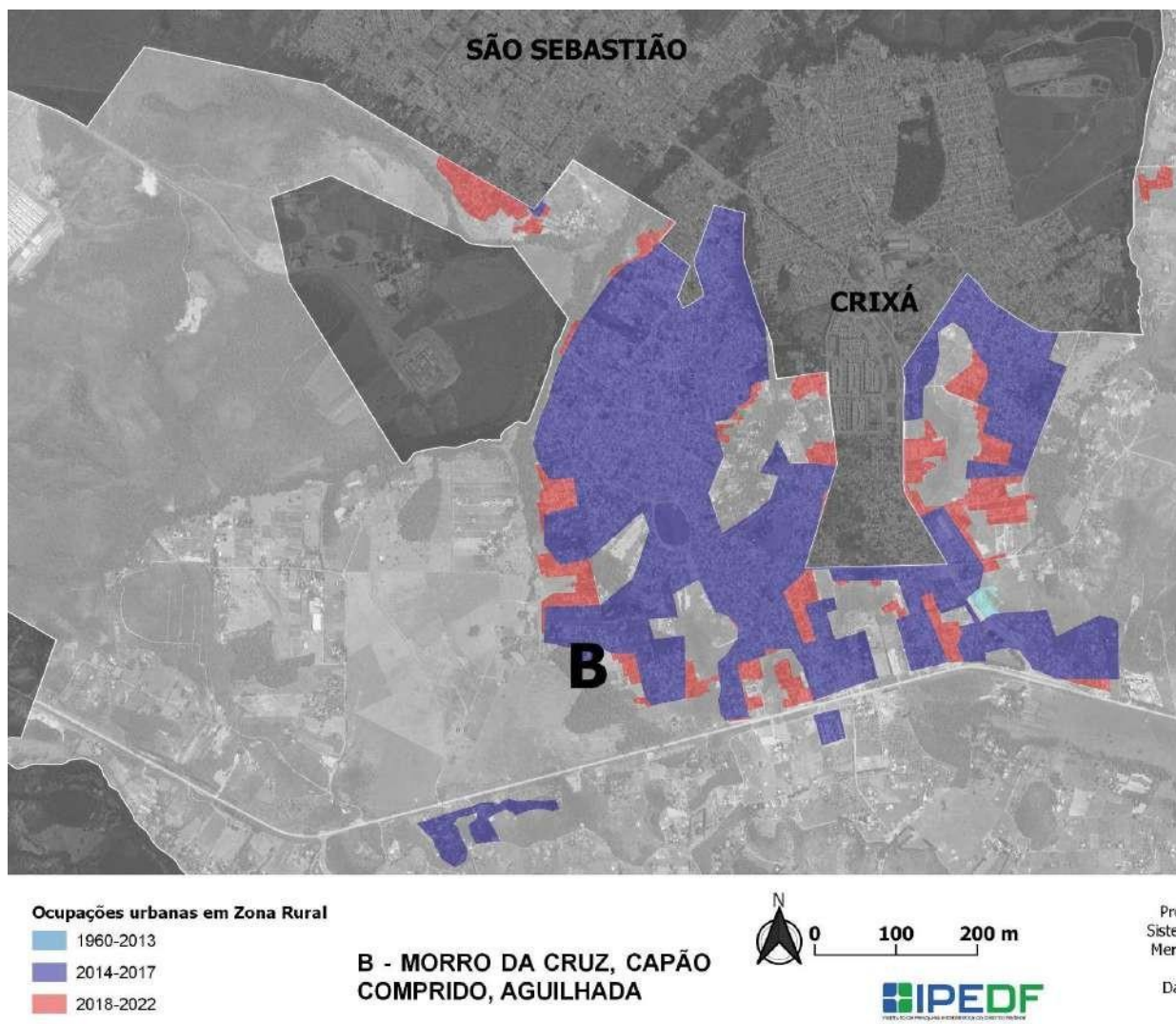
2.4.10. Apêndices

2.4.10.1. APÊNDICE 1: Ocupação irregular na Macrozona Rural - N. R. Ponte Alta Norte, Cas



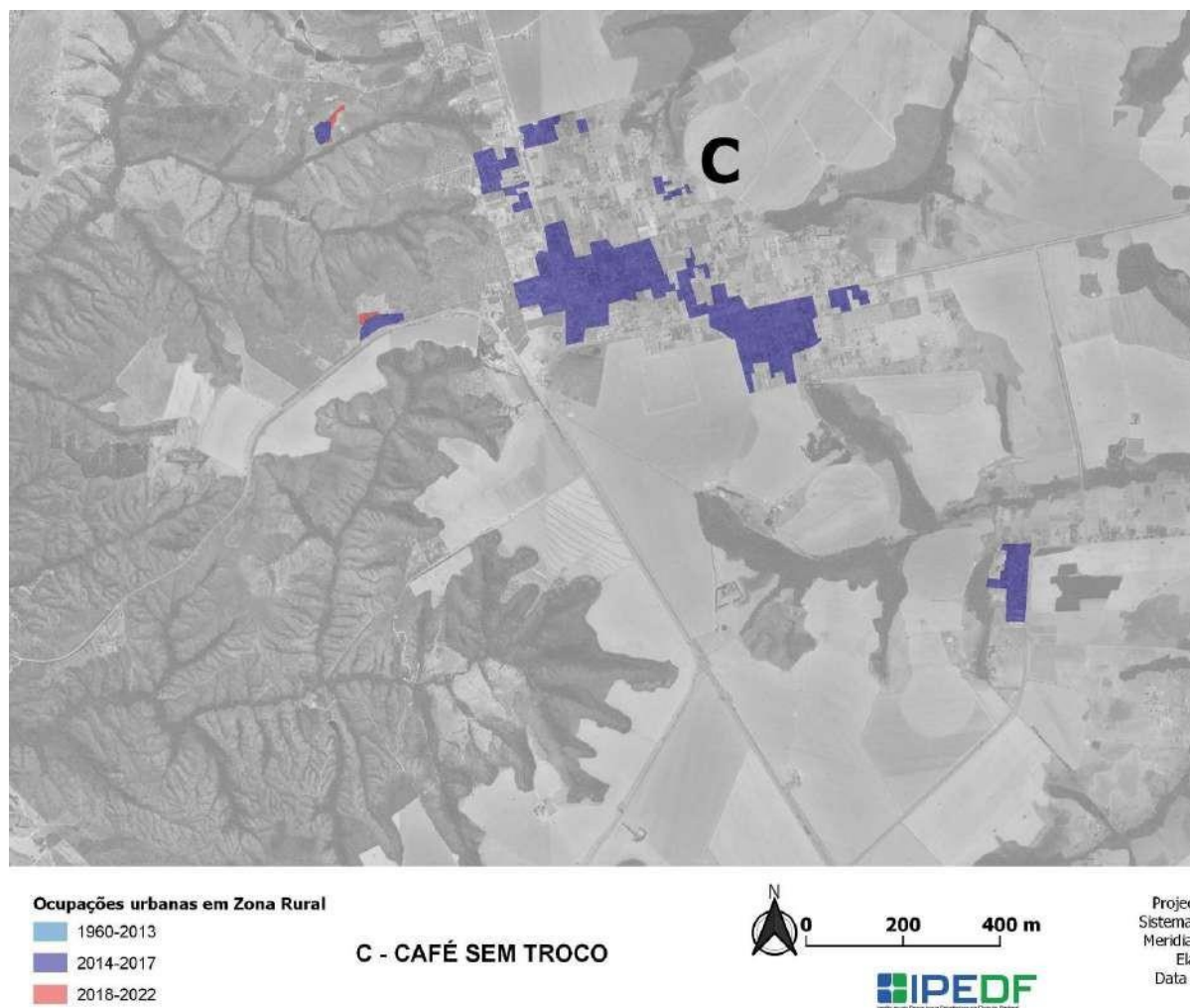
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.2. **APÊNDICE 2: Ocupação irregular na Macrozona Rural - São Sebastião - Morro da Cruz**



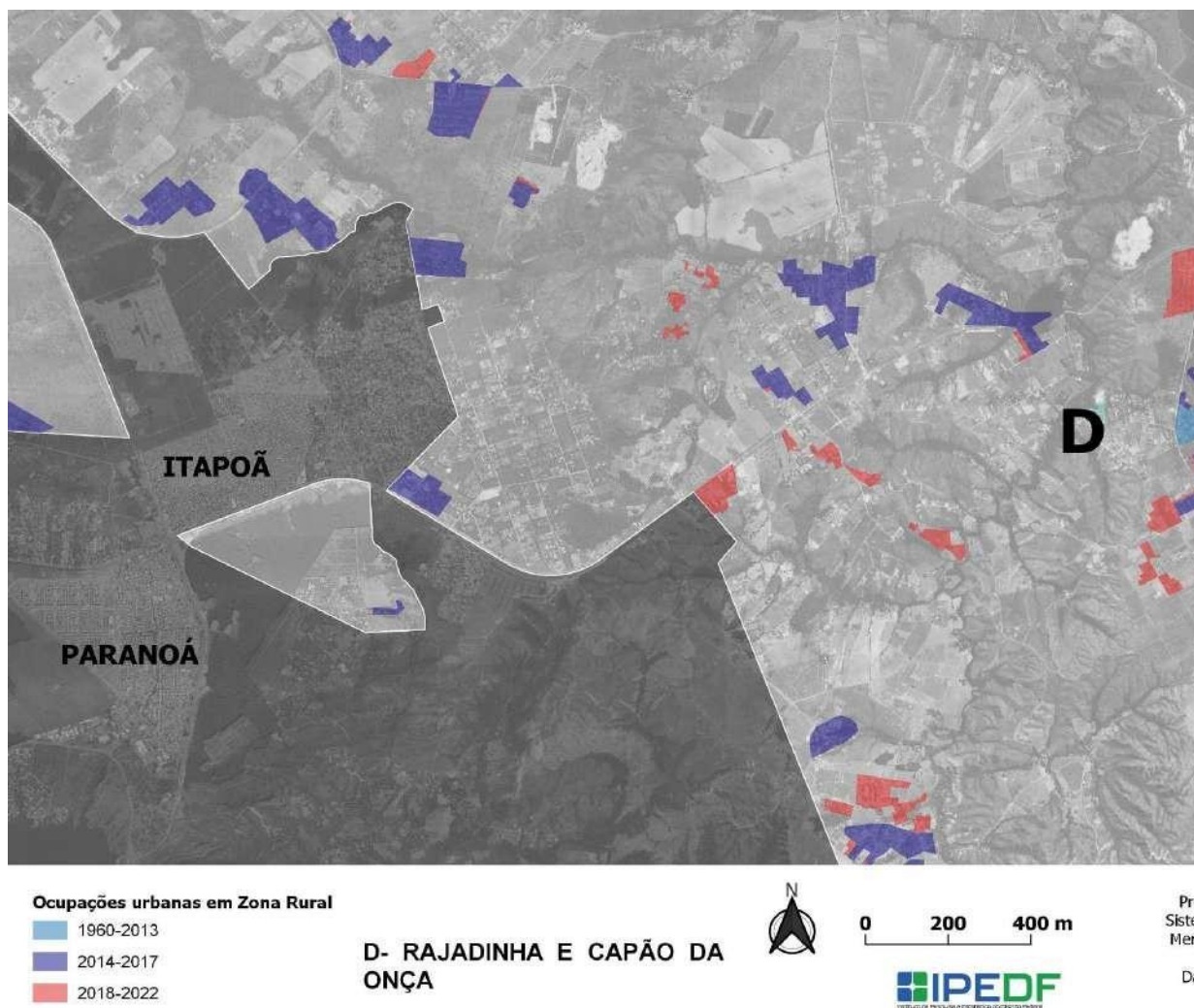
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.3. **APÊNDICE 3: Crescimento da mancha urbana no Parcelamento Urbano Isolado - PUI na Mac**



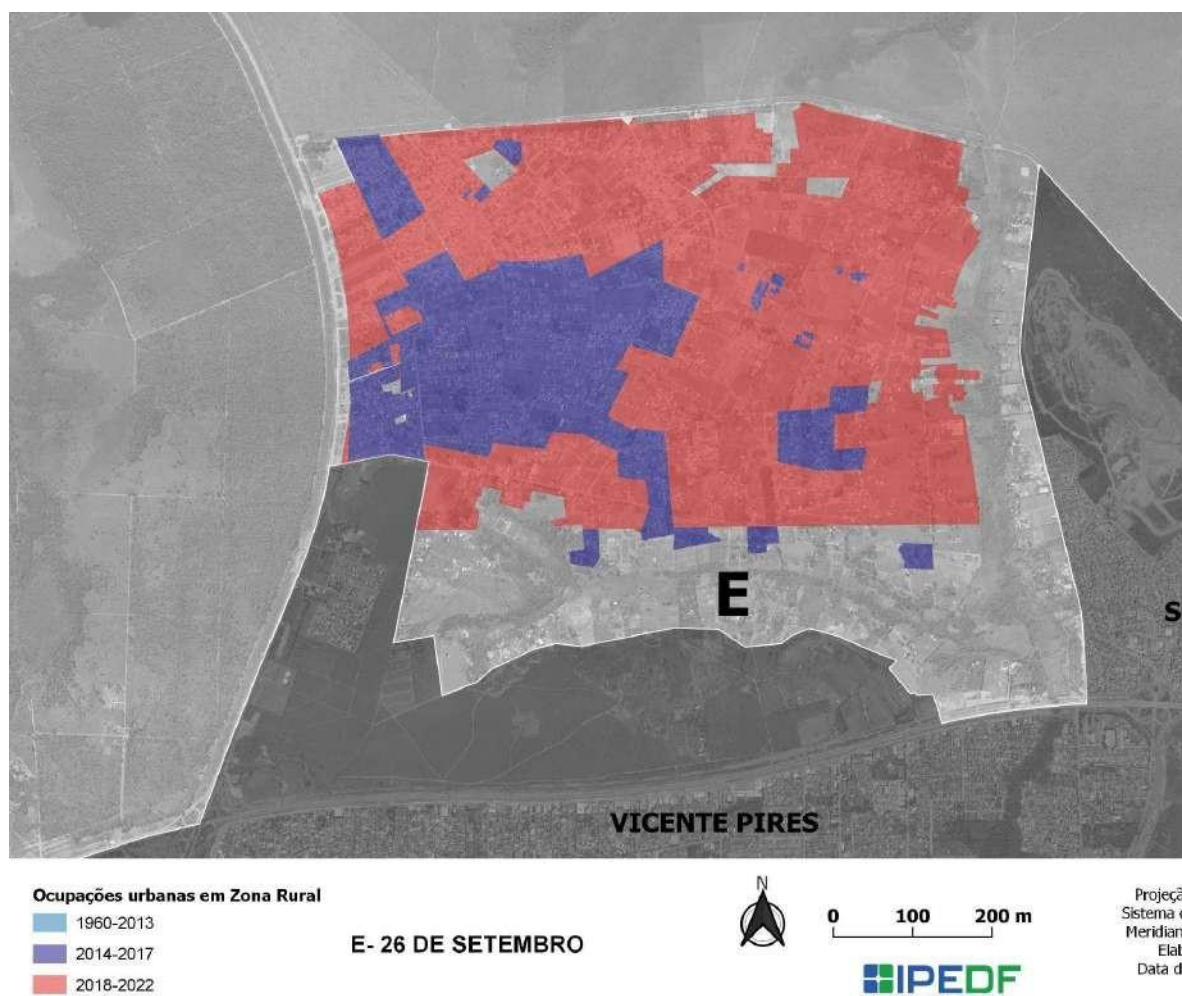
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.4. APÊNDICE 4: Ocupação irregular na Macrozona Rural - N.R. Rajadinha e Capão da Onça



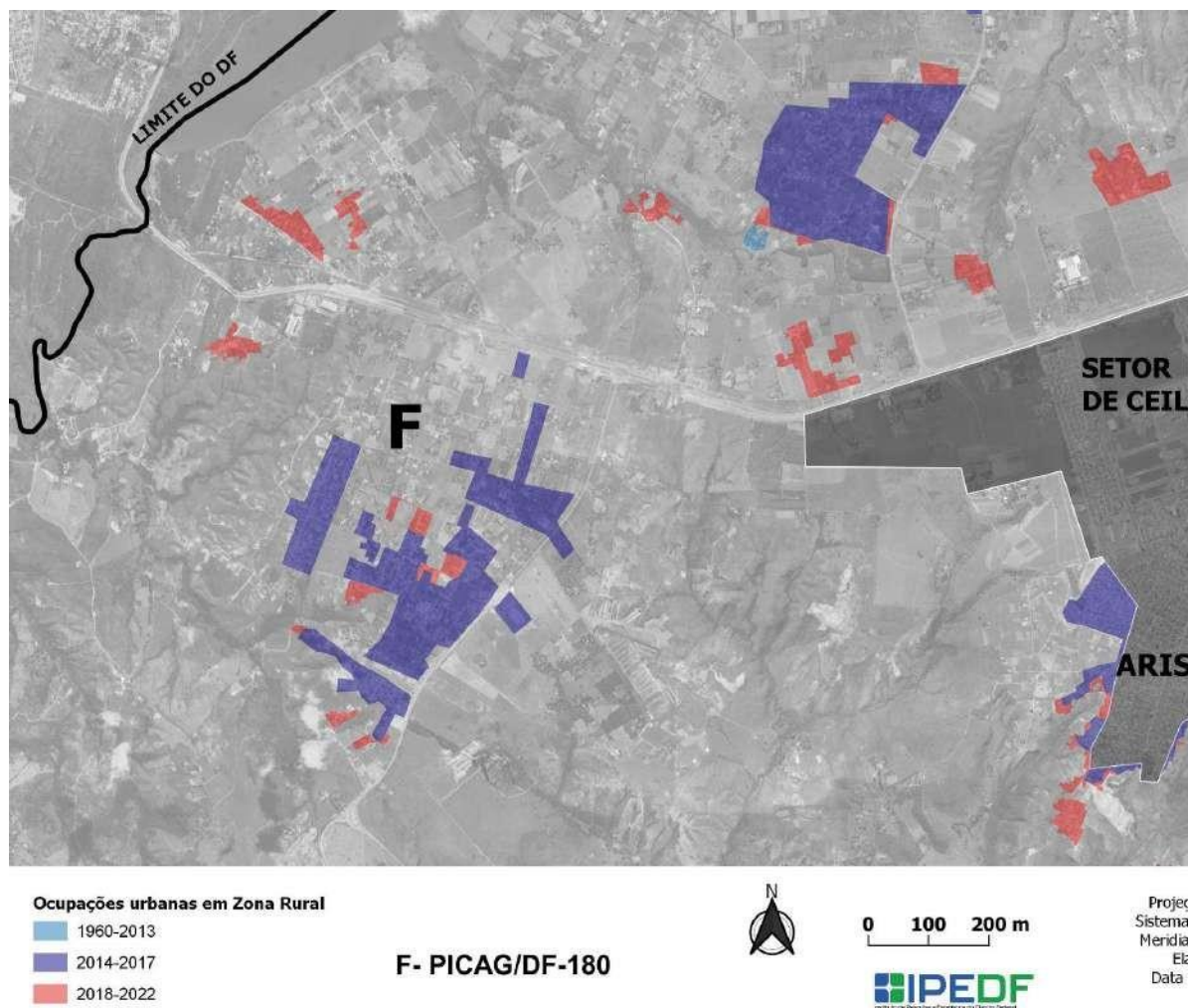
Fonte: Elaboração IPEDF/DEPAT, 2023.

2.4.10.5. APÊNDICE 5: Ocupação irregular na Macrozona Rural - 26 de setembro



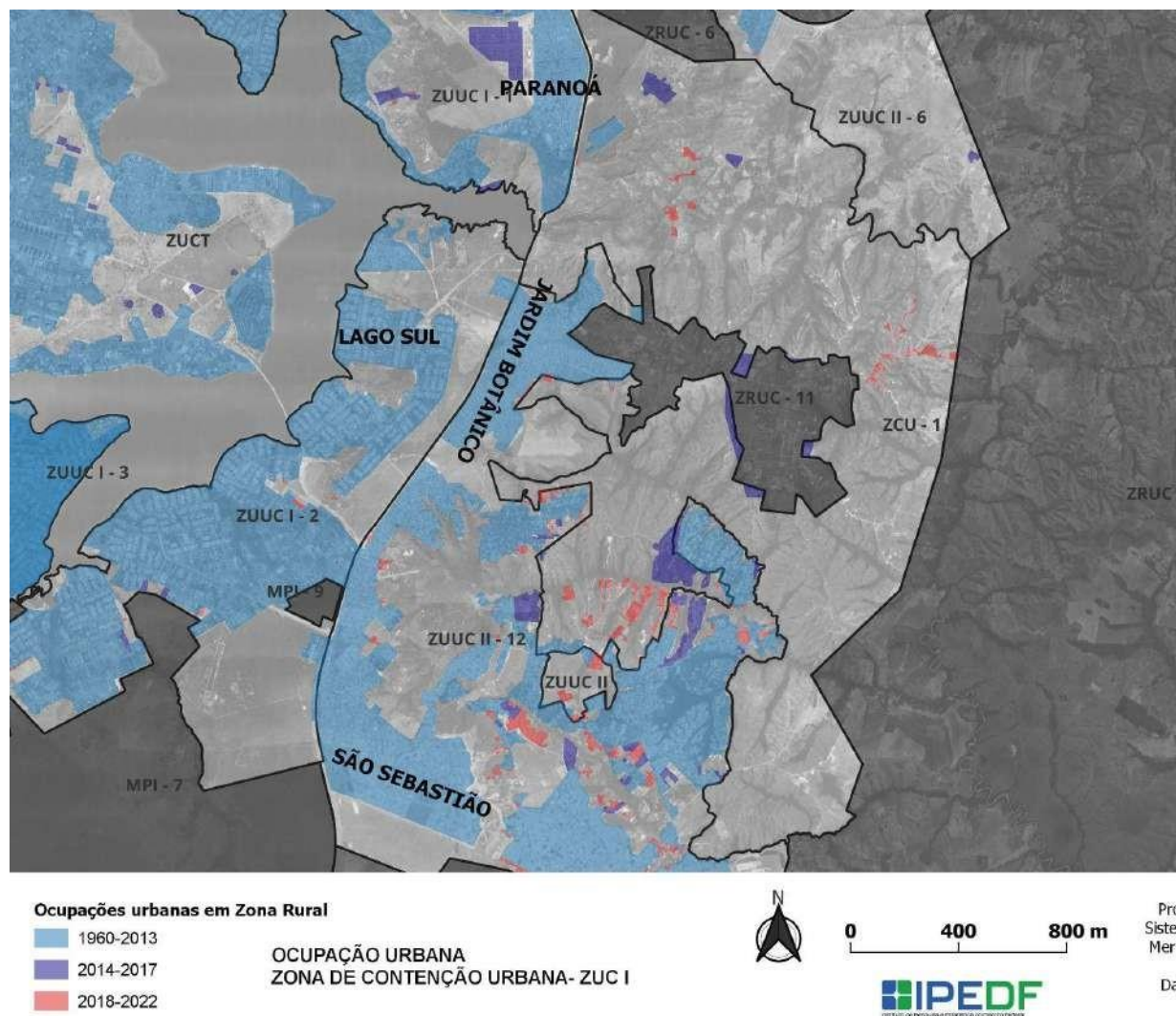
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023.

2.4.10.6. APÊNDICE 6: Ocupação irregular na Macrozona Rural - PICAG e DF-180



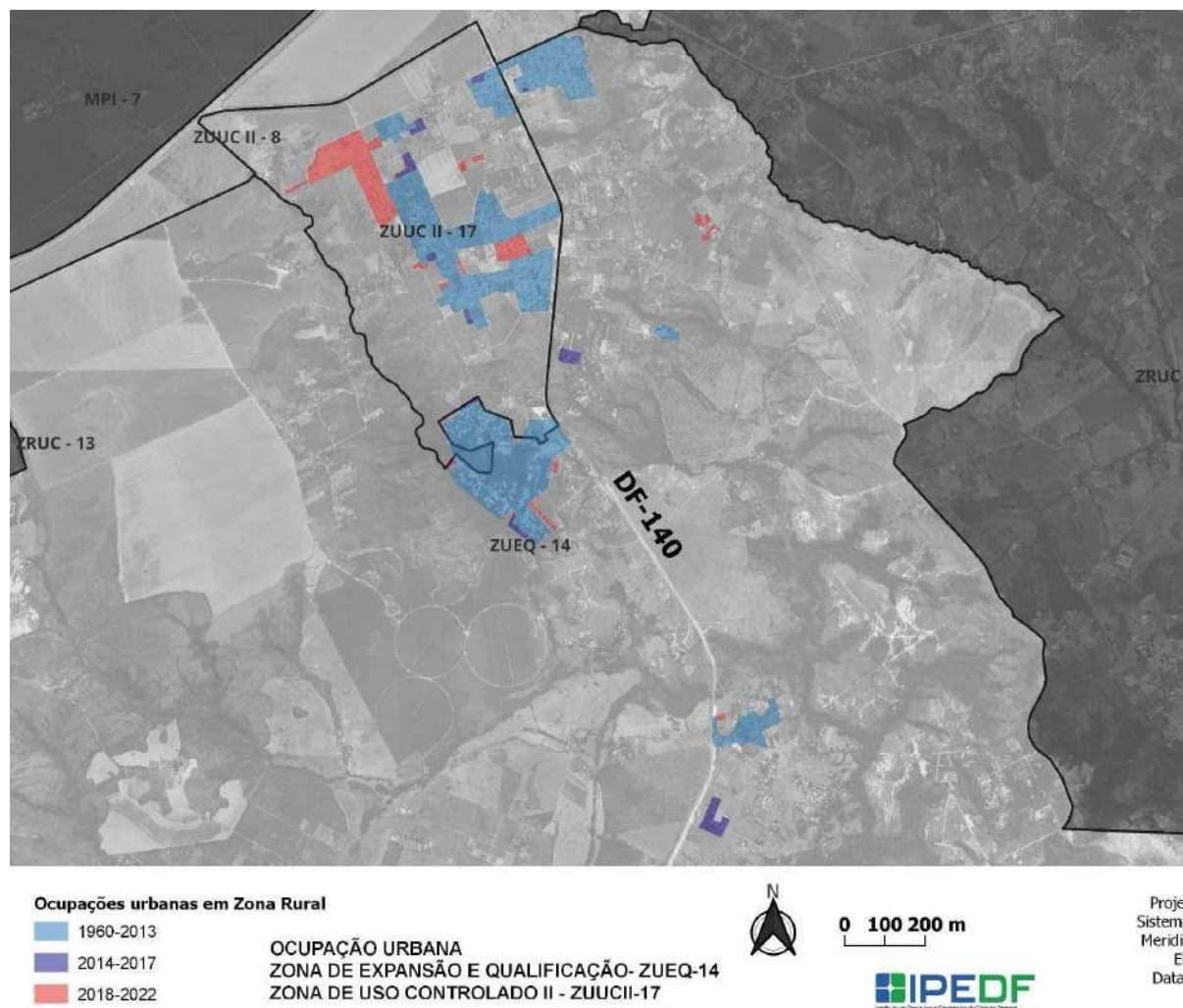
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023.

2.4.10.7. APÊNDICE 7: Ocupação urbana na Zona de Contenção Urbana- ZUC -I



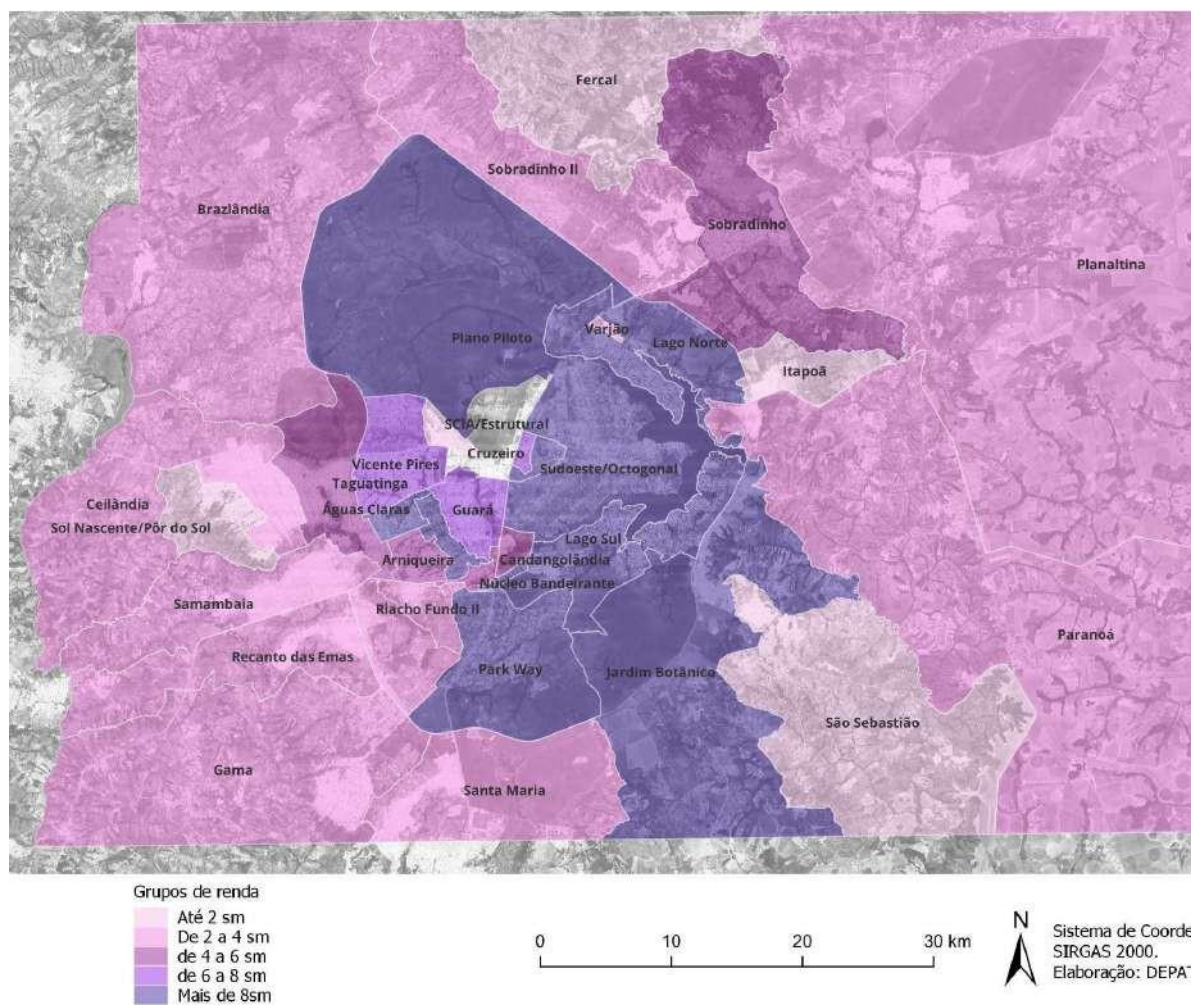
Fonte: Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.8. **APÊNDICE 8: Ocupação urbana na Zona de Expansão e Qualificação- ZUEQ-14 e Zona de Us**



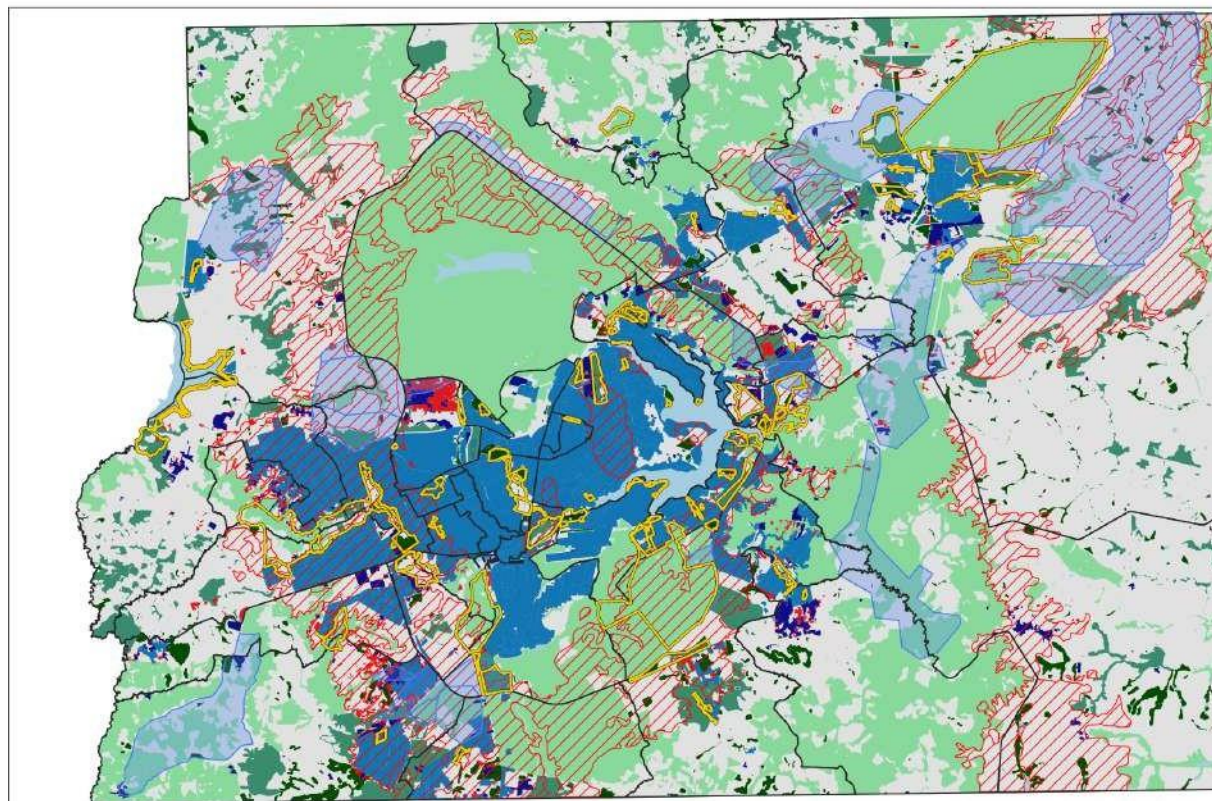
Fonte: Elaboração IPEDF/DEPAT, 2023.

2.4.10.9. APÊNDICE 9: Rendas das Regiões Administrativas



Fonte: PDAD (2021). Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.10. **APÊNDICE 10: Risco de Perda Cerrado Nativo com ocupação e espaços de importância ambiental**



Límites Territoriais

- Regiões Administrativas
- Regiões Administrativas
- Unidades de Conservação

Evolução da Ocupação da Área Rural do DF

- 1958 - 2013
- 2014 - 2017
- 2018 - 2022

Áreas de Importância Ambiental

- Lagos e reservatórios
- Área de Proteção de Manancial
- Área de Risco de Perda de Recarga de Aquífero

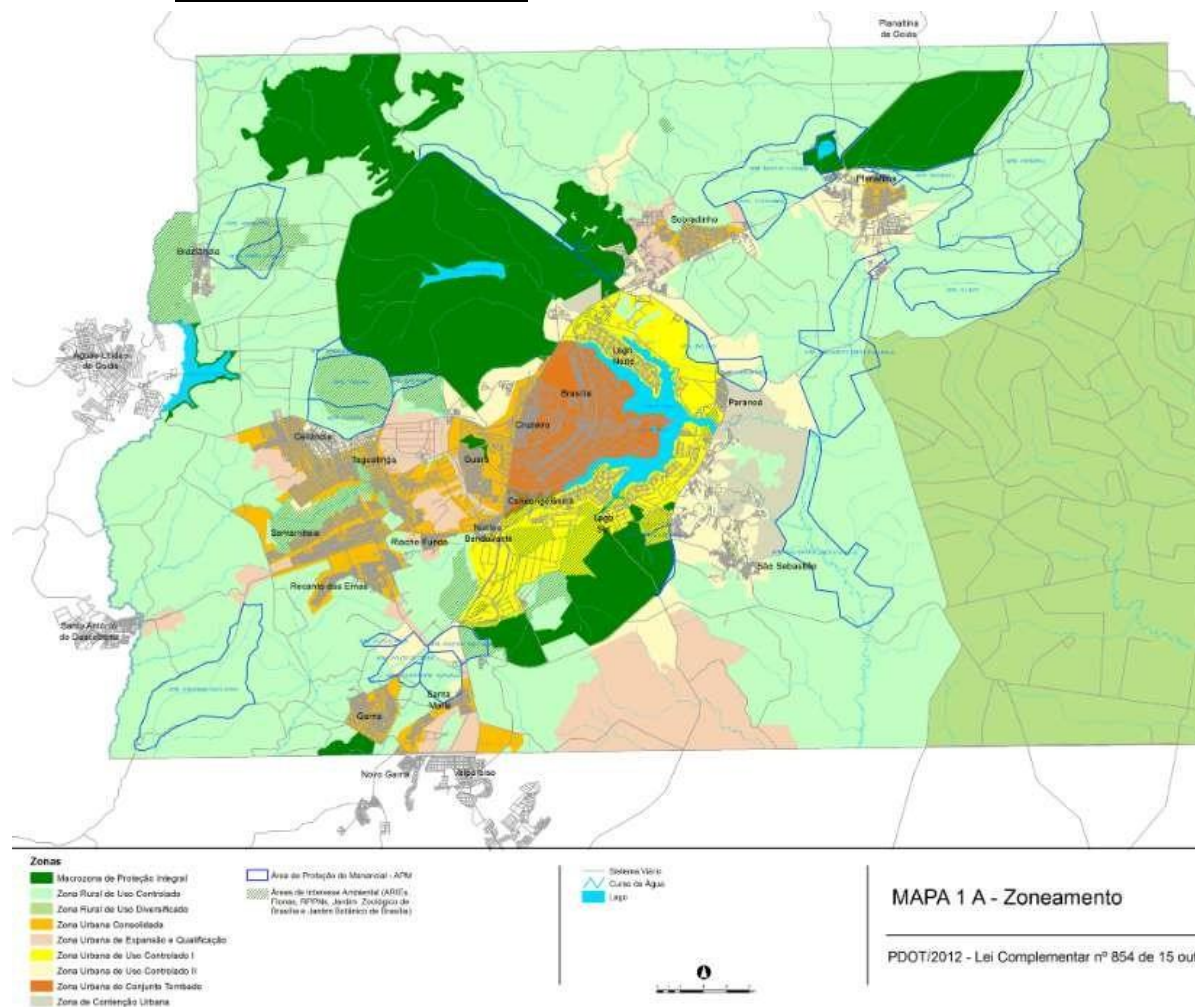
Área de Risco de Perda de Áreas Remanescentes de Cerrado Nativo

- Ausência de Cerrado Nativo (58,2% do território do DF)
- 3 - Médio (31% do território do DF)
- 4 - Alto (5,9% do território do DF)
- 5 - Muito Alto (3,8% do território do DF)



Fonte: ZEE-DF (2017); (2022);. Elaboração DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

2.4.10.10.1. ANEXO 1: Macrozoneamento



Fonte: Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal Disponível em:

<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/09/mapa-1a-zoneamento_resolucao.jpg